

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte



(Edição comemorativa do 80º aniversário de fundação)

R. IHGRGN

Vols. LXXIII — LXXIV

Anos: 1981 — 1982

Natal — RN

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE
FUNDAÇÃO EM 29 DE MARÇO DE 1902
DIRETORIA E COMISSÕES PERMANENTES
1981-1983

Presidente: Dr. Enélio Lima Petrovich
1º Vice-Pres.: Dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo
2º Vice-Pres.: Escritor Manoel Rodrigues de Melo
1º Secretário: Dr. Mariano Coelho
2º Secretário: Escritor Minervino Wanderley de Siqueira
Secretário-Adjunto: Dr. Hélio Dantas
Orador: Dr. Luís da Câmara Cascudo
Vice-Orador: Dr. Alvamar Furtado de Mendonça
Tesoureiro: Dr. Manoel Varela de Albuquerque
Tesoureiro-Adjunto: Dr. Boanerges Januário Soares de Araújo
Diretor da Biblioteca, Museu e Arquivo: Escritor João Carlos de Vasconcelos
Diretor-Adjunto: Dr. Hélio Mamede de Freitas Galvão

COMISSÃO DE FAZENDA E ORÇAMENTO

Dr. José Tavares da Silva
Prof. Vicente de Almeida
Des. João Vicente da Costa

COMISSÃO DE ESTATUTO E REDAÇÃO DA REVISTA

Drs. Luís da Câmara Cascudo
Tarcísio da Natividade Medeiros
Otto de Brito Guerra

SUMÁRIO

— Nota Explicativa.....	05
— A Palavra do Mestre.....	07
— Os 80 Anos do IHGRGN — Fernando Hippolyto da Costa.....	09
— Devotamento — Nilo Pereira.....	19
— Ferreira Itajubá — M. Rodrigues de Melo.....	23
— Roteiro Geográfico da Viagem de Raulox Baro ao País dos Tapuias em 1647 — Olavo de Medeiros Filho.....	33
— Roteiro Geral — Guarino Alves.....	37
— Roteiro Sentimental do Alecrim — José Bezerra Gomes.....	41
— Algumas Figuras na Paisagem Humana do Rio Grande do Norte — Umberto Peregrino.....	43
— Joaquim Nabuco — Sua Volta à Fé — Nilo Pereira.....	51
— Capelães dos Santos Reis — Mons. Severino Bezerra.....	59
— Não se perde, nem em sonhos, o bem feito — Marcos Maranhão.....	63
— O Pensamento Constitucional Brasileiro de 1808 a 1822 — Ivo Dantas.....	67
— Necrológio de Mota Neto — Pe. Jorge O'Grady de Paiva.....	91
— Relembrando o meu Aprendizado de Jornalismo — José Nazareno M. de Aguiar.....	93
— A casa do Guaporé — Diógenes da Cunha Lima.....	97
— Vestúvio, o Vulcão Traíçoeiro — Raul Fernandes.....	101
— Bi-Centenário de Copiosos Frutos — Ulisses de Góis.....	105
— Luís da Câmara Cascudo — Ivory.....	106
— O Tenentismo em Natal — Gil Soares.....	107
— A Escola do Recife — Ruy Rodrigo Brasileiro de Azambuja.....	113
— Carta a Francisco Amorim — Minervino W. de Siqueira.....	117
— Os caminhos que levam à Macaíba — Itamar de Souza.....	119
— Nosso amigo Walter — Américo de Oliveira Costa.....	123
— Martins, uma Cidade de Luto — Raimundo Nonato.....	125
— Relatório.....	129
— Necrológios.....	133

NOTA EXPLICATIVA.

Esta é mais uma Revista do ~~INSTITUTO~~ HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE, referente aos anos de 1981 e 1982 (Volumes LXXIII — LXXIV), comemorativa do 80º aniversário de sua fundação.

Sem dúvida, cabe-nos evidenciar a ajuda da Secretaria do Estado de Educação e Cultura, à frente o dr. Helio Xavier de Vasconcelos, que, ciente das dificuldades por que atravessa a Casa da Memória Norte-rio-grandense, logo se prontificou a editar a Revista, fonte de pesquisas valiosas para quem se interessa pelas tradições e pela História potiguar e nacional.

Fica, portanto, neste breve registro, o agradecimento da Presidência da tradicional instituição de cultura — a mais antiga, no Rio Grande do Norte.

Aqui estão publicados importantes escritos que valorizam as iniciativas da inteligência, sobretudo no campo da pesquisa histórica.

De igual modo, por oportuno, tributamos a justa e singela homenagem de saude aos eminentes sócios falecidos durante os anos de 1981 e 1982.

Também neste ensejo, faz-se mister ressaltar a colaboração da Comissão de Estatutos e Redação da Revista, colhendo e selecionando os trabalhos e estudos.

Outrossim, como se pode ler na apresentação constante no número anterior (anos 1979-1980), esperávamos, ainda em 1982, publicar outro número desta Revista, dando continuidade aos volumes LXXI — LXXII.

Todavia, não tendo sido possível cumprir o prometido, mas somente agora, graças ao apoio acima mencionado, estamos, mesmo assim, satisfeitos, ao lançar, neste 1987, este periódico, pouco importando o atraso involuntário ocorrido.

Que os leitores, reconhecendo a abnegação e o idealismo dos que integram o venerando Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, nos incentivem sempre, em quaisquer circunstâncias, isto é, criticando-nos ou aplaudindo-nos.

Sobreleva o propósito de, contando com o auxílio de quantos se preocupam com as promoções da Cultura, editarmos, muito breve, outros números da Revista, dignificando a nossa História, como uma das melhores formas de engrandecimento dos valores humanos e espirituais, na atual conjuntura.

Natal, 29 de março de 1987
(85º aniversário do I.H.G.R.N.)

ENÉLIO LIMA PETROVICH
Presidente

A PALAVRA DO MESTRE

Entre os **Sócios Beneméritos**, vivos, sou o mais antigo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

E, assim, com os olhos da saudade, vejo o salão nobre, suas sessões solenes, sua valiosa biblioteca — o maior acervo bibliográfico do Estado, as comemorações festivas, homenagens, evocações, vida histórica de nossa terra, na dimensão do tempo e do espaço.

Quantas vezes falei de sua tribuna, convivi com os moços e veteranos confrades, participei das intenções beneméritas do Instituto, agora octogenário.

São 80 anos da “Casa da Memória Norte-rio-grandense”. Grande data!

O edifício, construído, fôra para o Tribunal de Justiça. Para o Congresso do Estado, Herculano Ramos construiu um lindo palacete na Av. Junqueira Aires, lugar de civismos verbais. Ai fui deputado 3 dias, em outubro de 1930.

O Instituto tinha suas sessões na casa verde da Rua da Conceição, vizinha à residência do presidente perpétuo ~~Nesvígido~~ Santos Lima. Era também a sede da Ordem dos Advogados do Brasil. Tudo foi derrubado para que nascesse o Palácio Novo, a Assembléia Legislativa do Estado. Antes, outro palacete na Av. Junqueira Aires esvaziou-se. O Interventor Rafael Fernandes transferiu para ele os Desembargadores. Creio que por sugestão do Secretário-Geral, Aldo Fernandes Raposo de Melo, doou, em caráter definitivo, o edifício do Instituto Histórico. Aldo é filho do Desembargador Hemetério Fernandes, **persona gratíssima** da vetusta entidade.

Saúdo, pois, esse passado eminente, augurando o futuro não menos ilustre.

O destino do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte é avivar, em todos nós, a consciência histórica da nossa vida vivida. Sua revista é um documentário revelador do esforço tenaz e meritório.

Faço o meu depoimento na festa que recorda os 80 anos do Instituto. A voz dos oradores, a posse dos novos confrades, valorizando a instituição mais antiga do Estado. Integro-me à assistência respeitável e sinto o clima de vibração e simpatia que anunciam a confiança em sua continuidade fecunda.

Saudação emocional e telúrica, solidariedade legítima, vivam como uma afirmativa de júbilo e uma certeza de êxito.

Afinal, os clarins contemporâneos vibram o toque de **Reunir!**, porque, solitários e dispersos, seremos inutilizados pelos monstros do Desespero e da Angústia espirituais.

Os Institutos Históricos e Geográficos têm uma missão, alta e nobre, de investigar e comunicar o Passado no plano divino do Entendimento, da União Fraternal.

Esta Casa é uma sentinela. Está sempre em permanente serviço. As figuras augustas, que se vão da lei da morte libertando, sentem-se presentes na operosidade digníssima de Enélio Lima Petrovich. Nada desapareceu.

Parabéns, nesta data octogenária do Instituto, e pelo seu centenário que se aproxima.

Cidade do Natal — Março — 1982

LUÍS DA CÂMARA CASCUDO

OS 80 ANOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE

(Lido por ocasião da posse do ~~Presidente~~ **FERNANDO HIPÓLYTO DA COSTA**, em sessão solene de 29.03.1981).

O parágrafo único do Artigo 5 dos Estatutos deste Instituto, aprovado em sessão de 27 de março de 1927, determina que os sócios efetivos, ao serem admitidos no quadro social da entidade, devem apresentar uma memória escrita, histórica ou geográfica, ou então, que tenham colhido para o Instituto documentos sobre fatos da História do Brasil ou do Rio Grande do Norte.

Em cumprimento a essa disposição estatutária, elaboramos através de um ano de pesquisas, um trabalho sucinto dos principais eventos registrados pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, nesses 80 anos de profícua existência.

O mencionado trabalho, contendo cerca de 300 páginas, revela as tradições vetustas da nossa história, pois o Instituto, instituição cultural pioneira no Estado, é o guardião do nosso passado histórico.

Atendendo à programação estabelecida para esta sessão solene, foi-nos atribuído o encargo de apresentar, em breves minutos, alguns fatos e registros interessantes obtidos no decorrer da pesquisa levantada.

Senão, vejamos:

EVENTOS DIVERSOS

1º) O Instituto foi fundado em sessão iniciada às 12 horas do dia 29 de março de 1902, num sábado de céu claro e muito calor. Por que essa data?

Afirma-se que era para relembrar a entrada vitoriosa do senhor do Cunhaú quando chegou para proclamar, naquela localidade, a República de 1817.

O Instituto iniciou assim, numa data simbólica, a sua trajetória fulgurante que alcançou hoje, os seus 80 anos a serviço da cultura do Estado.

Por que o horário das 12 horas?

Explica-nos com riqueza de detalhes o nosso confrade **MANOEL RODRIGUES DE MELO** em seu majestoso trabalho "A Fundação do Instituto". Diz ele: "O

fato revela aos homens de hoje, o que era a vida familiar natalense em 1902.

Dormia-se com as galinhas e acordava-se às primeiras cantorias do galo.

De manhã cedo, a primeira refeição. Às 10 horas, almoço e jantar às 14 horas.

À noite, ceia, cadeiras na calçada, palestra com os vizinhos, para desenfadar, e por fim rede embaladora e preguiçosa”.

Em razão disso, concluímos que a sessão de fundação da entidade iniciou-se após o almoço a tempo de terminar antes do jantar.

2º) Foram 12 os sócios fundadores que se encontravam presentes àquela histórica sessão, compondo um grupo de cidadãos que se destacavam nos meios políticos, educacionais, na magistratura e no setor administrativo do Estado:

ALBERTO MARANHÃO (Governador do Estado)

FRANCISCO CARLOS PINHEIRO DA CÂMARA (Chefe de Polícia)

FRANCISCO DE SALES MEIRA E SÁ (Presidente do Tribunal de Justiça)

FRANCISCO PINTO DE ABREU (Diretor do Ateneu Norte-riograndense)

JOAQUIM MANOEL TEIXEIRA DE MOURA (Cel. da milícia, Presidente da Intendência Municipal, hoje Prefeitura).

LUÍZ MANOEL FERNANDES SOBRINHO (Juiz de Direito da Capital)

MANOEL DANTAS (Diretor Geral da Instrução Pública)

OLÍMPIO MANOEL DOS SANTOS VIDAL (Juiz Federal da Seção)

PEDRO SOARES DE ARAÚJO (Cel. da milícia, Inspetor do Tesouro do Estado)

TOMAZ LANDIM (Procurador da Fazenda Nacional)

VERÍSSIMO DE TOLEDO (Contador do Tesouro do Estado)

VICENTE SIMÕES PEREIRA DE LEMOS (Desembargador, e considerado como o idealizador do Instituto)

3º) Outras 14 pessoas que não participaram da sessão, mas que aderiram à feliz iniciativa, solicitaram, através de representantes, que também fossem considerados sócios fundadores, matéria aprovada por unanimidade:

PEDRO VELHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO (Senador)

JOAQUIM FERREIRA CHAVES (Senador)

JOSÉ BERNARDO DE MEDEIROS (Senador)

AUGUSTO TAVARES DE LYRA (Deputado Federal)

ELOY CASTRICIANO DE SOUZA (Deputado Federal)

JOÃO BATISTA DE SIQUEIRA CAVALCANTE (Desembargador)

JOSÉ TEOTÔNIO FREIRE (Desembargador)

MANOEL MOREIRA DIAS (Desembargador)

ANTÔNIO JOSÉ DE MELO E SOUZA (Procurador Geral do Estado)

HENRIQUE CASTRICIANO DE SOUZA (Secretário do Governo)

JOÃO AVELINO PEREIRA DE VASCONCELOS (Capitão)

MANOEL HEMETÉRIO RAPOSO DE MELO (Advogado e Juiz aposentado)

PEDRO AVELINO (Jornalista, diretor da “Gazeta do Comércio”, de Natal)

SÉRGIO BARRETO (Industrial)

4º) O Instituto nasceu em pleno desenrolar da denominada “Questão de Grossos”, uma área em litígio entre os Estados do Rio Grande do Norte e Ceará.

Pode-se afirmar que o Instituto foi fundado em decorrência dessa acirrada disputa de terras que, por pouco, não terminou em conflito armado entre os dois Estados.

Após vários anos de contenda judicial, com a interferência do próprio Presidente da República e, porque não citar, das vozes esclarecedoras dos que labutavam no Instituto, deu a Justiça ganho de causa em favor do nosso Estado, cujo advogado foi RUI BARBOSA, a “Águia de Haia”.

Em retribuição aos serviços prestados, foi-lhe concedido o título de sócio honorário desta entidade.

- 5º) A primeira comissão formada no Instituto teve a incumbência de confeccionar e apresentar, para discussão, os Estatutos da nova agremiação. Ficou constituída dos seguintes sócios: VICENTE SIMÕES PEREIRA DE LEMOS, ANTÔNIO JOSÉ DE MELO E SOUZA e PEDRO SOARES DE ARAÚJO. Esta comissão foi organizada no mesmo dia da fundação do Instituto.
- 6º) A primeira homenagem que o Instituto prestou, transcorreu em 18 de maio de 1902, quando foi reverenciada a pessoa de AUGUSTO SEVERO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, falecido há 6 dias, no acidente de seu balão-dirigível "Pax", nos céus de Paris. Pela primeira vez foi lançado em ata um voto de pesar e suspensão a sessão.
- 7º) Os primeiros Ofícios recebidos pelo Instituto foram remetidos pelos Governadores de São Paulo, Minas Gerais, Ceará, Amazonas, Piauí e Santa Catarina, todos em agradecimento à Circular comunicando a fundação da nossa entidade.
- 8º) Os primeiros Estatutos do Instituto foram aprovados na sessão de 25 de maio de 1902. Essa regulamentação compunha-se de 60 artigos distribuídos em 10 capítulos.
- 9º) Em 02 de novembro de 1902, foi doada a primeira fotografia ao Instituto, pelo Governador ALBERTO MARANHÃO. A fotografia é de FELIPE CAMARÃO (o Índio POTI) e pode ser vista no salão nobre.
- 10º) O primeiro número da "Revista do Instituto" circulou em janeiro de 1903, constando de 100 páginas, ao preço da época: 3\$000. Foi impresso na "Gazeta do Comércio" e na capa foi estampado um significativo pensamento: "Nada do que é grande, começou grande".
- 11º) A primeira sessão solene ocorreu em 25 de agosto de 1903, quando o Instituto prestou uma homenagem ao Duque de Caxias, Patrono do Exército Brasileiro, pela passagem de sua data de nascimento. Essa sessão, pelo seu alto significado, foi realizada no salão nobre do Palácio do Governo. O discurso de saudação foi pronunciado pelo Presidente do Instituto, OLÍMPIO MANOEL DOS SANTOS VITAL. Falaram, também, o Padre JOSÉ CALAZANS e o Alferes JOSÉ DA PENHA. Ao final, houve uma demonstração de esgrima entre JOSÉ DA PENHA e seu colega HERÁCLIO HÉLIO.
- 12º) O primeiro sócio honorário do Instituto, Padre JÚLIO MARIA, foi recepcionado em sessão extraordinária de 10 de maio de 1903, realizada no salão nobre do Palácio do Governo. Ele foi saudado pelo orador da entidade, FRANCISCO DE SALES MEIRA E SA. A Banda de Música do Batalhão de Segurança (hoje Polícia Militar), tocou na entrada do Palácio.
- 13º) A 24 de junho de 1909, o Instituto através de uma comissão, apresentou parecer acerca da instituição do brasão do Estado, cujas especificações sugeridas foram todas aprovadas pelo Governador do Estado.
- 14º) Pela Lei nº 277, de 25 de novembro de 1909, foi oficializada a entrega de todo o acervo da Biblioteca Pública do Estado aos cuidados do Instituto, com o encargo de facultá-lo à visitação pública.
- 15º) Na sessão de 5 de junho de 1910, foi participado o recebimento da estola que pertenceu ao FREI MIGUELINHO (um dos heróis da revolução de 1817)

ofertada pelos seus familiares. A estola pode ser vista no salão nobre do Instituto.

- 16º) A 17 de julho de 1927, o Instituto recebeu a honrosa visita do Príncipe DOM PEDRO DE ORLEANS E BRAGANÇA, acompanhado de seus familiares.
- 17º) A 27 de novembro de 1927, foi registrada a maior oferta feita ao Instituto até aquela data: 307 volumes de obras diversas, da parte do consócio JOSÉ AUGUSTO BEZERRA DE MEDEIROS.
- 18º) A primeira mulher que tomou posse no Instituto, a 29 de março de 1929, foi a Professora ISABEL GONDIM, falecida aos 94 anos de idade.
A segunda, que está completando no ano corrente 79 anos, é a Professora CAETANA DE BRITO GUERRA. Em 1981 tomou posse a Sra. MARIA DE LOURDES VALENTIM MOURA (sócio correspondente no Rio de Janeiro), e na data de hoje, temos a registrar a quarta admissão, a da advogada, jornalista e escritora, Sra. ANNA MARIA CASCUDO BARRETO.
- 19º) Na sessão de 27 de abril de 1930, o Instituto sugeriu ao Prefeito Municipal de Natal, Engenheiro OMAR O'GRADY, ~~to~~ nomes para avenidas, ruas, praças e outros logradouros, colaborando com a questão da toponímia de Natal. Todas as sugestões foram aceitas e convertidas em Lei Municipal.
- 20º) Uma coincidência: na mesma data e no mesmo horário em que o famoso aviador português, Almirante GAGO COUTINHO, visitava o Instituto e recebia o seu diploma de sócio honorário — 12 de junho de 1932 — há mais de 2.100 quilômetros de distância, no Campo dos Afonsos, Rio de Janeiro, decolava o avião Curtiss "Fledgling" K-263 para realizar a primeira viagem do Correio Aéreo Nacional, obra que imortalizou EDUARDO GOMES e da qual todos os brasileiros se orgulham.
- 21º) O primeiro centenário da imprensa potiguar foi comemorado em sessão magna de 2 de setembro de 1932. O orador da solenidade foi o consócio LUÍS DA CÂMARA CASCUDO. Houve ainda uma exposição de jornais, pertencentes ao arquivo do Instituto
- 22º) A 19 de março de 1934, o Instituto comemorou, com uma sessão magna, a passagem do 4º centenário do nascimento do Padre JOSÉ DE ANCHIETA, o "Apóstolo do Brasil".
Foi orador da sessão o consócio ANTÔNIO SOARES DE ARAÚJO.
- 23º) Na noite de 21 de outubro de 1938, o Instituto realizou uma sessão solene na nova sede localizada à Rua da Conceição nº 622, desta vez em caráter definitivo, pois o imóvel lhe foi doado por decreto do Interventor Federal Dr. RAFAEL FERNANDES GURJÃO.
Este prédio foi construído em 1906, no Governo AUGUSTO TAVARES.
Para solenizar esse acontecimento, o Dr. NESTOR DOS SANTOS LIMA, Presidente do Instituto, pronunciou uma interessante palestra sob o tema: "As cinco Sedes do Instituto".
Para consecução desse objetivo, o da sede própria, muito contribuíram o Interventor Federal, Dr. RAFAEL FERNANDES GURJÃO e o Secretário Geral do Estado, Dr. ALDO FERNANDES RAPOSO DE MELO.
- 24º) A 27 de setembro de 1940, o Instituto comemorou em sessão solene, o transcurso do 4º centenário da fundação da Companhia de Jesus, sendo orador dessa sessão o consócio LUÍS DA CÂMARA CASCUDO, proferindo um brilhante discurso no qual historiou a obra patriótica e cristã dos discípulos de Santo Inácio de Loyola.

- 25º) O primeiro centenário do nascimento de JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS, o Barão do Rio Branco, foi comemorado pelo Instituto através de sessão solene transcorrida em 20 de abril de 1945, sendo orador desse evento o Dr. NESTOR DOS SANTOS LIMA, Presidente do Instituto.
- 26º) Na data de 10 de fevereiro de 1946, foi ofertado ao Instituto, uma cópia da máscara mortuária de AUGUSTO SEVERO. A doação foi da parte de seu filho, Sr. SÉRGIO SEVERO.
A máscara mortuária encontra-se no salão nobre do Instituto.
- 27º) Em 15 de agosto de 1949, transcorreu a sessão especial dedicada à memória de AMARO CAVALCANTE, na passagem do centenário do seu nascimento. A palavra foi concedida ao Presidente do Instituto, Dr. NESTOR DOS SANTOS LIMA, o qual pronunciou uma conferência sob o título: "AMARO e a educação nacional".
- 28º) Em sessão solene, conjunta, do Instituto Histórico e a Academia Norte-rio-grandense de Letras, foi comemorado a 10 de novembro de 1949, a passagem do primeiro centenário do nascimento de RUI BARBOSA.
Discursou, a respeito do acontecimento, o Dr. NESTOR DOS SANTOS LIMA.
- 29º) O primeiro centenário de nascimento do sócio fundador VICENTE SIMÕES PEREIRA DE LEMOS foi festejado pelo Instituto em sessão magna ocorrida a 28 de outubro de 1950.
Fez a saudação o Presidente NESTOR DOS SANTOS LIMA, tendo agradecido em nome da família o Desembargador ANTÔNIO SOARES DE ARAÚJO.
O retrato do Dr. NESTOR pode ser visto no salão nobre do Instituto, na galeria dos presidentes da "Casa da Memória".
- 30º) De 23 a 29 de março de 1952, ocorreu a "Semana da Cultura Potiguar", ocasião em que foi comemorada a passagem do cinquentenário da fundação do Instituto.
Foi realizada uma sessão solene e programadas seis conferências, além de ter sido rezada uma missa pelo Arcebispo de Natal, Dom MARCOLINO DANTAS.
- 31º) A 29 de março de 1952, em sessão solene, foi inaugurado na galeria dos sócios beneméritos do Instituto, o retrato do ex-Governador do Estado Dr. RAFAEL FERNANDES GURJÃO.
O discurso oficial foi proferido pelo Dr. AMÉRICO DE OLIVEIRA COSTA, Secretário Geral do Estado. O consócio ALDO FERNANDES RAPOSO DE MELO agradeceu em nome da família RAFAEL FERNANDES.
- 32º) No dia 24 de dezembro de 1963, transcorreu a solenidade da entrega, pela Prefeitura de Natal ao Instituto, do pelourinho que se achava instalado na Praça André de Albuquerque.
Discursaram na cerimônia o Prefeito de Natal DJALMA MARANHÃO e o Presidente do Instituto, ENÉLIO LIMA PETROVICH, tendo este agradecido, em nome do Instituto, a valiosa doação.
O pelourinho pode ser visto na varanda, junto à porta de entrada do Instituto.
- 33º) Na data de 18 de abril de 1964, foi registrada a entrega ao Instituto, da biblioteca do falecido sócio NESTOR DOS SANTOS LIMA, constante de 8 estantes e mais de 6.000 livros de História, Direito, Sociologia, Literatura, etc.
- 34º) Comemorando a "Semana de CÂMARA CASCUDO", iniciativa do Presidente ENÉLIO LIMA PETROVICH em considerar os altos méritos intelectuais do renomado escritor e pesquisador, discursaram nas diversas sessões, a

partir de 24 de dezembro de 1964, os consócios e convidados AMÉRICO DE OLIVEIRA COSTA, NEWTON NAVARRO, ADERBAL DE FRANÇA, DIÓGENES DA CUNHA LIMA, OSVALDO DE SOUZA, NILO PEREIRA e MANOEL RODRIGUES DE MELO.

O encerramento da “Semana de CÂMARA CASCUDO” contou com a presença do então Governador do Estado ALUÍZIO ALVES.

35º) Em 12 de março de 1965, em sessão solene, foi comemorada a passagem do centenário da Guerra do Paraguai, ocasião na qual o consócio UMBERTO PEREGRINO pronunciou uma conferência sob o tema: “A Guerra do Para-

guai na obra de MACHADO DE ASSIS”.

O conferencista foi saudado pelo orador do Instituto, LUÍS DA CÂMARA CASCUDO.

36º) Em homenagem ao transcurso do centenário de nascimento do notável sertanista Marechal CÂNDIDO RONDON, o Instituto procedeu a uma sessão solene efetivada a 5 de maio de 1965.

O orador da sessão foi o consócio LEOPOLDO GURREIA SOARES DE ARAÚJO e que discorreu sob o tema: “A Importância do Marechal RONDON na História do Brasil”.

37º) A passagem do centenário de nascimento do poeta FERREIRA ITAJUBÁ foi comemorado pelo Instituto em sessão solene de 21 de agosto de 1976. Foi orador dessa sessão o consócio MANOEL RODRIGUES DE MELO.

38º) A 24 de setembro de 1976, realizou-se a sessão magna para festejar a poetisa AUTA DE SOUZA, no ano do centenário do seu nascimento. Foi orador o consócio GUMERCINDO SARAIVA que abordou o tema: “AUTA DE SOUZA e a canção brasileira”.

Saudaram, também, a poetisa, em outras datas, os consócios MANOEL RODRIGUES DE MELO (“AUTA DE SOUZA e sua geração”) e JOSÉ MELQUIADES DE MACEDO (“AUTA DE SOUZA e seu século em Macaíba”).

39º) Por ocasião da passagem do centenário da morte do Vigário BARTOLOMEU (BARTOLOMEU DA ROCHA FAGUNDES), o Instituto comemorou através de uma sessão em 09 de novembro de 1977, ocasião em que discursou o consócio ENÉLIO LIMA PETROVICH (“A questão religiosa e o Rio Grande do Norte”).

AS SEDES DO INSTITUTO

O Instituto Histórico teve, nesses 80 anos de profícua existência, cinco sedes e realizou seis mudanças.

A primeira sede, onde ocorreu a fundação, foi na biblioteca do antigo Atheneu Norte-riograndense (Avenida Junqueira Aires).

No ano seguinte, as sessões foram realizadas no prédio da Intendência Municipal (local da atual Prefeitura Municipal de Natal). Foi essa a segunda sede.

Em 1904, ocorreu nova mudança para a sua terceira sede, o prédio da antiga Justiça Federal (Rua 13 de Maio, hoje Princesa Isabel).

Em princípios de 1908 passou o Instituto a funcionar neste local onde nos encontramos. Este prédio foi construído em 1906, no Governo AUGUSTO TAVARES DE LYRA (quarta sede).

Nessa época o Supremo Tribunal de Justiça do Estado também havia se instalado no mesmo prédio.

Aumentando as suas instalações e crescendo a sua biblioteca, não foi possível conciliar a permanência das duas instituições dentro de um só prédio, e o Instituto transferiu-se para a casa de nº 577 nesta mesma rua, onde atualmente encontra-se a Assembleia Legislativa (quinta sede).

Finalmente, a 21 de outubro de 1938 o Instituto realizou a sua sexta mudança, retornando à quarta sede, neste prédio, onde sempre permanecerá, pois o imóvel lhe foi doado por decreto do Interventor Federal, Dr. RAFAEL FERNANDES GURJÃO.

OS PRESIDENTES DO INSTITUTO

Da fundação aos dias atuais, quando o Instituto completa garbosamente os seus 80 anos, foram empossados 8 presidentes:

1º) Dr. OLÍMPIO MANOEL DOS SANTOS VITAL
(de 1902 a 1910) ... 8 anos

2º) Desembargador VICENTE SIMÕES PEREIRA DE LEMOS
(de 1910 a 1916) ... 6 anos

3º) Cel. PEDRO SOARES DE ARAÚJO
(de 1916 a 1926) ... 10 anos

4º) Desembargador JOÃO DIONÍSIO FILGUEIRA
(período para completar o mandato em face da renúncia do Cel. PEDRO SOARES DE ARAÚJO. Foi, portanto, uma Presidência interina, já que o Desembargador JOÃO DIONÍSIO exercia o cargo de 1º Vice-presidente -

(1926) ... 2 meses, 6 dias

5º) Desembargador HEMETÉRIO FERNANDES RAPOSO DE MELO

(de 1926 a 1927) ... 1 ano

6º) Dr. NESTOR DOS SANTOS LIMA
(de 1927 a 1959) ... 32 anos

7º) Dr. ALDO FERNANDES RAPOSO DE MELO
(de 1959 a 1963) ... 4 anos

8º) Dr. ENÉLIO LIMA PETROVICH
(de 1963 aos dias atuais, totalizando 19 anos de presidência, tendo ainda um ano para completar o seu mandato, e que certamente será reeleito por dever de justiça e gratidão pelo muito que tem feito por este Instituto).

Dois presidentes faleceram no exercício da Presidência: OLÍMPIO MANOEL DOS SANTOS VITAL e NESTOR DOS SANTOS LIMA, o primeiro em 19.02.1910 e o segundo, em 26.02.1959.

Coincidentemente, ambos faleceram em fevereiro.

Em sessão de 01 de agosto de 1953, NESTOR DOS SANTOS LIMA foi declarado "Presidente Perpétuo do Instituto".

A REVISTA DO INSTITUTO

A Revista do Instituto começou a circular no ano seguinte ao da fundação da "Casa da Memória", isto é, em 1903 e conta até o momento com 72 volumes publicados.

O artigo mais longo inserido na Revista do Instituto é o de autoria do sócio fundador LUIZ MANOEL FERNANDES SOBRINHO, sob o título: "A Imprensa Periódica no Rio Grande do Norte", com 527 páginas. Foi o mesmo transcrito em seis partes, ou seja, em 6 volumes difundidos seguidamente.

O assunto mais debatido na Revista foi a chamada "Questão de Grossos" (área em litígio entre os Estados do Rio Grande do Norte e Ceará). Esse assunto, de diversos autores, foi divulgado em 16 matérias totalizando 951 páginas.

Verificamos, pois, como o Instituto tornou-se uma trincheira cultural em defesa das legítimas aspirações do povo norte-riograndense, fazendo-se ouvir através de 16 judiciosas argumentações.

O exemplar mais volumoso foi o de nº 3, correspondente ao ano de 1905, com 470 páginas.

A Revista já estampou 71 fotografias, sendo 30 somente no volume dedicado às festividades do Centenário da Independência (volume 19, ano de 1922).

A primeira fotografia publicada ~~no~~ ano de 1908), foi a do Senador PEDRO VELHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, como homenagem ao seu falecimento ocorrido em 1907.

QUADRO SOCIAL

O Instituto possui 38 sócios honorários. Da documentação existente e consultada, chegamos à conclusão de que o quadro social desta entidade é de aproximadamente 450 sócios, sendo:

217 advogados, médicos e engenheiros; 36 professores; 33 desembargadores; 29 religiosos; 20 historiadores e escritores; 7 com título de nobreza. Dentre os militares, há 5 generais e 4 almirantes. 4 são jornalistas e apenas 3 são diplomatas.

O sócio mais idoso, ainda vivo, é o Desembargador FÉLIX BEZERRA DE ARAÚJO GALVÃO, sócio honorário desde 1965. Acha-se com 98 anos de idade; é o nosso recordista.

O sócio benemérito mais idoso é o Mestre LUÍS DA CÂMARA CASCUDO, sócio efetivo desde 1927. Em dezembro/81, completou 83 anos de intensa intelectualidade.

Os sócios mais idosos, já falecidos, são o Desembargador ANTÔNIO SOARES DE ARAÚJO e a Professora ISABEL URBANA DE ALBUQUERQUE GONDIM (Professora ISABEL GONDIM). Ambos faleceram com 94 anos de idade.

O sócio mais jovem, já falecido é IRINEU FERREIRA PINTO. Faleceu aos 37 anos de idade.

Dois sócios faleceram no mesmo ano (1908), na mesma cidade (São José de Mipibu) e ambos possuem a mesma letra no prenome (A): ANTÔNIO PEREIRA SIMÕES (falecido em 30.01.1908) e ÂNGELO CAETANO DE SOUZA COUSSEIRO (falecido em 04.04.1908).

Dois irmãos, ambos sócios, faleceram no mesmo ano (1916), com a diferença de apenas 2 meses e 15 dias: LUIZ EMÍDIO PINHEIRO DA CÂMARA e FRANCISCO CARLOS PINHEIRO DA CÂMARA.

Faleceram de forma inesperada:

— ANTÔNIO PEREIRA SIMÕES (sócio efetivo) — Faleceu na estação ferroviária de São José de Mipibu, em 1908, quando viajava em trem, de Natal para Recife;

— ANTÔNIO COELHO RODRIGUES (sócio honorário) — Faleceu em 1912, quando viajava em navio, entre a Europa e o Brasil, próximo à Ilha de São Vicente;

— PEDRO VELHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO (sócio fundador) — Faleceu em 1907, a bordo do navio “Brasil”, quando se encontrava fundeado no porto de Recife.

O Instituto conta com sócios correspondentes procedentes dos seguintes países França, Espanha, Chile, Estados Unidos, Alemanha, Argentina e Portugal.

Os prenomes mais comuns, no quadro social do Instituto: JOSÉ (41 sócios), JOÃO (26 sócios), MANOEL (23 sócios) e FRANCISCO (20 sócios).

E para concluirmos: dentre o pessoal analisado (idades conhecidas), a pesquisa chegou à conclusão que a vida média de um sócio do nosso Instituto é de 70 (setenta) anos, dado muito reconfortante para todos nós...

DEVOTAMENTO
NILO PEREIRA
(Sócio Correspondente)

Encontro o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte ao qual tenho a honra de pertencer como sócio correspondente, numa azáfama que logo faz ver o que será a comemoração do próximo dia 29, quando a Casa da Memória completará oitenta anos de vida.

O Instituto está sendo pintado às custas do seu próprio presidente, o incansável Enélio Lima Petrovich. Não tendo obtido o apoio que merecia dos poderes públicos — e tendo passado duas horas para ser recebido pelo Secretário de Educação, conforme leio em jornais de Natal — fez o que lhe impunha a dignidade de Presidente da mais antiga Casa de Cultura do Estado: retirou-se e mandou pintar o prédio por sua conta e risco.

É sempre assim: nunca há dinheiro nem boa vontade para as coisas da cultura. Vem a burocracia, que entrava tudo. E quem quer trabalhar e preservar as tradições históricas do povo — e que tradições mais belas que as do Rio Grande do Norte — vê-se a braços com a pedra no caminho, que é a fatalidade do viajor idealista.

O dia 29 deste mês é uma data — já o escrevi e volto a dizer — de todo o Nordeste. O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte completará oitenta anos de atividade incessante. Durante todo esse tempo não parou a nobre Instituição. Nunca recuou diante dos grandes obstáculos, que não faltam. Numa hora dessa, que é de lembranças tão cheias do sentimento da vida é impossível esquecer o seu primeiro presidente — o Dr. Olímpio Vital, que iniciou a caminhada gloriosa. A primeira diretoria foi esta: Dr. Alberto Maranhão (governador do Estado), vice-presidente: Dr. Pinto de Abreu, 1º Secretário: Dr. Luis Fernandes, 2º Secretário: Desembargador Meira e Sá, orador: Veríssimo de Toledo, tesoureiro.

Foi com essa diretoria (1902) que o Instituto fez a sua arrancada. Outros grandes Presidentes continuaram a tarefa: — Desembargadores Hemetério Fernandes e Antônio Soares, Aldo Fernandes, Nestor Lima (a quem dedicarei uma Nota especial), que foi Presidente perpétuo, Enélio Lima Petrovich, que vai celebrar os oitenta anos da Instituição com expressivas solenidades.

Enélio deu-me a honra de receber entre os sócios novos o jurista, romancista, escritor e poeta Silvio Meira, autor do monumental livro sobre Teixeira de Freitas. Para mim bastava isso para esperar a data com grande ansiedade.

(Jornal do Comércio — Recife-PE — 17.03.82)

GRANDE DATA

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte se prepara para festejar os seus oitenta anos de existência. Encontro o seu presidente — Enélio Lima Petrovich, um dinamo em incessante atividade — todo entregue à magia dessa grande data, que o Nordeste deve celebrar, pois que é um marco na nossa Historiografia. Quando o Instituto completou os seus setenta e um anos de vida, o seu vice-presidente, escritor Manoel Rodrigues de Melo, por muitos anos presidente da Academia Norte-Riograndense de Letras, onde deixou o traço inapagável de sua administração renovadora, pronunciou uma conferência em que fixa o itinerário da Casa da Memória, como é chamado o Instituto, fundado no dia 29 de março de 1902. Surgiu numa das salas do antigo Ateneu Norte-riograndense, à Avenida Junqueira Aires, onde funcionava a Biblioteca Pública e onde reside não posso deixar de acrescentar — um dos maiores nomes da octogenária Instituição — Luiz da Câmara Cascudo, o mestre.

O governador do Estado era um Mecenaz da Cultura, Alberto Maranhão, que nunca deixou de promover ou patrocinar ~~.....~~ desse porte. Lá está ele entre os sócios fundadores, assinando a Ata de fundação, que explende em nomes ilustres da época, todos eles voltados para a entidade que nascia. Que falta tem feito Alberto Maranhão!

Recorda Rodrigues de Melo, na sua conferência editada pelo Instituto em 1976 que as principais Instituições culturais do Rio Grande do Norte, nos últimos anos do século XIX, eram: — o Grêmio Polimático, de Antônio de Sousa, tendo como órgão de divulgação a “Revista do Rio Grande do Norte”; a Associação Congresso Literário, com Antônio Marinho, vocação de filósofo estudado por Floriano Cavalcanti, Benvenuto Oliveira, Ezequiel Wanderley e outros, publicando “A Tribuna”; Grêmio Literário “Le Monde Marche”, dirigido por Alfredo de Carvalho, com a revista “Oásis”; e a Academia Literária Norte-riograndense, na qual figuram grandes nomes do tempo. O Instituto Histórico e Geográfico, em 1902, é o coroa-mento de toda essa atividade cultural, que culmina, em 1914 com a criação da Escola Doméstica de Natal — talvez o maior poema de Henrique Castriciano — e com a conferência de Oliveira Lima sobre Nisia Floresta, no então Teatro Carlos Gomes, em 1919.

(Jornal do Comércio — Recife-PE — 18.03.82)

NESTOR LIMA

Prometi escrever uma Nota especial sobre Nestor Lima, Presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, no momento em que a mais velha instituição cultural do Rio Grande do Norte se prepara para celebrar os seus oitenta anos, em 29 do corrente.

Devo a Nestor dos Santos Lima, a honraria de pertencer aos quadros do Instituto. Vou aos meus arquivos silenciosos, e lá está o ofício que ele me fez comunicando a escolha do meu nome. O ofício extrapolado dos padrões rigidamente oficiais: é uma comunicação afetuosa de um mestre da História e da Geografia a um jovem que se iniciava na vida e a quem ele trazia o seu generoso estímulo.

Nestor Lima foi o próprio Instituto numa larga faixa de sua vida. Há homens que são instituições. Ele é um e Enélio outro. Tanto que costume dizer que Enélio Lima Petrovich completará no dia 29 do corrente a idade de oitenta anos. Pois que ele e o Instituto são uma só pessoa ou se quiserem, uma só Instituição.

Muitas vezes vi Nestor Lima no Instituto, correndo tudo, examinando as coisas, os objetos expostos, dignos da veneração das gerações, observando a marcha da velha Casa que ele tanto dignificou.

Era um homem afetuoso. Ocupou os mais altos cargos, foi Diretor da Instrução Pública e Secretário Geral do Estado, educador, professor eminente da Escola Normal e autor de vários livros. Um desses livros — “Municípios do Rio Grande do Norte” — é um trabalho completo, exaustivo, que devia ser atualizado e reeditado pelo Instituto.

Grande advogado, Nestor Lima ~~emparrava~~ vivia com Alberto Roselli e Heráclio Vilar, os maiores de Natal. Parece-me que era antes jurista do que advogado de lides afanosamente forenses. Possuía excelente biblioteca que deixou, em testamento, para o Instituto Histórico.

Sempre que vou ao Instituto cuido vê-lo entre livros e papéis velhos, como se ali estivesse, lutando pelo seu ideal que o acompanhou até os seus últimos dias. Foi uma grande figura do Rio Grande do Norte. Tem no seu sobrinho-neto, Enélio Lima Petrovich, um seguro continuador, com imensos serviços prestados, que o credenciam à Presidência perpétua do Instituto, como tenho por mais de uma vez afirmado e reclamado.

No próximo dia 29 Nestor Lima está a merecer homenagens especiais. Ele foi, numa certa fase, o sustentáculo da Casa da Memória, e é, hoje, o legendário defensor da sua tradição.

(Jornal do Comércio — Recife-PE, 19.03.82).

FERREIRA ITAJUBÁ

M. Rodrigues de Melo
(Sócio Efetivo)

INTRODUÇÃO

MANOEL VIRGÍLIO FERREIRA ITAJUBÁ nasceu no penúltimo período de reação contra o romantismo, início da fase parnasiana no Brasil.

Era a fase da Segunda Escola Paulista, citada por Sílvio Romero, no seu livro "Evolução da Literatura Brasileira", que tinha por epígonos Teófilo Dias, Raimundo Correia, Olavo Bilac, Alberto de Oliveira, Afonso Celso, aos quais se ligavam Artur Azevedo, João Ribeiro, Adelino Fontoura, Guimarães Passos, Rodrigo Otávio, Magalhães de Azeredo, Mário de Alencar, Luíz Guimarães Filho Paulo de Arruda, Osório Duque Estrada, além de outros.

Em Natal, os poetas desse período, chamavam-se Lourival Açucena, José Teófilo, Joaquim Fagundes, Moreira ~~D. Azevedo~~, Manoel Gomes da Silva, Antônio de Amorim Garcia, Francisco Otilio Álvares da Silva, Padre Antônio Arêas, Urbano Hermilo de Melo, Luíz Carlos Lins Wanderley, Isabel Gondim e alguns outros.

Em 1876, Natal não passava de uma cidade triste, bisonha, escura, sem higiene, sem transporte, sem escolas, sem indústria, abrigando 20.000 habitantes, em números redondos. Os meios de transporte para o interior da Província eram parcos e morosos: o carro de boi, os animais de carga e de sela, as pequenas embarcações de cabotagem movimentavam a riqueza da terra. A Estrada de Ferro só existia em projeto. Não havia serviço d'água nem de esgoto. A população da Cidade Alta abastecia-se no Baldo. Os moradores da Ribeira apanhavam água nas cacimbas. Os estabelecimentos de ensino público resumiam-se num só: o Ateneu Norte-Riograndense, fundado em 1834. Colégios particulares, não existiam. As primeiras letras eram ensinadas em aulas particulares: um José Gotardo, um Francisco Otilio e alguns poucos. Os transportes para fora da Província eram feitos em vapores da Companhia Pernambucana, auxiliada por barcos de pequeno curso. Os maiores jornais da cidade eram **O Conservador** e **O Liberal**, divisores de águas da política provincial. À margem destes, circulavam **O Iris** de Joaquim Fagundes e **O Potengi** do tenente Hércules Pindaíra de Carvalho. A Política era o supremo ideal dos homens: dois partidos, Liberal e Conservador, revezando-se no poder, com uma quase única finalidade: derrubar os adversários.

INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Foi nesse ano e nesse meio que nasceu o menino Manoel Virgílio Ferreira. Filho de Joaquim José Ferreira e Francisca Ferreira de Oliveira, veio à luz, no dia 21 de agosto de 1876. Esta data não é pacífica. Luís da Câmara Cascudo, Gotardo Neto, Galdino Lima, José Bezerra Gomes, Ezequiel Wanderley defendem-na como exata. Clementino Câmara, em discurso de posse, na Academia Norte-Riograndense de Letras, advoga a data de 1875, enquanto o poeta, em documento assinado do próprio punho, declarou haver nascido em 1877. A placa de mármore afixada no local do seu nascimento, na rua Chile, nº 63, assinala a data de 21 de agosto de 1875. É possível que futuras pesquisas deem luz sobre o assunto. Os pais de Manoel Virgílio Ferreira eram norte-riograndenses, sendo a mãe natural de Mor-

rinhos, município de Touros, e o pai de lugar ainda não identificado. Aos seis anos de idade perdeu o pai que morreu de varíola, em 1882. Ai começa o drama da família. E o menino, inteligente e esperto, já aos seis anos aprendia as primeiras letras, com o professor Terto, Tertuliano Pinheiro, e mais tarde, com o professor Panqueca, Joaquim Lourival Soares da Câmara. Aos doze anos já era empregado na loja de fazendas do português Antônio Sátiro, situada à rua Tarquínio de Sousa, atual rua Chile, em casa contígua ao antigo Palácio do Governo, no bairro da Ribeira. Após quatro anos de experiência, no balcão de Antônio Sátiro, foi convidado para servir em idênticas funções em Macau, na casa de Antônio Deodato, onde logo adoeceu de varíola, regressando a Natal. Ali chegando, foi logo procurado pelo antigo patrão, que lhe ofereceu melhor ordenado e permissão para estudar no Ateneu. São desta fase os exames de Português e Arimética, os únicos que conseguiu fazer, na opinião de Clementino Câmara. Esta informação deita por terra a lenda de um Itajubá analfabeto, que ainda hoje corre nos meios intelectuais de Natal.

Clementino Câmara, o biógrafo mais autorizado do poeta, prossegue: “Logo após a morte de Antônio Sátiro, ficando desempregado, concebeu Itajubá uma genial idéia: funda um circo, que foi levantado no quintal de sua própria casa”. O biógrafo não menciona a data deste acontecimento. Sabe-se, no entanto, que o poeta foi posteriormente escrevente da Associação da Praticagem, em Natal, servindo, na mesma função, em Macau e Areia Branca, conforme informação do seu filho Nazareno Ferreira Itajubá. Exerceu ainda o cargo de Bedel no Ateneu Nortegrandense.

PRIMEIRAS MANIFESTAÇÕES LITERÁRIAS

Tendo noções práticas de pintura, aproveitava as horas vagas para abrir letreros em casas comerciais. Em 1896, com vinte anos, funda **O Eco**, pequeno jornal literário, na informação de Luís Fernandes. Clementino Câmara acrescenta tratar-se de um hebdomadário joco-sério, circulando aos domingos, fundado por Ferreira Itajubá, e polemizando com Chicó Araújo, que respondia pelas colunas de **O Fantochê**. Em 1897, funda a revista **A Manhã**, de parceria com Henrique J. de Oliveira, que circula a 2 de abril do mesmo ano. Esta revista, por incrível que pareça, não foi registrada por Luís Fernandes, no seu trabalho **A Imprensa Periódica no Rio Grande do Norte**, onde arrolou as atividades jornalísticas da Província-Estado de 1832 a 1908. Encontrei-a na revista **Oásis**, de 15 de abril de 1897, Ano IV, N. 54, p. 2. Gotardo Neto, em artigo inserto n^o **O Potiguar**, de 21 de agosto de 1908, comemorando o aniversário do poeta, dizia: “Publicou também a revista **A Manhã**, de colaboração com o prático da barra José Pereira, um moço que apesar da humildade em que vivia, era dotado de um espírito progressista e de uma extraordinária força de vontade”.

Em um trabalho que publiquei na Revista do Instituto Histórico, em 1966, destaquei o esforço dos rapazes de **O Potiguar**, órgão do Grêmio Doze de Outubro, cuja circulação compreende o período de 1904 a 1908. Deste jornal faziam parte, Cirilino Pimenta, Francisco Ivo, Manoel Januário, Gomes da Silva, Angione Costa, Alves Mipibu, Ponciano Barbosa, Jorge Fernandes, Clementino Câmara, Antônio Emerenciano, Antônio Glicério, Ferreira Itajubá e Gotardo Neto, “Dois inspirados cultores da lira potiguar”, na expressão de Luís Fernandes.

No mesmo trabalho, registrei a presença de **O Potengi**, que viveu de 1906 a 1908, fundado por Júlio Pinheiro, Manoel e Pedro Pimenta, tipógrafos profissionais, e ainda por João Pimenta. A tipografia deste jornal ficava na rua da Campina, depois Sachet, hoje **Duque de Caxias**. **O Potengi** circulava aos domingos e seus colaboradores, além dos fundadores, eram Gotardo Neto, Manoel Virgílio Ferreira Itajubá, Antônio Glicério e o normalista Gonzaga Galvão.

Não haverá temeridade em dizer-se que Itajubá colaborou em quase todos os jornais do seu tempo, ora com o próprio nome, ora com pseudônimos. Além dos jornais fundados por ele e de parceria com outros, colaborou ainda n'**A República**, de Pedro Velho, no **Diário do Natal**, de Elias Souto, na **Gazeta do Comércio**, de Pedro Avelino, n'**A Capital**, de Galdino Lima, n'**O Trabalho**, de Pedro Alexandrino, n'**O Arurau**, de Francisco Pereira da Silva, n'**A Tampa**, n'**A Rua**, no **Pax**, n'**O Torpedo**, disputando sempre o primeiro lugar, na beleza dos versos, na inspiração, na imaginação ardente, na espontaneidade, na originalidade, no amor à terra, na feição regionalista da sua poesia.

A FAMÍLIA

Os biógrafos do poeta, e já são tantos, pouco dizem a respeito da família de Manoel Ferreira Itajubá. E quando o fazem é para dizer que era filho de pessoas humildes, sendo a mãe de prendas domésticas e o pai dedicado a pescarias.

Gotardo Neto, amigo de infância do poeta e seu contemporâneo de atividades literárias, afirma justamente o contrário.

Escrevendo, em 1908, sobre o aniversário do amigo, diz textualmente: "Manoel Ferreira Itajubá nasceu a 21 de agosto de 1876, na casa n^o 29 da rua Tarquinio de Sousa, hoje rua do Comércio. Foram seus pais o honrado cidadão Joaquim José Ferreira, falecido na grande peste de 1882 e a exma. sra. d. Francisca Ferreira de Oliveira, que lhe sobrevive". E em seguida afirma categórico: "Era o sr. Joaquim Ferreira um laborioso industrial da pesca e partidário convencido das idéias liberais". E mais ainda: "Desvelado pela educação dos filhos, acreditamos que, se não houvera morrido tão cedo, o Itajubá seria outro, pelo menos quanto à solidez da instrução".

Sabe-se, no entanto, que o casal Joaquim José Ferreira e Francisca Ferreira de Oliveira tivera alguns filhos, entre eles Manoel, Florência e José.

Clementino Câmara, em discurso de posse na Academia Norte-Riograndense de Letras, afirma que "Itajubá casara duas vezes. Viúvo em primeiras núpcias, ficara-lhe da sua saudosa Emília, um filho, Nazareno. Depois, num dia de Finados, foi ao cemitério e lá viu Mariinha. Fita-a. Entreolham-se. Querem-se. Noivam e casam".

José Bezerra Gomes, o mais completo biógrafo do poeta, esclarece: "A primeira mulher, Emília Marques da Silva, Emília Piloto, tinha apenas dezessete anos e não assinava o nome, quando a desposou, no dia 28 de agosto de 1901. A segunda mulher, Mariinha, Maria Antonieta, que com ela se casou com o nome de Maria Ferreira Itajubá, do sobrenome do poeta, dizem que a conheceu em um dia de finados, quando ambos visitavam o cemitério de Natal, vindo Itajubá a morrer poucos meses depois do casamento".

Nazareno Ferreira Itajubá, filho do poeta, atualmente residindo em Natal, depõe:

Manoel Virgílio Ferreira Itajubá era casado com Emília Ferreira, filha do sr. Carlos Marques da Silva e Francilina Marques da Silva. Desta união, nasceram três filhos: Itamar, que morreu aos três meses de idade; Milton, que também faleceu com um ano e três meses, e Nazareno, o último, nascido a 10 de fevereiro de 1908”.

Diante da informação de Nazareno Ferreira Itajubá, consultei minhas notas e verifiquei que A República de 12 de janeiro de 1907 noticiara o seguinte: “Manoel Ferreira Itajubá e Emília Ferreira Itajubá participam o nascimento do seu filho Itamar”.

Ora, se Itamar nasceu a 12 de janeiro de 1907 e Nazareno a 10 de fevereiro de 1908, é claro que Milton foi o primeiro filho do casal e não Itamar como afirma o sr. Nazareno Ferreira Itajubá.

Diz ainda o sr. Nazareno Ferreira Itajubá que “perdeu seus pais com a idade de quatro anos, tendo sido criado pelas suas tias-avós, filhas de Antônio Piloto, com quem conviveu até os vinte e um anos de idade”.

Acrescenta que, “em 1931, alistou-se na Escola de Aviação Militar, com destino ao Rio, onde serviu até 1935, quando foi desligado. Após este período, empregou-se como representante de um Laboratório de Produtos Farmacêuticos, onde trabalhou trinta e cinco anos. Agora, após quarenta e seis anos de ausência, já aposentado, resolveu regressar definitivamente a sua terra natal”.

Nazareno Ferreira Itajubá é casado com D. Edit Amador Itajubá, gaúcha de Pelotas, de quem tem uma filha, Elisabet, única neta do poeta Ferreira Itajubá.

O HOMEM

Manoel Virgílio Ferreira Itajubá nunca foi homem reservado nos seus gestos e atitudes. Temperamentalmente incontinente, extravasava os seus sentimentos, nas menores coisas, nos momentos mais simples de sua vida. Luís da Câmara Cascudo, estudando a sua vida e a sua obra, num livro dos vinte anos, afirma: “Cantou, fez serenatas, embebedou-se ruidosamente em noites enluaradas, dispersou patrulhas, deu e apanhou cacetadas e foi empregado em uma porção de estabelecimentos públicos”.

Clementino Câmara, porém, destoa deste veredicto, negando-lhe qualquer veleidade de *espadaxim*. Diz Clementino: “sua vida não foi de exibições de valentia”.

Que fosse ou não arruaceiro, o que não seria para admirar naqueles tempos, especialmente em face do meio em que vivia, frequentando lapinhas, pastoris, boi-calembas, serenatas, pique-niques, bordéus, meritricio e outras tantas manifestações da vida social, o fato é que Itajubá não era homem acomodado, previdente, nem tampouco indiferente às coisas do seu tempo e do seu meio. Era, sobretudo, um incontinente, um participante, às vezes até exagerado. E nisto podemos chamá-lo a esta altura, precursor da ciência da comunicação que hoje recebe a chancela do próprio Papa Paulo VI, no bom sentido, diga-se de passagem.

O INTELECTUAL

Itajubá, como todos sabem, não teve grandes estudos. Não era, por isso mesmo, um erudito. Estudou em escolas e com professores particulares, inclusive no Ateneu, onde fez exames de Português e Arimética.

O resto foi feito sozinho, através de livros emprestados, sugestões de amigos, como Pedro Alexandrino, Henrique Castriciano, Gotardo Neto, Luís da Câmara Cascudo e outros intelectuais do seu tempo.

Os demais, companheiros de jornais, de grêmios literários, de serenatas, não tinham muito o que oferecer, além do horizonte visual de cada um. Ficavam abaixo, muito abaixo da sua percepção, da sua intuição, do seu gênio criador. Por isso, talvez, vacilava Itajubá no próprio julgamento de sua obra. Negado e evitado por uns, elogiado por outros, ansiava por uma opinião autorizada, que lhe desse consciência do seu valor e da importância de sua obra. Esse momento, ansiosamente esperado, chegou, na palavra de Henrique Castriciano, considerado o homem mais culto daquela época, em Natal.

É o próprio Henrique Castriciano que mais tarde depõe:

“Quando há seis ou oito anos, Ferreira Itajubá me deu o prazer da leitura do **Terra Natal**, escrevi algumas linhas para **À República** anunciando aos norte-riograndenses o aparecimento de um magnífico poeta regionalista.

“Tivera o mesmo gesto quando Francisco Palma me dera a ler, ainda inédito, o **Santelmos** e quando Gotardo Neto, começou a aparecer, sob não sei que pseudônimo francês, nas colunas de um matutino do qual eu era então colaborador assíduo.

“Relativamente a Itajubá lembra-me bem a surpresa que o meu artigo causou não somente ao público, mas à maioria dos intelectuais natalenses, surpresa, seja dito em bem da verdade, determinada sobretudo pelo feitio do poeta, cuja incorrigível boemia, em perpétuo desacordo com o meio, fizera dele um ser à parte, sem o relevo social que teria pela inteligência e pela bondade nativa se outro fosse o temperamento...

“Oh! a alegria do pobre artista ao ler o meu artigo, tão sincero quanto justo! Procurou-me, os olhos rasos d'água, sobraçando uns dez ou doze números d'**À República**, devidamente empacotados e endereçados a diversos amigos de outros lugares, porque, na sua inata ingenuidade, via naquelas efêmeras linhas de escritor provinciano a sagração definitiva.

“Não obstante o escandaloso preito de justiça que lhe rendi então, o poeta, como ainda hoje, continuou para a maioria, para os que sempre o conheceram mal vestido e malaventurado, uma figura literária de valor duvidoso. Morto porém pelo excesso de ciência de um professor que não acredita na assepsia — esse começa a ser visto através da claridade dos túmulos, que são de vidro para os seres de exceção ainda quando humildes e de lama, bem de lama e treva para os nulos cobertos em vida de lantejoulas.

“Lembro, a propósito, aos membros da associação “Ferreira Itajubá”, a idéia da ereção de um pequeno monumento em que repousem as cinzas desse desventurado cantor de nossa terra. Pensando nisto, já tomei a iniciativa de telegrafar ao senador Eloy de Sousa indagando se ainda existiam em lugar certo, tendo recebido resposta afirmativa e mais a comunicação de que seriam exumadas brevemente, a requerimento daquele nosso representante.

“Não se trata de uma exibição grotesca. Se não for possível conseguir o pequeno monumento a que aludo, o poeta ficará bem num dos templos da cidade, de preferência na igreja do Bom Jesus, da qual os seus versos nos falam por vezes. O essencial é que ele descanse no solo em que nasceu e cujos revelos como que vejo afagados pelas suas belas mãos de emotivo sempre que leio as admiráveis estrofes que traçara.

“Deve também o “Grêmio” colecionar as poesias esparsas do inditoso norte-riograndense. Com bastante esforço pude adquirir algumas; mas faltam muitas. Darão um magnífico livro, nada inferior ao **Terra Natal** e poderão ser publicadas sob o título de **Harmonias do Norte**, que eu propus e ele aceitou. O resultado dessa publicação será talvez um valioso auxílio para a realidade da primeira idéia lembrada acima. E os intelectuais norte-riograndenses terão cumprido um nobre dever rendendo essa homenagem ao autor de tantas harmonias glorificadoras da sua e da nossa terra e que pouco antes de finar-se escreveu estes tristes versos augurais:

“Natal, quando eu morrer, apaga-me da lembrança.

“Mas guarda-me na cova onde meu pai descança.

Quem tão infeliz foi em vida é justo que ao menos tenha como recompensa do grande amor votado à gleba do seu nascimento a ventura de nela dormir o derradeiro sono”.

Este artigo, publicado n’ **A República** de 9 de agosto de 1917, sob o pseudônimo de J. Cláudio, revela a admiração que Henrique Castriciano tinha pelo poeta e desfaz ao mesmo tempo as restrições que muita gente fazia ao valor intelectual do autor de **Terra Natal**,

Desfaz, sobretudo, a lenda de haver Henrique Castriciano passado o buril nos versos de Itajubá, maneira mesquinha e perversa de ofender à memória de quem tanto amou e sofreu cantando as belezas da terra que lhe deu o berço.

O primeiro artigo de Henrique, elogiando o **Terra Natal**, é de 1909-1911, com o poeta ainda vivo. Depois de sua morte, o crítico manteve a mesma opinião, reconhecendo os defeitos, mas insistindo na beleza dos versos, na sua espontaneidade, na riqueza das imagens, nos matizes da pintura, na força telúrica do inovador regionalista.

O mesmo fizera em relação a Auta de Souza, Francisco Palma, Gotardo Neto, Otoniel Menezes e nem por isso foram estes acimados de sofrer reparos ou merecer retoques do mestre consagrado.

Francisco Ivo Cavalcanti, auxiliar de Henrique na preparação da primeira edição do **Terra Natal**, em 1913, nega o fato de haver Henrique feito modificações nos originais do poema, admitindo a substituição de palavras ilegíveis nos primitivos rascunhos do poeta.

Aqui está um trecho do **Terra Natal**, que não passou pelas mãos de Henrique Castriciano. Publicado n’ **O Torpedo**, de 17 de outubro de 1909, 4 anos antes da publicação do poema em livro, somente agora aparece tal qual fora escrito e publicado pelo poeta ainda em vida.

Branca, meu santo amor, quando parti saudoso
De ti, dos meus, da pátria, o inverno caudaloso
Desceu dos olhos meus e a fresca madrugada
Encontrou-me a chorar de braços na amurada
Do veleiro batel que o salso mar cortava,
Enquanto, à luz da aurora, a maruja cantava
Nas tábuas do convés que o relento orvalhara
E o pranto do teu noivo, ó santa, refrescara.

E assim triste passei durante toda a viagem,
Exposto às virações, pensando em tua imagem.
Grande foi meu sofrer. Duro o pão amargava
Na boca sanguinosa, a água amarujava,
Muito pior o vinho...

Ah! como é triste o mar.

Para quem deixa, longe, uma noiva a chorar!
Para quem deixa mãe viúva, desconsolada,
Pelo filho que parte, em lágrimas banhada!
Para quem deixa irmãs, sucumbindo aos pesares,
E navega forçado em busca de outros lares,
Como já naveguei da borrasca aos gemidos,
Bendito fogo-fatuo azul dos tempos idos!

Tu sofres, bem o sei, porém nunca embarcaste!
Nunca, às brisas de além, por teu noivo choraste!
Nem sabes o que é ver, ao cair das procelas,
Quando o negrume ofusca o brilho das estrelas,
As vagas sacudindo os navios franzinos,
Desfeito o vento sul batendo aos latinos,
Nas enxárcias gemendo, os bravos marinheiros
O velame forrando, à fúria dos pampeiros,
Uns a noiva carpindo, outros lembrando a terra,
Onde deixaram mãe na planície da serra!

E quando, minha flor, serena a tempestade
E volata do sol nado a morna claridade,
O lenho sem governo — um mastaréu quebrado,
O pano quase roto, um mastro arreventado —
E sobre o tombadilho, onde as vagas rolaram,
A maruja cosendo as velas que ficaram,
Os cabos ajuntando e, triste qual um monge,
O coração dizendo: “Ah! terra que estás longe,
“Terra em que me caíra a lágrima primeira.
“Terra em que me brotara a ilusão derradeira!”

Querida, isso é que é dor!... E a mágoa que descrevo
Por ela já passei, meu suspirado enlevo.

Vi o mar sacudir, sem piedade, o navio,
Gelado, o céu descer, como um pálio sombrio,
Sobre o negro batel e, quantas vezes, quantas,

De mãos postas chorei, lembrando as cousas santas
Que ficaram na praia! Ah! quanto medo eu tinha
De deixar, para sempre, a tu' alma sozinha,
De não ir ao desterro, ó meu ditoso engano,
Para chorar por ti, na ausência do oceano!

Do confronto deste fragmento com igual trecho publicado no **Terra Natal**, chegar se-á à evidência de que as modificações, se as houve, foram tão pequenas, que não merecem ser respigadas.

CRÍTICOS E BIÓGRAFOS

Muitos são os estudos realizados sobre a vida e a obra de Ferreira Itajubá. Dele se ocuparam João Ribeiro, Mário de Andrade, Henrique Castriciano, Eloy de Sousa, Luís da Câmara Cascudo, ~~Armando~~ Seabra, Peregrino Júnior, Severino Silva, Angione Costa, Galdino Lima, ~~Gotardo~~ Neto, Ezequiel Wanderley, Esmeraldo Siqueira, Clementino Câmara, Luís Patriota, Edgar Barbosa, Nilo Pereira, Esdras Farias, Otoniel Menezes, Rômulo Wanderley, Veríssimo de Melo, Josué Silva, José Bezerra Gomes, todos enaltecendo a obra do desventurado cantor de Branca.

Manoel Virgílio Ferreira Itajubá é um fenômeno, como disse Nilo Pereira, que precisa ser decifrado na pobreza intelectual da província que o viu nascer.

Além de excelente poeta, foi ainda prosador e dramaturgo, travando polêmicas com Francisco Pereira da Silva e outros intelectuais do seu tempo. Segundo Wanderley, laureado por tantas manifestações da crítica contemporânea, tinha grande admiração por ele.

Temperamento arrebatado, sensível às solicitações da natureza, foi vítima da sua incontinência diante da vida que tanto perseguiu e amou.

O ORADOR

Ferreira Itajubá era além do mais, excelente orador. Possuindo boa memória, tinha a seu favor o dom da improvisação, dispensando muletas ou cadeira de rodas, para dizer os seus discursos. Falava de improviso, sob o efeito da sugestão momentânea, despertando curiosidade e simpatia. Conta-se que uma vez compareceu a uma festa do governo, sem ser convidado e muito menos esperado. Falaram os oradores oficiais. E quando ninguém esperava, o poeta pediu a palavra. O oficial da governança tentou obstá-lo. Segundo Wanderley, presente, interveio em favor do poeta. O discurso foi o melhor de quantos se ouviram naquela reunião. Segundo Wanderley, de regresso, em casa do seu irmão, Celestino, comentou o episódio, reprovando a atitude extemporânea do ajudante de ordens.

Na Liga Artístico-Operária, nos comícios populares, nas festas cívicas, nas lapinhas, pôs à prova várias vezes o seu talento verbal, o seu verbo do fogo.

Pregador evangélico, adepto do socialismo científico, não perdia oportunidade para expor as suas idéias. Era um verbalista incorrigível, falando onde chegasse, onde quisesse.

ITAJUBÁ, SEGUNDO E HENRIQUE

As grandes admirações de Itajubá se dirigiam para Segundo Wanderley e Henrique Castriciano. O primeiro, médico, professor e poeta, com nome firmado dentro e fora da Província. O segundo, poeta, introdutor do simbolismo na província, figurando em antologias, viajando Europa e Ásia, exercendo cargos públicos, amigo de Bilac, um grande nome e um excelente coração. Do primeiro bebeu a linfa pura da poesia, no metro alexandrino, largo, espontâneo, rasgado, solto, imitando as velas pandas das barcaças, drapejando ao vento, revoltas nas tempestades do vento nordeste. Do segundo, colheu a amizade, o afeto, a piedade, que o levou a recolher a sua obra, editando-a em livro, salvando-a do esquecimento prematuro. De Segundo, ele pôde dizer em vida, na saudação que fez a Maria Castro, em 1910:

“Aqui também se rende um culto ao pensamento,
Quando ele tem valor e maravilha o mundo.
Aqui também se sabe aplaudir o talento,
— Smido ou Rafael, Nicolino ou Segundo.

De Henrique, recebeu o primeiro elogio consagrador, escandalizando a cidade boquiaberta e admirada. É o próprio Henrique que nos diz:

“Não obstante o escandaloso preito de justiça que lhe rendi então, o poeta, como ainda hoje, continuou para a maioria, para os que sempre o conheceram mal vestido e malaventurado, uma figura literária de valor duvidoso”.

O REGIONALISTA

O que sempre me chama atenção em Itajubá, é a ternura com que fala da noiva, da mãe, da irmã, das plantas ornamentais, dos morros, das praias, das serras, dos coqueirais, dos plenilúnios, dos barqueiros, dos pescadores, de toda a geografia física e humana do nosso Estado.

Antes dele ninguém atentara para esses aspectos familiares à nossa terra e à nossa gente. Por isso se tornou grande aos nossos olhos e à nossa sensibilidade.

É, sem favor, o maior poeta do Estado, o mais tropical, o mais exuberante, o mais humano, o mais terno, o mais doce, o mais imperfeito, e por isso mesmo, o que melhor fala à nossa alma, ao nosso corpo, à nossa vaidade congênita. Itajubá foi uma espécie de provençal norte-riograndense, bebedor de cachaça e chupador de caju. Honra pois, à sua memória.

Adoecendo em Natal, procurou o médico Januário Cicco, que o operou. Recrudescendo a moléstia, procurou recursos no Rio de Janeiro onde veio a falecer, nas mãos de um professor de medicina, que segundo Henrique Castriciano, não acreditava nos efeitos da assepsia. Faleceu na Santa Casa da Misericórdia, no dia 30 de julho de 1912, aos 36 anos de idade.

Tenho a impressão que Itajubá, quando veio ao Rio em 1912, trazia duas idéias fixas e permanentes: restabelecer a saúde perdida, e, logo depois, entrar em contacto com o mundo intelectual da época, através do qual grangearia renome para a sua província natal.

Sem esta intenção, não traria consigo, o **Perfil de Jesus**, poema a que se atribui qualidades excepcionais, pela propaganda que o poeta fazia da sua própria obra.

Ficç às vezes pensando no destino que teria tido a cultura do Rio Grande do Norte, se Itajubá tivesse entrado em comunicação com o mundo intelectual da Cidade Maravilhosa.

Não objetivou, porém, o seu nobre e grande ideal. Morreu, e com ele, desapareceu para sempre, o poema de sua preferência.

Não foi em vão que afirmou antes de morrer:

— Inda se mais pudesse

Fazer por ti, faria; inda se mais me desse

O céu, tudo era teu; entanto, se não pude

Erigir-te um padrão fulgente em verso rude,

Como foi meu desejo, um consolo me resta,

Berço de Auta de Sousa e de Nísia Floresta.

De ti muitos varões ilustres que nasceram,

E hoje não vivem mais, teu nome engrandeceram

Formosa Jericó da Natureza agreste,

Costa dos morros nus, lisos do vento leste,

Tu que alento me dás, porque de ti recebo

O fértil pão que como, a água pura que bebo;

Tu que me agasalhaste em rede alva e macia,

Quando senti na frente a luz que te alumia;

Quando outrora brinquei na várzea deliciosa

Por manhãs de estiada e tardes cor de rosa,

Quando, ao voltar de longe, há dez anos passados,

Banhei-me no cristal dos rios transbordados;

Quando, ao graço rumor das mangueiras crescidas,

O sono conciliei das horas mal dormidas,

— Eis o que prometi... Desta alma satisfeita

Guarda no teu regaço os frutos da colheita

Que fiz, já no florir dos sonhos derradeiros

Da alma, terra do sal, ornada de coqueiros.

ROTEIRO GEOGRÁFICO DA VIAGEM DE ROULOX BARO AO PAÍS DOS TAPUIAS EM 1647

Olavo de Medeiros Filho
(Sócio Efetivo)

Em uma manhã de domingo, dia 16 de julho de 1645, ocorreu aquela página trágica da nossa História, conhecida sob a designação de “O Massacre do Engenho Cunhaú”. Tapuias janduis liderados por Jacob Rabbi, a serviço dos neerlandeses, promoveram aquele morticínio, a cujo respeito se reportam os historiadores que escreveram as páginas daquele período da dominação holandesa.

O Tenente-Coronel Joris Garstman, ex-comandante do Castelo Keulen, denominação dada pelos neerlandeses conquistadores à Fortaleza dos Santos Reis, era desposado com uma brasileira, filha de João Lostão Navarro, pessoa de destaque na capitania. O citado comandante fora, inclusive, co-proprietário do Engenho Cunhaú, estabelecimento que adquirira em 1637, associado ao Conselheiro Baltasar Wijntges.

Aos 3 de outubro daquele ano de 1645, ocorreu um novo massacre, no lugar Uruaçu, desta vez vitimando a pessoa do próprio sogro de Garstman, o ancião João Lostão Navarro.

Em represália a esses atentados que atingiram Garstman, Jacob Rabbi foi assassinado, na noite de 4 de abril de 1646, quando saía da casa de Dirck Muller, no rio Potengi, a mando do próprio Garstman, que de tal forma vingava-se dos ultrajes recebidos.

Os tapuias amigos íntimos de Jacob Rabbi, ficaram profundamente revoltados com aquele assassinato, principalmente ao verem frustradas as suas intenções de justicarem, com as próprias mãos, o autor intelectual da morte de Rabbi.

Decepcionados com os seus aliados neerlandeses, os janduis deles se afastaram. Àquela época, os tapuias achavam-se acampados nas imediações do Engenho Cunhaú, formando uma linha de defesa da capitania contra movimentos militares portugueses, partidos do sul do território ocupado.

Preocupados com o fato de os portugueses já estarem cortejando os tapuias, pretendendo com a ajuda de presentes conquistar-lhes a adesão à sua causa, os representantes da Companhia das Índias Ocidentais trataram de reconquistar as boas graças daqueles preciosos auxiliares. Foi, então, que entrou em ação a pessoa de ROULOX BARO, que foi encarregado pelos seus superiores da Companhia, de convencer o Rei Janduí a retornar ao partido holandês, oferecendo-lhe novas propinas.

Os leitores interessados na completa descrição da viagem de Baro, e que trata do seu encontro com o Rei Janduí, deverão ler a obra "HISTÓRIA DAS ÚLTIMAS LUTAS NO BRASIL ENTRE HOLANDESES E PORTUGUESES E RELAÇÃO DA VIAGEM AO PAÍS DOS TAPUIAS", de autoria de Pierre Moreau e Roulox Baro (Vol. 54 da Coleção Reconquista do Brasil, editado pela Editora da Universidade de São Paulo/Livraria Itatiaias Editora Ltda., São Paulo-Belo Horizonte, 1979).

No presente trabalho procuraremos, tão somente, tentar identificar o roteiro geográfico seguido por Roulox Baro, assunto árduo, tendo-se em vista o caráter pioneiro daquela viagem aos nossos sertões, ainda desconhecidos até então.

O objetivo de Baro seria atingir o PAÍS DOS TAPUIAS, moradores ao ocidente do Rio Grande. Acompanharam o holandês na sua viagem João Straffi, índio brasileiro (tupi), três tapuias e quatro cães de caça.

A viagem teve o seu início no Castelo Keulen, no dia 3 de abril de 1647. No dia seguinte, os viajantes saíram do lugar da residência de Baro, no Incareninji (talvez se tratasse de Jacareninji), provavelmente próximo ao rio Ceará Mirim. Rumando para o rio Camarajibe, passaram, na ocasião, à frente da casa do Tenente-Coronel Garstman, que possuía uma propriedade, hoje denominada de Arvoredo. No dia 5, em virtude do transbordamento das águas, que impediam a travessia daquele Camarajibe, retornaram os viajantes ao local de morada de Baro.

Somente no dia 21, após várias tentativas frustradas de travessia do Camarajibe, foram os viajantes afinal conduzidos por dois brasileiros à margem direita daquele rio. No dia 23 ocorreu a travessia do Potengi, para a sua margem meridional, nas vizinhanças do atual distrito de Igreja Nova, no município de Macaíba.

Aos 24 de abril cruzaram o rio Pitimboa (Pitimbu), em local próximo e ao poente da atual cidade de Eduardo Gomes (ex-Parnamirim).

No dia seguinte, chegaram ao rio **Pirausie** (Piranji), do qual é afluente aquele Pitimbu. Julgamos que, àquelas alturas, os viajantes encontravam-se no local onde existe atualmente o Engenho Taborda, no município de São José de Mipibu.

No dia 26, atravessaram a nado o rio **Monpabu** (Mipibu). A 27, tomaram o então denominado **Caminho de Garstman**, que, vindo do Castelo Keulen, demandava o Engenho Cunhaú. Naquele mesmo dia, atingiram os viajantes o local, hoje denominado de Ilha do Maranhão, onde em 27 de janeiro de 1646 houvera um morticínio de neerlandeses e de seus aliados tapuias, promovido pelos portugueses e seus partidários indígenas. Tal local fica vizinho ao Engenho Cunhaú, ao sul da atual cidade da Canguaretama. Pelo relato de Baro, verifica-se que os tapuias de Janduí, à época da chegada do autor ao Cunhaú, já tinham se retirado dali, regressando ao sertão.

Então, os expedicionários caminharam mais um dia, no rumo do sul, deduzindo-se terem chegado às vizinhanças dos Marcos, local em que erguiam-se os marcos divisórios, separando as capitânicas do Rio Grande e Paraíba, no rio Uriuna, afluente do Guaju.

Dali tomaram a direção do poente, tendo perlostrado pelas imediações de Nova Cruz e Passa-e-Fica. Chegaram a uma aldeia indígena, nas imediações da atual cidade de São José de Campestre. Atingiram a margem do Rio Mipibu (Trairi), que atravessaram a nado, apresentando-se aquele curso d'água com mais de uma légua de largura! A travessia deve ter ocorrido em Santa Cruz-RN.

No dia 2 de maio, já o outro lado do rio, em uma ilha, os viajantes rumaram a uma serra próxima, tendo chegado ao cume da mesma.

No dia seguinte, partindo da serra na direção noroeste, atingiram a nascente do Mipibu (Trairi), conforme eles a consideraram. Tal nascente ficaria ao norte da atual cidade de Lajes Pintadas, correspondendo à nascente do Riacho Inharé. No dia 4 rumaram para o sul, de onde logo regressaram, no dia seguinte, à mencionada nascente do rio. Daí, no mesmo dia atingiram a nascente de um outro rio, afluente do Potengi, ao que tudo indica o Jacaré, que banha a presente cidade de São Tomé.

Prosseguiram a viagem, pelos dias 6 e 7, chegando então à Aldeia Terapíssima, de brasileiros, chefiada por João Vviouain, local onde ficaram hospedados até o dia 12. Tal aldeia corresponderia à atual cidade de São Tomé.

No dia 13 de maio partiram da aldeia, tendo chegado ao pé de uma serra, próxima do rio Potengi, **“em um belo sítio arenoso”**. Tudo indica que os viajantes encontravam-se perto da atual cidade de Cerro Corá. Depois de terem atravessado o Potengi, continuaram a viagem pelos dias 15 a 18, sempre seguindo o rumo norte. A 19 chegaram à Serra Montajina, onde existia uma aldeia de brasileiros. Ao que tudo indica, Montajina ficaria na Serra Verde, ao norte de Lajes e ao poente de Pedro Avelino-RN.

De Montagina, Baro e os companheiros tomaram o rumo do oeste. Naquele mesmo dia atingiram o rio chamado Turracoa, **“que corre da serra Vvrahauaa, descendo ao mar pelo lado do sul”**. Tal rio corresponde ao Riacho da Volta, que vindo da Serra das Flores, desagua no Pataxó, Patachoca, Santa Maria ou Angicos, e que tem o seu curso orientado no sentido leste-oeste.

De Turracoa, o grupo expedicionário, após mais um dia de marcha no rumo sudoeste, chegou ao rio Itaquerra, que corresponde àquele mesmo Pataxó, o qual, por sua vez, é afluente do rio Açu, que era chamado pelos tapuias de OTSCHUNOGH.

Segundo comenta o Senhor de Morisot sobre a Viagem de Roulox Baro, o Itaquerra desaguava no Otschunogh, à altura do acampamento do Rei Janduí, ou um pouco mais abaixo do mesmo. O Pataxó, o mesmo Itaquerra de Baro (o rio das pedras soltas), tem a sua foz a cerca de 15 quilômetros abaixo da cidade do Açu-RN. No inverno, também deságua no rio Açu através de um canal, na extremidade do Baldum, em frente àquela cidade.

Regressando da aldeia de Janduí, de volta ao Potengi, Baro caminhou por sete dias, tendo-lhe feito companhia aquele chefe indígena, que se fazia acompanhar de muitos dos seus tapuias. Chegados à mesma aldeia Terapíssima, os tapuias foram, sempre na companhia de Baro, ao Morro Matiapoa, ao nascente do rio Vvuvvug. O Senhor de Morisot explica que o Matiapoa ficava à distância de 4 léguas do Vvuvvug, ao oeste da nascente deste.

Identificamos o Vvuvvug como sendo o mesmo Uguaçu, descrito por Gaspar Paraoupaba e outros sivilcolas, o qual ficava a seis léguas ao norte de Pecutinga (Pititinga), e que corresponde ao mesmo Rio Jiqui, ou Rio de Touros. Tal menção de Paraoupaba encontra-se à pág. 172, dos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1907, vo. XXIX.

O Monte Matiapoa corresponde à chamada Chapada da Serra Verde, ao norte da atual cidade de João Câmara, e ali os tapuias colhiam produtos agrícolas, ao término da estação chuvosa.

Finalmente, no dia 14 de julho de 1647 Roulox Baro chegava à sua casa, no Incareninji, encerrando com pleno êxito a missão que lhe fora confiada.

ROTEIRO GERAL

Guarino Alves
(sócio-correspondente)

Nem todos os códices que se conservam nos arquivos europeus são protótipos. É o caso, por exemplo, do **Esmeraldo de Situ Orbis**, de Duarte Pacheco Pereira, inconcluso, escrito entre 1505 a 1508 (prognóstico de Cortesão) e do qual restam cópias, mas publicado em livro por Azevedo Bastos, em 1892, e por A. Epifânio da Silva Dias, em 1905.

Inclui-se no rol, e eu lembraria de passagem o **Diário da Navegação** de Pêro Lopes de Sousa, o famoso **Roteiro Geral** de Gabriel Soares, com tópicos reproduzidos nos meus **Estudos americanos**. (*)

Os textos de umas e outras cópias do original extraviado apresentam — eis o fulcro predominante — algumas discrepâncias e alterações, o primeiro dos quais, impresso na **Tip. do Arco Cego**, em Lisboa. Outro, foi publicado pela Academia de Ciências, na “Coleção de Notícias para a História e a Geografia das Nações Ultramarinas”, t. 3º, Parte I, ano de 1825, sob a epígrafe:

Notícia do Brasil, Descrição verdadeira da costa daquele Estado, que pertence à Coroa do Reino de Portugal.

À época, ignorava-se o nome do autor do Roteiro, esse trabalho enciclopédico, como diria mais tarde Aureliano Leite, classificando-o de **botânico, geográfico, etnográfico e linguístico**.

Entrou em cena Varnhagen, supra-sumo da historiografia brasileira, com suas **Reflexões** de 1839, pesquisa impressa na tipografia da Academia de Ciências de Lisboa, da qual era sócio correspondente, trazendo luzes a respeito da paternidade da obra.

Em 1851, Varnhagen, sempre entusiasmado com o assunto inseriu na revista do Instituto Histórico Brasileiro, t. XIV, a Notícia de Soares, intitulado-a:

Tratado Descritivo do Brasil, em 1587, obra de Gabriel Soares de Sousa, Senhor de engenho da Bahia e n'ela residente dezesseis anos seu vereador da Câmara.

Códice, aliás, republicado em livro — **Tip. João Ignácio da Silva**, 1879, em “segunda edição mais correta e acrescentada com um aditamento”.

Com referência a discrepâncias e alterações existentes nos manuscritos vetustos, recorde, aqui, o Barão de Studart no seu artigo **Achegas à Geografia do**

Ceará. Afirma que a cópia conservada nos “reservados” da Biblioteca Nacional de Lisboa, anônima, sem data, diverge em alguns trechos, especialmente em nomenclatura, daquela outra publicada pela Academia de Ciências de Lisboa, inclusive quanto ao título:

Descrição Geográfica da América Portuguesa

Studart, tendo copiado desse códice alguns capítulos de interesse para o Ceará, insertos, em fins de 1889, no jornal “Tribuna Comercial” de Fortaleza, e posteriormente na revista do Instituto do Ceará, disse o seguinte:

“Cumprе agora transcrever também os trechos correspondentes da *Notícia* tais como se encontram na Coleção da Academia Real das Ciências, t. 3, parte I, para do confronto com os que copiei em 1889 chegar com o leitor a uma conclusão que se impõe, e é: que decorridos anos, por erros e adulterações pode um livro de história em dada época ser mui diferente, outro que não o da sua feitura primitiva”.

Divergências também se observam no manuscrito da biblioteca do Palácio Real de Madri, em relação àquele outro publicado por Varnhagen. Trata-se do códice 2657, descoberto e publicado por Cláudio Gáns, intitulado:

Memórias Histórico-Cosmográficas de la Bahia de todos los Santos Capital del Estado del Brasil, Derrotero de toda su Costa, Rios, Puertos y Ensenadas, etc., ano de 1587.

Cláudio Gáns deu-lhe título mais modesto:

DERROTERO DE LA COSTA DEL BRASIL Y MEMORIAL DE LAS GRANDEZAS DE BAHIA (Ediciones Cultura Hispánica, Madrid, 1958).

No prefácio, diz Cláudio Gáns que o brasileiro Eliseu de Araújo Lima descobrira na biblioteca da Casa de Medinaceli, em Madri, outro códice, mas em idioma português e até hoje não mencionado por ninguém, **probablemente el más antiguo de los conocidos hasta ahora.**

Quando de minhas pesquisas efetuadas em Madri, em 1975, não me foi dado o ensejo de manusear manuscritos de Gabriel Soares de Sousa, porém em 1983 recebi do distinto amigo e historiador Tarcísio Medeiros uma cópia (xerox) do Mss. 3007, pertencente à Biblioteca Nacional da metrópole espanhola, e se chama:

ROTEIRO GERAL com longas informações de toda a Costa que pertence ao Estado do Brasil & a descrição de muitos lugares d'elle especialmente da Bahia de Todos os Santos.

Embaixo: Epístola do Autor a Dom Cristóvão de Moura do Conselho do Estado.

Seria este manuscrito o mesmo, que Eliseu de Araújo Lima descobrira na biblioteca da Casa de Medinaceli?

Cabe concluir que nenhum historiador entrosado em assuntos de geografia e navegação conseguiu, nem consegue deixar à margem o precioso Roteiro de Gabriel Soares. Publicou-o o jornal **O Patriota Brasileiro**, em 1830, sob a responsabilidade da Academia Real de Paris; cita-o Ferdinand Denis, Ayres do Casal, Robert Southey, Fr. Jaboação e Martius.

Varnhagen, por exemplo, espantou-se: “Causa pasmo como a atenção de um só homem pôde ocupar-se em tantas coisas “que juntas se vêem”, — como as que se contêm na sua obra, que trata a um tempo, em relação ao Brasil, de geografia, de história, de topografia, de hidrografia, de agricultura entretópica, de horticultura brasileira, de matéria médica indígena, das madeiras de construções e de marcenaria, de zoologia em todos os ramos, de economia administrativa e até de mineração”.

Supõe-se que Soares dedicara o Roteiro a Dom Cristóvão de Moura, com o fim de conseguir do governo auxílio para seus empreendimentos mineralógicos no Brasil. Em 1584 esteve em Lisboa. Passou à Espanha. Em 7 de abril de 1591 regressava na urca **Grifo Dourado**, dirigindo trezentos e sessenta homens armados e quatro carmelitas. Pretendia romper os sertões baianos do Orobó, em busca de uma mina de prata, conforme roteiro herdado de seu irmão João Coelho. A urca naufragou nos baixos do Bazabarris, mas Soares salvando-se com a maioria da sua gente marchou para o seu engenho "Jaguaripe".

Mais tarde apareceria levantando casas-fortes, especialmente no Orobó, próximo ao rio Guairiru, **habitat** de tapuios e sussuaranas. Nesse lugar andou estudando a composição química das rochas, com o auxílio do mineiro Marcos Ferreira, e nele morreu, vítima de febres. Transportaram-lhe os ossos para Salvador, iniciativa do sobrinho Bernardo Ribeiro.

Conforme o desejo de Soares, em Testamento, foi colocada na sepultura a inscrição: **Aqui jaz um pecador.**

(*) Guarino Alves, **Estudos Americanos** (Homenagem ao 3º Distrito Naval). Editora Henriqueta Galeno, Fortaleza, 1978.

ROTEIRO SENTIMENTAL DO ALECRIM

José Bezerra Gomes
(sócio efetivo)

A primeira vez que vi Natal — Capital do Estado —, foi por Igapó, onde estacionava pernoitando o velho trem de Lajes, em companhia de meus pais, Napoleão Bezerra de Araújo Galvão e Veneranda Bezerra de Melo.

A composição férrea permaneceu em Igapó, donde um trole veio deixar-nos no existente Porto do Padre, à margem do estuário do Potengi.

Atravessamos a maré, de água azulada, num batelão que nos conduziu para o Passo da Pátria, sob o telheiro de um grande galpão, com o dia entardecendo, ante a noite natalense, iluminada pela sua luz elétrica pública.

Recordo-me da feira, rústica e pitoresca, do Oitizeiro, com seus taboleiros de gulodices e suas panelas e potes de barro.

Fomos hóspedes de meus padrinhos, José Cristino e Rosália de Melo Lula, tia Dondon, que moravam como inquilinos do antigo prédio, conhecido pelo “Véu da Noiva”, edificado por José Alexandre Gomes de Melo, Senhor do Engenho Pitumbu, situado na rua da Conceição, na Cidade Alta.

Anos depois, meus pais vieram a ser donos do sítio conhecido pela Casa Branca, caiada, do Alecrim, no alto do Refoles, em frente da qual havia um velho catavento.

De uma de suas janelas se avistava a boca da barra, com a entrada e saída de navios, assinalada por bandeiras, simbólicas, alusivas, hasteadas do cimo da torre da igreja de Nossa Senhora da Apresentação. Venerável Padroeira Eclesiástica de Natal.

Anos mais tarde, foram meus pais senhores de outra chácara, no atual Barro Vermelho, um cujo chão passava um regato, prolongamento da Lagoa de Manuel Felipe, correndo por entre pés de eucaliptos.

Finalmente, meus pais foram proprietários de mais outra chácara, por detrás do Grupo Escolar Frei Miguelinho, na Avenida Coronel Estêvão.

Ali minha santa mae concorreu com ajuda financeira para a conclusão da construção da igreja de São Pedro do Alecrim, sob o vagariato do Padre Fernando Nolte, se bem me lembro.

Nela, foi redigido o abaixo assinado, aprovado pelo governador do Estado, Dr. Antônio de Sousa, 1920-1924, a conselho do mesmo, para a criação da Feira do Alecrim, cujo nascimento assisti, numa manhã ensolarada, menino grande, sem discurso oficial, sob a alegria reinante dos múltiplos feirantes, advindos dos recantos circunvizinhos da progressista capital natalense.

Foi o Dr. Antônio José de Melo e Sousa, sob o pseudônimo de Policarpo Feitosa, um dos maiores escritores de sua numerosa e expressiva geração intelectual.

Entre os alecrinenses mais antigos, ligados à projeção de seu bairro, figuram Alfredo Adeltrudes, Perceval Caldas, professor Luís Soares de Araújo, Estêvão Moura, Afonso Barata, o velho Costinha, Sandoval Capistrano, João Caiana, além do Almirante Ary Parreiras, pelo quanto fizeram pelo novo bairro do Alecrim, cuja origem toponímica, salvo melhor juízo, deve proceder da própria árvore, ali abundante: Alecrim, do árabe *al-iklin*, através da forma *alicri*, com a nasalação do *i* final, consoante é tendência portuguesa, conforme registra o etimologista Antenor Nascentes.

Nome dado a árvore, de raiz, boa para construção, florescente em seus primitivos carrascais, dando linhas e caibros, para sustentar o tecto das velhas chácaras, alpendradas, do antigo bairro do Alecrim, em cuja rica arborização, encopada, cantava a pluralidade dos passarinhos típicos.

(escrito em 28.11.81)

ALGUMAS FIGURAS NA PAISAGEM HUMANA DO RIO GRANDE DO NORTE

VIGÁRIO AMARO CAVALCANTI

Umberto Peregrino
(Sócio correspondente)

Diz-se muito, com espírito de troça, que a coisa mais difícil deste mundo é encontrar-se um carioca no Rio de Janeiro. Sob essa boa pilhéria vai, em todo caso, a definição de uma situação que realmente ocorre. O Rio é, de fato, uma cidade infestada de adventícios. Uma parte deles provém da própria história da cidade que foi sede do Governo Federal. A grande parte, porém, se explica pela natural sedução que a antiga capital, rica e bela, exerce sobre a imaginação de todos. Sobre-tudo os nortistas, irrequietos e corajosos filhos de terra pobre, se arremessam, uns atrás dos outros, à conquista da Capital. Muitos e muitos, têm sido bem sucedidos na sua ambiciosa aventura, a tal ponto que a história da cidade, nos seus momentos mais altos de todos os tempos, estão sempre vinculados homens das cálidas terras do Nordeste e do extremo Norte.

Agora mesmo ponho-me a pensar em Amaro Cavalcanti, um desses.

E onde se projetou o nome de Amaro Cavalcanti, onde se desenvolveram as suas atividades ilustres e operosas? Nesta cidade dos cariocas, da qual foi até Prefeito.

E de onde era Amaro Cavalcanti? Era do nosso Rio Grande do Norte, nascido na localidade Jardim do Piranhas, hoje pertencente a município desse nome, mas àquele tempo parte do Município de Caicó, no sertão do Seridó.

Ao seu Estado, entretanto, pouco deu além do orgulho de tê-lo produzido. Dir-se-ia que toda a contribuição que devera dar à terra natal confiou-a ao seu irmão, o Padre João Maria, aquele santo vigário de Natal, a quem o povo hoje dirige ferventes promessas, através de culto na praça pública, a sua praça.

Amaro Cavalcanti lançou-se à vida pública na então Província do Ceará, como professor de Latim, na cidade de Baturité. Daí foi enviado aos Estados Unidos para estudar o sistema de instrução primária naquele país. Lá, porém, não fez só isso; matriculou-se na "Albany University", de New York, por onde se diplomou na "Class Organization", conquistando a referência de "Prophet", só conferida ao estudante especialmente destacado pela ilustração e pela inteligência.

Que Amaro Cavalcanti já aí fez muita vantagem, não há dúvida. Àquele tempo, isto é, por volta de 1881, raros brasileiros teriam cursado universidade norte-americana. E aquela, onde o sertanejo do Caicó tanto se distinguira, era a mesma porque haviam passado Irving, Parker e outros do mesmo porte.

De retorno ao Brasil Amaro Cavalcanti começaria a projetar-se no cenário nacional, ora como político, ora no exercício de altos cargos administrativos, ora como erudito autor de estudos concernentes à ciência do Direito, a economia e finanças, a religião, educação e política. Assim, foi tudo o que podia ser: Constituinte, na instalação da República, mas não voltou ao Congresso nas legislaturas ordinárias, barrado nas composições políticas locais. Entretanto, no plano federal projetou-se como titular das mais elevadas posições: Ministro da Justiça, Prefeito do Distrito Federal e Ministro do Supremo Tribunal Federal.

Mas, ao assinalar tão completos e significativos triunfos, não esquecer o começo de Amaro Cavalcanti que foi um começo obscuro e áspero, conquanto logo aos primeiros embates ele tivesse denunciado as suas disposições de luta e a qualidade da sua inteligência. Com 17 anos já se desprendia da casa dos seus pais (o pai era Professor de Latim) com destino a S. Luís do Maranhão, onde ia trabalhar no comércio. Trabalhou também num colégio ensinando ao mesmo passo que estudava. E quando conquistou a sua primeira posição, no Ceará, foi assim: tinha ido a Fortaleza assistir à ordenação do seu irmão, o padre João Maria, e, como estivesse aberto ali, naquela ocasião, um concurso de Latim, inscreveu-se e concorreu obtendo o primeiro lugar. Aos Estados Unidos, embora comissionado pelo Governo da Província do Ceará, foi as suas próprias custas, dependendo as economias amealhadas em Baturité, como Professor e Advogado.

Aqui no Rio o nome de Amaro Cavalcanti designa uma das principais avenidas da zona suburbana e uma escola técnico-profissional, aliás a primeira, no gênero, que se fundou no Brasil e que foi obra sua, ao tempo em que era Prefeito. No seu Estado natal creio que tem o nome ligado unicamente a um Grupo Escolar no município de São Tomé. O Estado mais ou menos ignora um filho tão ilustre e representativo, talvez e paradoxalmente porque a sua atuação se desenvolveu, sempre, no âmbito nacional.

É possível que Amaro Cavalcanti tivesse guardado alguma mágoa desse tratamento injusto ou, pelo menos, distraído, por parte do seu Estado berço. Parece confirmar isso um fato que Gil Soares refere. Conta Gil que Amaro Cavalcanti, quando perguntado de onde era natural, nunca mencionava o nome de Natal, nesta Capital (28 de janeiro de 1922). Ao menos por essa forma o seu fim ligou-se ao seu princípio...

E o Centro Norte-riograndense nesse culto fiel que mantém em torno de Amaro Cavalcanti, salva a honra do Estado um tanto comprometido no descuidar a glorificação de filho tão ilustre.

CHICO BRITO

Quando Chico de Brito (Francisco Xavier Pereira de Brito), morreu, fiquei refletindo que seguramente Natal já não seria uma cidade tão acolhedora. De fato Chico Brito influía na índole social de sua cidade, a nossa cidade, além, de que compunha a fisionomia das suas ruas quando por elas transitava diariamente, imponente, imenso, conhecido e querido de todos.

Habituei-me a vê-lo, desde que me entendi de gente, com aquela presença impressionante, feita de uma corpulência avantajada, que, entretanto, não intimidava, porque o ar de Chico Brito era de extrema bondade. Mas não só o ar, a verdade de Chico Brito também era de infinita bondade. Tanto gostava de fazer caridade como de obsequiar. Ninguém batia à sua porta que não fosse acolhido, ninguém recorria aos seus préstimos que não fosse servido. A sua mesa, sempre farta e saborosa, era frequentada cada dia pelos seus velhos amigos ou pelos novos que surgiam sem cessar. Visitante ou forasteiro que chegasse à Natal não demorava em conhecer Chico Brito, porque este fatalmente se aproximava para ser útil, para ajudar o estranho, tornar-lhe a cidade agradável e fácil.

Chico Brito deve ser também apontado como um artífice do progresso da cidade, pois veio dele uma oficina mecânica que, por muitos e muitos anos, foi a melhor aparelhada e a mais eficiente de Natal. Ele próprio era um egrégio mestre do ofício de mecânico e dirigiu pessoalmente a sua oficina enquanto viveu.

Outra vantagem de Chico Brito era a sua força física. Aquela corpulência avantajada bem que correspondia a um vigor muscular igualmente respeitável. Em moço ninguém o superava na força física. Há um episódio que os rapazes do seu tempo referem e que demonstra quanto eram poderosos os músculos de Chico Brito. Foi o caso que uma vez, durante a festa da Padroeira, em frente à matriz, num grupo de rapazes se conversava sobre força física. Chico Brito era um dos da roda, juntamente com Honório Tinoco, tido como verdadeiro atleta. Da conversa resultou que este desafiou Chico Brito para medirem as forças. O teste consistia em entrelaçarem os dois dedos médios da mão direita e torcerem em sentido contrário até que um dos contendores se desse por vencido. E assim se pegaram, mas logo no primeiro arranco Chico Brito fraturou os ossos do outro que bateu em pronta retirada à procura de um médico...

A última vez que vi Chico Brito foi um ano antes de sua morte. Já não era o mesmo. O tempo desgastara as suas forças, alquebrara e até murchara aquele físico imponente de outrora. Contudo, o coração era igual, sempre generoso, sempre predisposto à simpatia, à aproximação humana. Talvez, nessa altura, já não se dividisse tanto, porque vivia praticamente para a orgulhosa adoração do seu filho Raimundo, que outro não é senão esse ilustre cirurgião Dr. Raimundo Brito, que fundou e dirigiu com o máximo de competência reconhecida o Hospital dos Servidores do Estado. Chico Brito, nos últimos tempos da sua vida, só pensava nesse filho, só nele falava e dele extraía todas as suas alegrias.

Ainda estou a vê-lo, do último encontro, por uma noite límpida de novembro, fielmente sentado à porta de sua residência, um antigo casarão de copiosas janelas, situado no pátio da igreja do Rosário, um dos logradouros mais belos da cidade pois é um mirante natural de todo o estuário do Potengi. Posteriormente à sua morte, voltando a Natal, evitei o largo do Rosário, porque não mais encontraria a cordial e animada roda de cadeiras na calçada, à porta de Chico Brito...

Natal desfalcada de Chico Brito perdeu um tanto de sua substância humana.

O MAJOR APOLÔNIO SEABRA VIVENDO UM EPISÓDIO HISTÓRICO

Lembram-se de que a chamada "Coluna Prestes", aí por volta de 1926, varou os sertões brasileiros e foi atacar a Capital do Piauí, que por pouco não foi ocupada?

Lembram-se de que Juarez Távora, o ídolo revolucionário do Norte, caiu prisioneiro num desses combates que se travaram nas imediações da capital piauiense?

O que, talvez, bem poucos saibam é que quem escoltou Juarez, depois de prisioneiro, de Terezina para São Luiz, foi um oficial da Força Pública do Rio Grande do Norte, o Cap. Apolônio Seabra.

Esse oficial organizara e comandava o Contingente com que a Força Pública do Rio Grande do Norte contribuira para a formação do Destacamento que, às ordens do Gen. João Gomes, perseguia os rebeldes.

Pois bem, coube ao Cap. Apolônio Seabra o encargo, extremamente delicado, de escoltar o precioso prisioneiro de guerra. A missão tanto tinha de arriscada como de difícil. Os revolucionários de certo procurariam por todos os meios identificar o trem da escolta para interceptá-lo e libertar o chefe capturado. Por outro lado, os revolucionários eram mestres de astúcia e de espírito combativo, além de favorecidos por toda a parte por um sem número de simpatizantes, donde a desesperadora dificuldade de aprisioná-los ou de mantê-los prisioneiros. O próprio Juarez já se tornara herói de algumas fugas.

Todas essas circunstâncias e mais a importância especial do prisioneiro, pois Juarez era o segundo chefe dos revolucionários, refletem o porte da missão que foi cometida ao Comandante do Contingente da Força Pública Potiguar, indicando, de outra parte, o conceito em que ele era tido no Q.G. do Gen. João Gomes.

Mas o Cap. Apolônio Seabra deu exemplar desempenho à sua missão. O legendário Juarez Távora chegou a São Luiz tão prisioneiro quanto saíra de Terezina, com grande mágoa de todos nós que torcíamos pela sua fuga...

JOÃO PEGADO, RICA E ESTRANHA FIGURA HUMANA

Na Rua Hortêncio de Brito, 1006, para as bandas do Estádio, fica o Castelo de Mira-Monte, em Natal. Forneço aqui este endereço porque reputo de toda conveniência visitá-lo, não tanto por causa do castelo, embora se trate de um castelo mesmo, sólido, complicado, curioso, mas principalmente por causa de quem o construiu e nele vive, o estranho João Alfredo Pegado de Cortez, para mim simplesmente João Pegado, porque era assim que o conhecíamos e designávamos no tempo de estudantes.

Estranho João Pegado! No começo, quando frequentávamos juntos o Ateneu, não lhe notei nada estranho. Era rapaz igual a mim nas malandragens estudantis, e até coincidimos em algumas preferências, como, por exemplo, no interesse comum por algumas namoradas e na escolha dos nossos destinos, ambos orientados para a carreira de armas, ele encaminhando-se à Escola Naval, eu à Militar. Nessa fase de estudantes militares ainda estivemos próximos, mas já notava que João Pegado, conquanto houvesse optado pelo mar, tinha a paixão de Cavalaria. E, de fato não foi por muito tempo naval. Um dia vim a saber que abandonara a farda de

Aspirante e se recolhera a Natal. O que fez a partir daí é que começa, verdadeiramente, a denunciar o estranho da sua personalidade: meteu-se no sertão onde se lançou à criação de uma grande fazenda de algodão. Botou tudo que tinha em bens de família nesse empreendimento. **A lagarta e a seca o derrotavam. Que fez João Pegado? Casou com uma sertaneja da terra que o derrotava e escreveu um romance em que fixava o seu desastre, o de agricultor, bem entendido... Esse romance, que se chama "Cinza de Coivara", podia ter consagrado o escritor, que João Pegado tem talento literário, tem sensibilidade e tem aptidão para a narrativa que lhe sai espontânea, atraente. Mas João Pegado tinha de experiências pessoais, acumulara quantidade de observações folclóricas e lá foi tudo para o romance. Resultado: "Cinza de Coivara" é um caldeirão de histórias, de documentário folclórico, mas o verdadeiro romance que daria aquele drama da fazenda fracassada, este ficou característico, apenas desponta em alguns quadros que servem para demonstrar a existência de um romancista irrealizado.**

Pois bem, quando acontecia tudo isso — o desastre rural, o casamento e o romance — era o tempo da guerra e João Pegado, disponível, buscou antigas ligações navais, logrando introduzir-se na Base que estava sendo construída pelo Almirante Ary Parreiras. E o antigo Aspirante da Escola Naval caiu-lhe no goto.

Quem sabe quanto o eminente marinheiro, padrão de austeridade, era exigente e rigoroso no serviço público, compreende que João Pegado lhe deve ter sido excelente colaborador naquela dura fase de instalação da Base Naval de Natal. O fato é que essa aproximação com Ary Parreiras serviu para devolver João Pegado, definitivamente, à área naval, pois que, através do Almirante, veio ele mais tarde a obter lugar na Comissão de Marinha Mercante, em Natal. Estabilizou-se nessa posição ideal, que lhe proporciona folgados proventos, obrigações mínimas e, afinal de contas, não deixa de vincular-se à carreira do mar.

Dir-se-ia, porém, que em João Pegado a vocação rural é paralela à naval, porque, embora fixado numa função à beira do cais, voltou a insistir nas atividades agrícolas. Desta vez não quis saber do sertão, interessou-se por amplo trato de taboleiro nas vizinhanças de Arês. Ali plantou mandioca que fazia questão de moer e cozinhar numa casa-de-farinha do modelo mais primitivo que se possa imaginar. Também fundou um pomar, constituído principalmente de coqueiros e gravioleiras, sendo que nestas é que depositava as suas maiores esperanças lucrativas. A casa de moradia era primitiva, quase tanto quanto a casa-de-farinha que utilizava. Somente o banheiro, nela, obedecia aos padrões de conforto moderno.

No portão de entrada João Pegado inscreveu: HERDADE D'ELVAS. E como senhor de uma Herdade ele realmente ali se sentia. Para maior verossimilhança dispunha de um "trole", antiga carruagem que os senhores rurais usavam, ao tempo dos barões. Era uma peça rara. Fê-la vir de longe, do engenho "Jaçaná", que pertencera a seus antepassados e fica num município distante.

O principal, porém é que João Pegado movimentava a nobre carruagem e nela circulava. Nestas horas, não há dúvida, nada lhe faltava para ser o "conde" que se sente ser...

À noite, no terreiro da "Herdade d'Elvas", sob as estrelas numerosas e vivas, dançava-se o Coco à batida do Zambê e João Pegado era dos mais animados e hábeis no sapatear, nos volteios e nas umbigadas da coreografia erótica.

Com o tempo também desistiu dessa experiência rural. Vendeu a propriedade de Arês. E o trole? Sim, é preciso pensar no trole. João Pegado esteve à altura de si próprio: ofereceu-o ao Museu Histórico, que Osvaldo de Souza estava, à época, instalando no “sobradinho” da rua da Conceição. Se não aconteceu algo errado, lá deve estar até hoje, como uma das suas peças mais valiosas e sugestivas.

Recordando agora tudo isso, ponho-me a refletir sobre a personalidade do meu fraternal e estranho João Pegado e me pergunto sem resposta:

— Qual deles será o verdadeiro? O naval? O agricultor? O escritor? O boêmio? O conde?

FLAGRANTE DO MAJOR VITORIANO

José Vitoriano foi uma das figuras mais singularmente pitorescas que Natal conheceu. Basta dizer que Vitoriano, que foi militar de profissão, militar da Polícia do Estado, onde chegou a Major, vindo dos postos mais humildes, era o mesmo tempo o maior obeso e o maior lírico da cidade. Como se vê, Vitoriano reunia três coisas violentamente contraditórias entre si: a pança descomunal, a condição de militar e o temperamento lírico, que se expandia principalmente em modinhas cantadas ao violão.

Pois bem, na pessoa de Vitoriano se conciliavam prodigiosamente essas três flagrantes contradições. O gordo era pitoresco, um fenômeno da cidade; o militar desencatava pelo físico impróprio, mas sabia-se, do seu passado, que ele era valente e hábil no perigo; o trovador popular, cantador de modinhas ao violão, esse era, na verdade, o maior dos três e querido sem restrições.

PITUAÇU, NOVA PASSARGADA QUE ME VEIO DE GILBERTO GOMES

Eu queria rever um Engenho autêntico e fui dar no “Pituaçu”, ali à ilharga da cidade de Canguaretama, tão perto, tão grudado à cidade, que uma das ruas lhe passa à porteira. E eis-me na bagaceira do Engenho sorvendo aquele cheiro conhecido, enquanto via passarem, em vai e vem incessante, os transportes de bagaço, simples couros de boi arrastados por cavalos que garotos espertos guiam com perícia.

Lá dentro, as moendas rolam abocanhando feixes sobre feixes de cana que se amontôa no chão ao lado e o caldo escorre através de comprida calha para o paiol, de onde passa às tachas sucessivas sofrendo cozimento até o “ponto”.

Também fui à “casa de purgar”, cujo chão é uma pasta só daquele mel grosso, pegajoso. Mas que gostoso sair comendo um torrão de açúcar bruto quebrado na beirada das formas já libertas do vasilhame!

Estava eu sob o embevecimento de rever tudo isso, tão autêntico, tão igual ao que conhecera nos tempos de menino, de frequentar os engenhos do Ceará Mirim, quando descobri que iria rever também um amigo antigo, pois o “Pituaçu” pertencia a Gilberto Gomes, fraterno companheiro dos bancos do Ateneu. Com pouco estava eu de dentro da casa grande, gozando-lhe as cadeiras de balanço, cevando-me na mesa farta e saborosa, colhendo romãs no jardim e mangas no quintal. Dali não sairia não me deixariam sair tão cedo. Deram-me dormida fresca no sobradinho da casa grande.

Pela madrugada escutei a “botada” do engenho e com o clarear do dia estava na porteira do curral para o leite cru.

Uma beleza observar a lide do Engenho. As mulheres e as crianças a caminho do rio onde passariam o dia lavando roupa, cantarolando, tagarelando, tomando banho; os cambiteiros chegando dos partidos “com as cargas de cana”, estranhos sarilhos desconexos; os animais amontoados junto ao gamelão onde sorvem o mel residual da fabricação do açúcar; os empregados domésticos entrando na casa grande com os cestos peçados de milho-verde, macaxeira, inhame, fruta-pão, jaca, manga, banana.

José Gomes, irmão de Gilberto, descendo do “jeep”, era figura impressionante de homem ao modelo dos antigos senhores rurais — alto, corpulento, chapéu desabado, botas altas. É quem dirige realmente o Engenho, vê-se logo pela atividade que desenvolve quando chega de sua casa, al?perto, na cidade.

O aconchego da casa-grande não podia ser mais gostoso. Não há nada que ali se esqueça para tornar agradável a permanência do hóspede. Mas o melhor de tudo é mesmo a companhia de gente tão boa. Parece que ainda estou a ver a mão de Gilberto e José Gomes. D. Ana Augusta Gomes, que viu nascer o “Pituaçu” onde lhe nasceram os filhos e era ainda uma pessoa ativa, envolvendo-se em toda vida da casa e do engenho, mas era sobretudo, uma pessoa a que a gente logo se afeiçoava, com impulsos filiais; ainda estou a ver Aline Gomes, filha de D. Ana, exuberante, animada, em contraste com a sua irmã Olívia, quieta, bonita expressão sonhadora, sempre para um canto com um livro na mão. Sim, livros não faltavam na casa-grande do Pituaçu pois Gilberto interrompera os estudos que começamos juntos, mas não interrompera em si próprio o gosto das coisas do espírito.

Em “Pituaçu” encontrei tudo isso! Encontrei o engenho autêntico, resistindo ainda aos tentáculos da usina que já esmagou tantos outros, encontrei um amigo intacto, embora o estirado tempo em que ignoramos os nossos destinos, e, sobretudo, encontrei (ó consoladora alegria!) esse calor humano que emana de uma espécie quase extinta, a espécie dos bons, dos simples, dos generosos.

A gente de Pituaçu é dessa espécie. Deus a conservou tanto quanto tem conservado o “Pituaçu”, e o Rio Grande do Norte em geral.

(Palestra proferida no Centro Norte-rio-grandense — Rio — 14.08.81, com o apoio do I.H.G.R.N.).

JOAQUIM NABUCO — SUA VOLTÀ À FÉ

Nilo Pereira
(Sócio Correspondente)

A personalidade de Joaquim Nabuco estaria incompleta se o pesquisador, o historiador das idéias, o crítico não atentassem bem no pensador religioso, que, voltando à Fé, escreve um livro de profunda e comovente meditação.

Não falo de “conversão”. O que houve foi uma volta à Fé. Renan conseguiu apenas, com a sua estesia literária, que a Fé continuasse adormecida no espírito do grande brasileiro de Pernambuco. Havia entre Nabuco e Renan um abismo que se aprofundou: a humanização de Jesus. Para voltar à sua divindade, Nabuco sentiu o impulso interior e confessou-o com a humildade intelectual que o exalta, quando a alma humana — “naturalmente cristã”, como diz Tertuliano — se dispõe a procurar a Verdade e o Absoluto.

Nabuco é uma personalidade plural feita de várias singularidades. Dele resta na memória do povo e da História o abolicionista, o tribuno do povo, a mágica comunicação da sua figura hierática, que fascinava multidões. Bastava isso para que a causa que abraçara — a defesa dos escravos — imprimisse ao movimento a grandeza quase olímpica duma oração na Acrópole, que, no caso, tantas vezes foi o Teatro Santa Isabel. Mas além desse abolicionista, que ficou na memória do povo e da História, que esplende na estátua em atitude de dominador de massas, ou nos retratos que consagram nele uma espécie de doação dos deuses aos homens comuns: além de tudo isso está um homem recolhido, silencioso, meditativo, que se refugia em si mesmo para a reflexão das coisas infinitas. É um aspecto sempre novo da personalidade de Nabuco, tão grande nesse silêncio oratoriano — em país paradoxalmente protestante — quanto no rumor esplendidamente retórico — retórico no melhor sentido da expressão — dos grandes momentos da Abolição e do Parlamento.

O Nabuco que hoje venho estudar é talvez um Nabuco pouco conhecido. O que sabemos dele é a sua luta épica em favor dos escravos. Na praça pública e no Parlamento sua figura apolínea se alteia como um semi-deus, cuja palavra arrebatava multidões e leva a opinião pública e refletir sobre os destinos da raça ofendida. Vai da aristocracia ao povo, assim como Machado de Assis foi do povo à aristocracia das letras — assinala Graça Aranha. Nem por isso deixou de ser um dos grandes do Império, como foi o pai, o conselheiro Nabuco de Araújo. Sua pregação em favor

da liberdade era um evangelho cívico. E, no final, quando a libertação dos escravos se fazia, ele próprio, agigantando-se no Parlamento, esculpia a sua própria estátua, como disse José do Patrocínio. Era extraordinário, nesse momento, nessa apoteose. A natureza lhe havia dado todos os dotes para que ele fosse, na hora histórica, a síntese duma Nação e a glória dum povo.

Trato, hoje, dum Nabuco interior, reflexivo, religioso, que volta à Fé, que sente no íntimo da sua alma o desejo, a ânsia do Infinito e que descansa de tantas lutas da Inteligência na paz espiritual do Absoluto. Ele é o Patrono da Cultura Pernambucana por sugestão da Academia Pernambucana de Letras.

Homem universal, não lhe faltaria a perspectiva religiosa, a solidão, em meio ao rumor do mundo, e onde, como diz Thomas Merton, o silêncio é o pai da palavra. Agora, ele está em silêncio diante do altar, em Brompton, na Inglaterra. Seu espírito deixa o feitiço renaniano pela beleza da liturgia e do canto. Renan lhe falaria duma fé perdida. Mas, agora o menino de Massangana ouviu os cantos e as orações da infância, embalado pela madrinha Ana Rosa Falcão de Carvalho.

O livro em que Nabuco conta a sua volta à Fé é: **Foi Voulue — Mysterium Fidei**, editado pela Universidade de Provence — Aix en Provence, 1971, texto de Claude-Henri e Nicole Frèches. Logo na Introdução, explica Claude-Henri Frèches: — “A leitura de Renan lhe fez perder a Fé. Sua admiração por Chateaubriand incentivava nele a religiosidade”

Escreveu em Francês o livro das suas retlexões religiosas, o breviário do seu misticismo, como em Francês escreveu **L’Option** e **Pensées Détachées** e o capítulo sobre Massangana que inicia o **Foi Voulue**. Em tudo isso está o mistério da sua infância, “o traco todo da vida”, como aparece em **Minha Formação**.

O canto que ouviu na solidão oratoriana de Brompton, na Inglaterra, há de lhe ter despertado as mesmas emoções que as litânias dos escravos na senzala. Voltava à Fé, como voltava à saudade do escravo, depois de extinta a escravidão.

“Vem o dia — escreve ele — em que, como a planta que procura o sol para não morrer, experimentei a necessidade quase física de me voltar para a verdade absoluta. Estava cansado da perpétua incerteza que fazia descrever no meu espírito oscilações dum afastamento incalculável”. O escrever em Francês um livro quase de teólogo ainda seria, segundo Claude-Henri Frèches, uma homenagem a Renan, pois que, “paradoxalmente, o discípulo lhe deve a ressurreição da sua Fé confirmada pela ciência”. Chegava, afinal, a Nabuco aquilo que Bergson chamou “um suprimento de alma”.

Nesse livro, que é uma renegação do racionalismo e do liberalismo religioso em que andou mergulhado não nega — antes reafirma — a influência de Renan. Escreve de modo incisivo: “Das influências literárias que sofri, nenhuma igualou a de Renan”. O que ele encontrava, na idade madura, era o que chamou “minha sensação de juventude”. Mas entre ele e o escritor francês estava a divindade de Jesus. A influência se exercia pela magia do estilo. “Seu Cristo — escreve Nabuco — se eu o analiso hoje, é um anacronismo ingênuo de sábio e de artista, que se substitui a si mesmo sem o sentir, e idealizando-se fortemente, no personagem que ele quer restaurar”. A verdade é que passados os anos, o conflito entre o literário e o estético, de um lado, e o religioso e o teológico, do outro, se estabeleceu. Havia um recurso para isso: sair da estesia literária para o campo da especulação espiritual, que é o plano do mistério. Mas seria um itinerário lento; e quanto mais lento, mais seguro. Seria a reflexão do homem que havia já experimentado os embates da

inteligência e se sentia deslumbrado pelo mundo da criatividade artística — ele próprio dotado de tantas qualidades e atributos que não era fácil escolher definitivamente o seu caminho, isto é, passar do simples humanismo literário para o humanismo religioso, para a Verdade absoluta em meio a tantas verdades relativas que o seu espírito debateu, e tantas doutrinas em que se deixou enredar.

Jamais duvidou de Deus. Nesse ponto a sua afirmação é categórica ao estudar, detidamente, o problema da evolução da espécie humana, um dos mais interessantes e sugestivos para o seu espírito. Assim escreve: “Como nunca duvidei de Deus, a teoria da evolução não fez definitivamente para mim senão alargar materialmente a órbita que ele percorre com as suas duas asas, o infinito e a eternidade”.

Não esquecia, porém, de acrescentar que, “acima de todas as hipóteses físicas, planejará sempre a hipótese moral, isto é, Deus”. Ora, isso é muito significativo. Nabuco se debatia entre a ciência e a revelação. Aceitava a evolução, mas não enquanto simples transformação animal, porque nisso não intervinha o princípio moral. Deus estava presente a tudo. E com isso queria dizer claramente — e esta é uma das tônicas do seu livro — a ciência não repele a fé: harmonizam-se. E a prova é que nos seus capítulos, nos quais se sente uma grande ânsia quase pascaliana de Deus — um dos seus afãs é provar a existência de Deus não tanto pelos argumentos da Teodicéia, mas pelo próprio sentimento. E pergunta de modo muito lógico: “Primeiramente, se Deus não existisse, por que esse sentimento teria brotado na alma humana? Se não houvesse nada — indaga ainda — além da terra, tendo uma relação conosco, por que a angústia dessas mesmas relações? Deus teve uma tão grande parte na vida humana, que deve ocupar sozinho um grande compartimento do nosso cérebro”.

As perguntas, podendo ser triviais, mesmo feitas por um Nabuco, demonstram que há algo, na natureza humana, que nos leva ao Absoluto, a crer mesmo em princípios e causas que fazem parte, quase instintivamente, do nosso universo. E a conclusão, ou a resposta, e Nabuco quem dá: “Suprimi Deus e tereis espalhado sobre a própria luz o luto da morte. Aumentai, pelo contrário, no vosso coração a intensidade, a evidência divina: a morte desaparece do universo e se torna a crisálida da vida eterna que está em Deus”.

Nota-se, a cada passo, que Nabuco, nesse livro, tão voltado para dentro de si mesmo, aparece como um gênio especulativo. Estima que as dúvidas ressurgam — as dúvidas da juventude — para que ele possa procurar na Teologia, na Filosofia, na Ciência, os esclarecimentos que agora, com o espírito tocado pela graça divina, surgem nítidos e penetrantes como verdades reveladas. A inteligência se encontra no mundo abissal do espírito humano, na explicação do próprio homem. “Ora — escreve Nabuco — se Deus não existisse, o homem não se sentiria mais responsável. A questão principal para ele, a de saber se é alguém, está estreitamente ligada à questão de Deus. O pessimismo requintado quer que a vida seja um papel; mas o homem sentiu sempre que é uma realidade”. Como trazemos em nós a ânsia do Mistério, Nabuco resume tudo nesta frase: “Não há senão Deus que possa aplacar a sede do Infinito”. Terá com isso posto o ponto final no drama da alma humana, que procura as coisas invisíveis, impresentidas, e não se satisfaz com o que é visível, com o mundo sensorial e físico, porque alguma coisa, no seu ser, na essência da sua natureza, fala, intimamente, dessas evidências que ficam além de nós mesmos e que só podem provir do sobrenatural, isto é, daquilo que se superpõe à nossa natureza contingente e pobre.

Esse Nabuco religioso, especulativo, místico, surpreende a muitos que enxergam nele o homem de tantas outras atividades. Na sua apologia da liberdade, que é o capítulo de ouro da sua vida, a glória do orador e do parlamentar, ele próprio já feito uma estátua humana, apolínea, após tantas vitórias e consagrações — talvez houvesse, sem que ele sentisse ou confessasse, o profundo sentimento cristão de quem, enfeitiçado por Ernesto Renan, não pudesse esquecer que os problemas humanos estão ligados à ânsia de Deus. Isso seria apenas um resíduo da sua formação matriarcal; mãos no seu coração — por mais que ele parecesse simples esteta ou homem do mundo tão satirizado por adversários — devia haver um resquício de Fé na destinação da criatura humana, principalmente se ela gemia na escravidão o seu atroz castigo. E não se pense que isso é dito ao acaso. Pois Nabuco acentua muito bem: “Se nunca tivesse havido liberdade, nunca teria havido o mal, mas também nunca teria havido o bem. O fato essencial, evidente, é que o homem, se não se tivesse criado livre, não seria senão o prolongamento duma outra vontade, um autômato em vez duma pessoa”. Eis o que é uma pessoa: o fruto da liberdade bem entendida. O pensador expõe tranquilamente a sua idéia e em torno dela tece o seu sistema, a sua concepção de vida, o seu universo.

Não bastaria a um pensador religioso, já convicto da existência essencial do mistério, que houvesse Deus. Não seria apenas com essa idéia que se estaria praticando uma Religião. Nabuco é admirável no estudo dessa relação Deus-Religião. “Ora, diz ele, não há verdadeira religião sem a consciência de que Deus e o homem estão em relação contínua de atração. Essa consciência é o ato religioso elementar; sem ela, a simples gratidão para com o Criador reconhecido não seria, apesar da sua grande clarividência da noção causal ou de Deus, senão um fenômeno de inconsciência moral”. Não fala assim apenas um pensador religioso, mas um teólogo, um homem que vê além da vida — uma outra vida, da qual logo a seguir se ocupa.

Em Londres começam as meditações que se intitulam “Do Sentimento Religioso ao Cristianismo”. Seu espírito é conduzido para verdades mais profundas. A impressão que nos dá é a de que a glória do mundo — tantas vezes alcançada — não lhe basta à insatisfação interior. Quando começou a frequentar a Igreja — lembra comovidamente — estava na Inglaterra. A igreja “não tinha verdadeiramente para orná-la senão a manutenção da assembléia, o coro angélico das crianças e a maravilhosa execução da liturgia”. Era o bastante para encantar a sua alma. Escrevi então: “À medida que compreendo essa nova linguagem, a missa me parecia de mais a mais uma obra-prima sem preço”. Extraordinária confissão de um filho pródigo!

E por ali que começa a compreender a vida de Jesus. E frisa bem, ainda uma vez lembrado de Renan, a cuja influência estética sempre está voltando como quem busca nas harmonias perdidas uma sinfonia vagamente religiosa. E diz: “Se Renan, por exemplo, no momento de começar a sua vida de Jesus, tivesse recebido o impulso da fé e não da dúvida, isto é, a humildade de espírito que aceita em lugar da independência do coração que desafia, teríamos tido, com as mesmas paisagens, o mesmo horizonte, as mesmas gentes e num estilo mais doce e mais transparente ainda, a mais completa concordância com os Evangelhos”.

Bastava reconhecer que o Jesus de Renan não concordava com os Evangelhos para que o primeiro passo tivesse sido dado com a esperança de encontrar o

Absoluto onde o “bicho de seda da prosa francesa” como chamava, havia posto o relativo. E, já agora, o que vai interessar a Nabuco é a própria história do Cristianismo, pois, assim, ele se está apercebendo da marcha do espírito humano através dos tempos até concluir que tudo é a mesma Fé que remove montanhas e que o Espírito Santo sopra onde quer.

Sem preconceitos históricos tão do seu tempo, afirma: “O Cristianismo na Idade Média não é senão um ideal que impede a juventude humana de se degradar, que mantém a superioridade do Ocidente mesmo sem cultura sobre o Oriente culto, que preserva a dignidade da alma em formação”. E acrescenta: “Não foi o Cristianismo que fez as trevas da Idade Média; pelo contrário, ele fez a luz”.

Daí por diante a sua Fé se entretetece cada vez mais dos argumentos da Teologia e da História, mas não falta a Nabuco, nessa peregrinação de volta, uma doce poesia, como quando explica o culto de Maria: “O culto da Virgem deve ter se formado no começo, das lágrimas daqueles que tinham necessidade de adorar a Deus”.

• Esse livro — **Foi Voulue** — é de profunda especulação interior. Através de tantas indagações e meditações, Nabuco encontra não somente o misticismo, sob a forma de uma reconciliação amorosa, mas o repouso intelectual, “que é a primeira condição da alma para poder refletir a Deus”, na sua própria expressão. Passou da dúvida à certeza com a consciência de um homem que atinge com isso a plenitude do seu ser. Um Nabuco talvez pouco conhecido, esse. A maturidade lhe dava a segurança dos passos que o espírito abria à incompletude da sua inteligência, que tanta coisa tinha feito, mas não havia ainda chegado, lúcida e pertinaz, à integral aceitação do divino e do eterno. Brompton seria o seu derradeiro cenário numa luta íntima, que por vezes se esmaecera, assim como Massangana havia sido o primeiro quadro, pela vida toda.

O pensador religioso não é menos sugestivo e profundo do que o pensador político. Ele alcança os abismos da alma humana; e sua luta é sempre pela liberdade. O cativo dos negros foi a sua apoteose da liberdade ofendida e castigada. Já nos últimos anos de vida, meditando sobre o destino do homem e sobre o seu drama religioso, chegou à conclusão de que há um cativo que é liberdade: o cativo da Fé. E fez-se servo de Deus, como na mocidade fora servo dos servos. Num caso a servidão que degrada a condição humana; no outro, a servidão que liberta, porque é o mais suave dos jugos.

Ele viveu para cantar a liberdade. Libertando os cativos, libertou-se a si mesmo, quando foi o tempo de cuidar da sua liberdade interior e de ver mais claro nas obscuridades do espírito atormentado pelo que então se chamava “as luzes do século” e eram realmente só do século, assim como o “despotismo esclarecido” era esclarecido só para o despotismo.

Cantou a liberdade: a dos outros e a sua própria. Chegou às grandes evidências humanas. Deus lhe abriu todas as portas que fizeram da sua alma o heroísmo de todas as lutas — umas que foram do tribuno e do político e outras — as invisíveis — que o levaram ao silêncio e à humildade, onde o Mistério fala aos homens e a música desce do coro dos anjos.

No seu livro **Minha Formação** diz Nabuco: “Em 1891 minha maior impressão é

a morte do Imperador. De 1892 a 1893 há um intervalo: a religião afasta tudo mais, é o período da volta misteriosa, indefinível da Fé, para mim verdadeira pomba do dilúvio universal, trazendo o ramo da vida renascente...”

Renascia, assim, o homem de Fé. Esta página ainda é de amor à liberdade e de meditação da alma inquieta que viveu o drama da escravidão. Foi grande diante dos homens oprimidos; foi ainda maior no seu reencontro com Deus, como se completasse a sua infância em Massangana, de onde trouxe a nostalgia das canções negras que ouviu na senzala e que eram formas de religiosidade aguçadas pela saudade das coisas e das paisagens africanas.

Já no fim da vida, depois de vencida a grande batalha da Abolição, Nabuco experimentava grandes decepções.

Escreve o seu biógrafo Luiz Viana Filho: “Sim, a dor ia esculpir um novo Nabuco. E, no estado em que se lhe encontrava a alma, lacerada por grandes tormentos, ter-se-ia talhado um desesperado, se a religião não fizesse emergir um místico. Na realidade, que será ele, depois que completar a volta ao seio da Igreja senão um místico admirável?”

O livro em que contou a sua volta à Fé, ele chamava “o meu livro”. Foi escrito na cidade de Petrópolis. Recebia pela manhã, habitualmente, lembra Luiz Viana Filho, a visita do Visconde de Taunay. A conversa versava sempre sobre o Imperador, como que aquietado na moldura dourada do seu exílio. A imagem do Imperador no exílio havia sido criada, romanticamente, pelo Conde de Afonso Celso, num livro de sentimento mais do que de análise.

Tendo sido liberal, quase republicano em certa fase da sua vida, como reconhece a sua filha ilustre Carolina Nabuco, já no fim compunha o perfil magoado do velho Imperador, como se apaziguasse com isso os ímpetos da juventude e a decepção de não ver a abolição da escravidão feita mais depressa do que desejava.

Ao lado de Rebouças, de Taunay, de Eduardo Prado, de João Alfredo, de Carlos de Laet e de outros monarquistas fiéis, um tanto sebastianistas até, era para um tempo passado que Nabuco se voltava, cheio de sofrimento, mas sem deixar a ambição literária. Foi escritor e pensador até o fim da sua vida.

Perdera dois grandes amigos: D. Pedro II e Renan. Agora, era para a Fé que apelava e ainda nisso acreditava na influência dos escravos, que sempre se lembraram dele e por ele sempre rezaram.

Escreveu então: “Eu quero crer que foram os escravos que ofereceram a Deus por mim algumas das suas amarguras e Evelina”.

Deixou esse pensamento no dia da sua comunhão: “Graças a Deus, das cinzas da minha Fé pude tirar a pequena lâmpada que hoje acendi em honra do Cristo em meu coração e que alumiará a minha morte. Estou grato pelo recolhimento com que recebi o sagrado corpo de Deus, e espero que ele se disseminará como alento por todo o meu ser desanimado e como luz pelo abismo que eu trazia dentro de mim”.

Nabuco se exalta também pelo seu sentimento religioso, pela maneira como encontrou a luz no fundo dos abismos. Foi homem de grandes inquietações espirituais. Viveu crises interiores. Chegou quase ao racionalismo de Renan; à humanização de Jesus, contra a qual se ergueu Camilo Castelo Branco com todo o vigor polêmico do seu estilo.

Não satisfazia a Nabuco a simples investigação estética do Cristianismo. Ele tinha que descer ao íntimo da alma humana e ao mistério da Fé. Restaurava com a saudade do escravo a nostalgia de Deus.

Encontrou com a verdade da razão a paz do seu coração. O lutador havia completado a sua jornada. Libertou os escravos e libertou-se a si mesmo das dúvidas do seu espírito tangido pelos ventos da incerteza, como que vacilante entre Descartes e Pascal.

Foi nisso tudo um homem de profundidades assombrosas. Assim como escreveu a biografia do pai, que é um monumento da historiografia brasileira, também escreveu a sua, também foi autobiográfico nos seus livros **Foi Volve e Minha Formação**.

As suas Memórias fixam o homem todo. E esse homem não é apenas um libertador de escravos, mas um vencedor de si mesmo: venceu a sua própria aristocracia, descendo na sua escala social até aos cativos; e subiu a Deus pelos degraus da grande ansiedade do seu espírito luminoso e profético.

(Palestra proferida em 27.01.81, sessão solene do I.H.G./RN e da Fundação "José Augusto")

CAPELÃES DOS SANTOS REIS

Mons. Severino Bezerra
(sócio efetivo)

Nenhuma outra capela, é tida em Natal, como a mais antiga, do que a dos Santos Reis, situada dentro do Forte, que é do século XVII.

A Paróquia de Nossa Senhora da Apresentação tinha suas capelas fora de Natal: São Gonçalo, Jundiahy, Ferreiro Torto, Utinga, Santo Antônio do Potengi, Aldeia Velha, todas do século XVIII.

A Fortaleza da Barra construída em 1598 não tinha Capela, a Semana Santa celebrada pelos padres da Colonização, a pedido do Capitão-Mor Mascarenhas Homem, foi num local escolhido dentro do Forte, com garantia de segurança por medo de ataque dos índios. A presença que se faz de uma Capela nesse local é mencionada somente em 1633, data mais afastada que se conhece. Era descrita sendo uma capelinha, muito simples, destituída de imagens de santos e de qualquer objeto necessário para a celebração do culto divino, possuindo apenas uma pintura num quadro, representando os Santos Reis Magos. Servia de Presídio o Forte da Barra, como era conhecido por muitos; os que lá viviam, reclamavam não ter um capelão para exercitar o culto religioso, ficando assim privados da assistência às missas e outros atos religiosos. Chegando ao conhecimento de Sua Majestade Dom Pedro II, de Portugal, da situação e desejos desses detidos, dirigiu-se ao governador de Pernambuco, para que o Bispo diocesano desse um Capelão à Capelinha do Forte. Natal tinha padres que não exerciam o ministério paroquial — paróquia única a da Apresentação e os sacerdotes residentes na cidade, davam a contribuição do seu auxílio ao Vigário, indo às capelas fora da cidade, porém recusavam aceitar o cargo de Capelão do Forte e alegavam com muita razão: o Forte é distante da cidade, caminho áspero e ruim; o ordenado de 50 réis é muito pouco para tanto sacrifício. Mesmo assim, com motivos justificados, o que muito se desejava foi conseguido — O Forte tinha Capelão! Padres Antônio Rodrigues Frazão, Antônio Rodrigues Fontes, Manoel Pinheiro Teixeira, Bonifácio da Rocha Vieira e Francisco Antônio de Souza Praça foram os sacerdotes que exerceram no Forte, os seus cargos de Capelães.

PADRE ANTÔNIO RODRIGUES FRAZÃO — Antes de ocupar a capelania indicada, esteve exercendo em 1702, a coadjutoria da paróquia de Nossa Senhora da Apresentação, onde era vigário o padre Elói de Freitas. Em 1717 justamente com o

padre Domingos Rodrigues requereram terras no riacho de Curicaca que deságua na Lagoa Carauá. É ignorado o tempo que o Padre Frazão esteve como Capelão do Forte, embora tenha residido sempre na cidade.

PADRE ANTÔNIO RODRIGUES FONTES — EM 1726 era Capelão do Forte e nesse mesmo ano fez requerimento à Sua Majestade pedindo aumento de sôldo.

PADRE MANOEL PINHEIRO TEIXEIRA — Foi o substituto do padre Fontes, na referida Capelania, cargo que assumiu em 1727.

O Padre Manoel Teixeira, era português, da região de Penafiel, bispado do Porto, onde teve o seu nascimento em 1673. Já ordenado sacerdote, quando veio para o Brasil em companhia de dois irmãos: José e Francisco e ficaram em Natal, que já era cidade e paróquia. Os irmãos do padre aqui casaram-se e constituíram famílias, donde procede o início da família do padre Miguelinho. Dos três irmãos o padre era o mais velho. José e Francisco se dedicaram ao trabalho na agricultura e criação de gado em terras requeridas e em 1706 também o padre Teixeira requereu terras de sesmarias em diversas partes do Rio Grande do Norte: Umari, Catolé e Mãe d'água. Em anos seguintes, teve posse de novas terras, em 1711, no Pitimbu e em 1739 no rio Maxaranguape, terras boas apropriadas à agricultura e criação. Residindo na cidade não exerceu o ministério paroquial, mas, por mais de cinquenta anos foi o capelão do Forte dos Santos Reis. Primeiramente capelão interino desde 1727 quando assumiu o cargo e continuando no serviço religioso, pede a sua Majestade de Portugal que lhe conceda o ordenado igual ao que se dá aos vigários de Pernambuco e pede mais, que o confirme no posto, uma vez que está de modo interino. Só em 1732 foi lhe dado a confirmação no posto de Capelão efetivo, a sua permanência na capelania do Forte. Em 1746, novo requerimento à sua Majestade para que lhe dê aumento de sôldo.

A Capela dos Santos Reis, estava faltando tudo: imagens, ornamentos para o culto divino, alfaias, etc. O capelão padre Manoel Teixeira, envia ao Capitão-Mor de Natal — João de Barros Braga, um rol do que precisa a capelinha do Forte, inclusive as imagens dos Santos Reis, titulares da mesma. Feito o pedido ao Rei de Portugal, na ocasião, Dom José I, em 1752, chegam em Natal, como oferta de sua Majestade, os santos titulares do Forte — Gaspar, Baltazar e Belchior. A Capelania do Forte possuía apenas uma pintura dos Santos Reis, que foi substituída pelas imagens vindas de Portugal. Coube portanto ao padre Manoel Pinheiro Teixeira, o pedido a fim de que a capela do Forte fosse enriquecida com um presente de valor Real.

O Padre Manoel Teixeira que durante tantos anos foi o capelão dos Santos Reis, findou a sua vida terrena em Natal, a 17 de novembro de 1778, sepultado na Matriz de Nossa Senhora da Apresentação.

PADRE BONIFÁCIO DA ROCHA VIEIRA — Novo Capelão do Forte, iniciou o seu trabalho em 1783. No espaço de dez anos — de 1768 a 78, esteve como coadjutor da paróquia de Nossa Senhora da Apresentação, no paróquiato do padre dr. Pantaleão da Costa Araújo. No exercício de Capelão o padre Bonifácio fazia batizados e casamentos, não reduzindo o seu trabalho só a celebração de Missas e outros pequenos atos espirituais. Não é conhecido o tempo do padre Bonifácio no governo de capelão, é certo sim, que em Natal, ele terminou a sua vida e sepultado está na Matriz da Apresentação.

PADRE FRANCISCO ANTÔNIO DE SOUZA PRAÇA — Natural de Natal onde nasceu em 1769 e ordenado sacerdote em 1802.

A família “Souza Praça” muito se desenvolveu em Natal e São Gonçalo do Amarante. Um membro dos “Sousa Praça veio de Portugal da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, da Vila de Penixe — de nome Antônio Martins Praça, que fixando-se em Natal, casou com a natalense Maria Antônia das Neves.

Não sabemos dizer os nomes dos pais do padre Souza Praça. Não encontramos documentos. Antes de ser capelão do Forte, o padre Souza Praça viveu em Natal, auxiliando o Vigário da Apresentação, frequentando as capelas de São Gonçalo e Ferreiro Torto. Residiu sempre em Natal, num sítio de sua propriedade, chamado “Quintas”, atual bairro populoso da Capital. A capelania dos Santos Reis foi assumida pelo padre Souza Praça em 1822 e o Imperador Dom Pedro I, do Brasil, equiparou os seus vencimentos com os dos capelões das Fortalezas do Rio de Janeiro. Recebia mensalmente o ordenado de nove mil e seiscentos réis (9 = 600). Em tempo algum o padre foi vigário, nem o cargo de coadjutor da paróquia da Apresentação, paróquia única, em Natal.

O padre Francisco Antônio de Souza Praça morreu em Natal a 31 de outubro de 1832 e jaz sepultado na Matriz de Nossa Senhora da Apresentação. Foi o último capelão dos Santos Reis.

Em 1901, a 14 de abril, os Santos Reis Magos, foram destronados de sua capela e exilados na igreja do Bom Jesus das Dores, onde permaneceram até 1910. Construíram uma capela, fora do Forte, na Limpa, foi celebrada a primeira festa, com muita alegria e regozijo do povo de Natal, pela presença das santas imagens na nova capela. Era vigário da Matriz de Natal, o padre João Evangelista da Silva Castro. As alegrias da festa dos Santos Reis, foram em parte empanadas por um acidente fatal, quando na noite de 10 de novembro, na travessia do rio Potengi, o escaler Porto Alegre, dirigido por Emídio Alexandre, ao regressar a Natal, com excesso de passageiros, virou jogando n'água todos, causando a morte de três pessoas, sete se salvaram e outras desapareceram.

NÃO SE PERDE, NEM EM SONHOS, O BEM FEITO

MARCOS MARANHÃO
(Sócio Efetivo)

“Assumo hoje, profundamente comovido, a qualidade de membro efetivo deste Instituto, a “Casa da Memória”, guardadora, nos seus arcanos, dos segredos do passado e das revelações do presente. Honro-me, sobretudo, pela delegação dos meus pares, para representá-los neste discurso de posse, diante dos mais antigos, encanecidos no labor diário pela preservação das nossas tradições e o culto às glórias dos nossos ancestrais, forjadores da nacionalidade pátria. Confesso minha emoção ao transpor os umbrais desta Instituição, em caráter permanente, transmutado em guardião dos seus mistérios, hierofante deste culto sagrado, procurando, como os sacerdotes do antigo Egito, desvendar o véu de Isis para ter acesso às revelações profundas do saber. Se a História, no dizer de Marco Túlio Cícero é a “TESTIS TEMPORUM, LUX VERITATIS, VITA MEMORIAE, MAGISTRA VITAE, NUNCIA VETUSTA”, para nós seus celebrantes é o altar luminoso onde comungamos com a Verdade, que é a emanação do próprio Deus.

Nossa História se inicia com a Bíblia, esta estrela divina que ilumina o mundo. Nela, como diz Donoso Cortês, estão escritos os anais do céu, da terra e do gênero humano. “O Gênesis é belo como a primeira brisa que refrescou os mundos; como a primeira aurora que se levantou no céu; como a primeira flor que brotou nos campos; como o primeiro sol que surgiu no Oriente. O Apocalipse de São João é triste como a última palpitância da natureza; como o último raio de luz; como o último olhar de um moribundo. E entre este hino fúnebre e aquele idílio, vêm-se passar, uma após outra, diante de Deus, todas as gerações, e um após outro, todos os povos. As tribos passam com seus patriarcas; as repúblicas com seus magistrados; as monarquias com seus reis e os impérios com seus imperadores. Babilônia passa com sua abominação, Ninive com sua pompa; Mênfis com suas artes e heróis; Roma com seu diadema e com os despojos do Mundo. Ninguém permanece senão Deus, tudo o demais passa e morre, como passa e morre a espuma em que se vai se desfazendo a onda”. O próprio Deus quis que os feitos do Homem fossem registrados perpetuamente, para na perenidade do tempo, servirem de caminho, bússola, exemplo e aviso grandioso e terrível ao passo célere das multidões do presente caminhando tumultuosamente em busca do futuro.

Somos herdeiros desta tradição, que nos fala da construção de templos e guerras de conquista, e onde os brados soluçantes dos massacres sangrentos são irmanados aos salmos de Davi, as harpas das Virgens de Sion e a presença permanente de Deus, a procurar salvar o Homem da barbárie tumultuária e conduzi-lo ao seu luminoso destino.

Todos nós sentimos em nosso coração esta Jerusalém interior, poesia viva que nos fala a alma como a brisa ao mar, o céu às estrelas e a solidão crepuscular aos poetas no início das imensidões das noites. Interroguemos a História. Ela, segundo Borheijn, dividiu-se como narrativa, pragmática e científica, sendo classificada por Hegel como imediata, reflexiva e filosófica. Foi essencialmente narrativa com Heródoto, pragmática como Tucídides, Tito Lívio e Tácito, passou pela fase religiosa com Santo Euzébio, Santo Agostinho e os comentaristas da Igreja, desenvolveu princípios críticos com Giambattista Vico, para finalmente com o cientificismo nos mostrar Taine, Mommsen e Benedetto Croce.

Chegamos a um momento da História em que não se pode prescindir da filosofia como queria Foustel de Coulanges, nem nos atermos a figura mística do herói salvador de Carlyle. As leis e a dinâmica do organismo social são, para o historiador do tempo presente, pontos referenciais para a pesquisa laboratorial, tendo a atenção voltada para as palavras de Mestre Toynbee: “No capítulo da História do Mundo, que estamos agora iniciando, parece que o progresso contínuo da Tecnologia irá tornar nossos padecimentos mais profundos do que jamais antes e os pecados mais devastadores nas suas consequências práticas. Será o tempo da prova e, se formos prudentes, aguardaremos o veredito”.

Mas, debruço-me, agora, sobre as raízes do Rio Grande do Norte e das Américas. Início uma viagem evocativa aos clarões do passado, e vejo Colombo nos muros de Valadolid conseguir de uma mulher extraordinária, ungida pelo diadema da realeza, os meios necessários para transformar em realidade as visões do seu espírito, e contemplo Vasco da Gama e Cabral receberem da felicidade de um Rei os meios necessários a chegada ao mundo misterioso das Índias e de Além-Mar.

O caminho a todos estes empreendimentos foi o Atlântico, e um rastro líquido foi deixado pela quilha dos navios em seu dorso, ao trazer aqueles que, por amor ou cobiça, enfrentaram o desconhecido traduzido na imensidão vastíssima das águas.

O Atlântico foi sempre o grande mar, o oceano icognoscível dos antigos, vedado além das colunas de Hércules, e cuja presença terrível de Adamastor trazia a morte e a ruína às tripulações ansiosas dos navios que buscavam o enriquecimento fácil através da predação ou comércio, ou a glória nas mãos da aventura. O Infante D. Henrique, no promontório de Sagres, interrogou as noções da imensidão marítima, e compreendeu que o infinito se detinha diante da grandiosidade das fronteiras do sonho.

Dragões e gigantes, ondinas e sereias, povoaram este universo lendário, pouco a pouco desvendado pelo avanço das caravelas de Portugal e Castela. Os marujos de Cabral atravessaram estas divisas líquidas, de transparência e profundidade diversas, chegando aos confins da imaginação sem saber que realizaram o marco inicial de uma civilização nos trópicos, pujante e criadora com o nome de Brasil. Dentro deste império novo, regido pela sombra da Cruz, os filhos de João de Barros, fiel de D. João III, passaram neste mar em busca das terras do Rio Grande capitania hereditária dos sonhos de Golconda, numa jornada trágica que se chamou tristeza, na repartição desigual dos fados e da sorte.

Aqui minha família deitou raízes e frutificou no dizer de Bilac, “**aos beijos de sol**”, estendendo-se pela Paraíba e Pernambuco. Jerônimo de Albuquerque Maranhão, o vencedor de La Ravardiére, é o primeiro Capitão-Mor do Rio Grande do Norte, ostentando entre os seus avoengos o 1º Vice-Rei das Índias Portuguesas, Afonso de Albuquerque, o “Leão de Ormuz” louvado por Camões no Canto Primeiro dos Lusíadas. Jerônimo funda a família Maranhão, tomando o nome à terra onde vencera os franceses invasores. Seus descendentes trariam ao reino dignatários ilustres, nobres de Sua Majestade Fidelíssima, e Capitães-Mores, Senadores no Império e Governadores na República. Meu pai, Djalma de Albuquerque Maranhão, além de Deputado Federal e Estadual desempenhou, por duas vezes, a suprema magistratura da cidade, legando ao Instituto o Pelourinho que está fincado a porta de entrada, símbolo da autoridade municipal, pluri-centenária, concedida por EL-Rei de Portugal.

Chego a esta Casa trazido pelas imagens dos meus ancestrais que tanto deram de si para a construção do Rio Grande do Norte, vindo em cada época de nossa História um Albuquerque Maranhão levantar, como nos versos de Segundo Wanderley, diante da pátria, “**o vinho do direito e o pão da liberdade**”. Volto agora, nesta caminhada através do tempo, numa evocação proustiana a rememorar os acontecimentos vividos. O adulto se transfigura em adolescente a percorrer a cidade, detendo-se sempre neste Instituto Senhorial, digno, personificador das coisas eternas. Aqui a dedicação de Nestor dos Santos Lima e o idealismo de Enélio Petrovich gravaram no bronze da imortalidade histórica todo um esforço perpetuador do trabalho de Ferreira Nobre, Rodolfo Garcia, Tavares de Lira, Câmara Cascudo e Vicente de Lemos.

Este trabalho humanístico ajuda na medida de suas forças a plasmar o homem Universal e parece-me ouvir Miguel de Unamuno diante da Cartagena afirmar que “a cada dia que passa mais se aprofunda e se enraíza em mim a convicção de que o homem universal e eterno deverá sair do seio do homem local e passageiro, que quanto mais somos do nosso tempo e do nosso rincão, mais somos de todos os tempos e países, não por efeito de remoção e exclusão de diferenças mas por inclusão e fusão delas, e assim se chegará ao homem global. A irmandade celeste que nos une e envolve a todos haveremos de chegar através dos abismos terrenos do nosso ser”, dizendo ainda “que a nossa história parece um sonho, um combate da alma com sua estrela” adiantando também, que a língua latina foi o elo mais ajustado da unidade nacional, encarnado em nossos espíritos.

Ortega y Gasset afirmou que o homem é o ser e sua circunstância e esta nos tornou latinos, católicos e pensadores. As bandeiras de Portugal trouxeram o vexilo da fé, e os arcabuzes e os arneses dos soldados e colonizadores eram iluminados pela instrução pública, pela defesa da liberdade dos índios, pela educação do gentio, realizados pela presença dos monges de Santo Inácio, portadores da cultura universal.

Ao escrever “O Forte dos Reis Magos e A História Colonial”, lançado neste Instituto, no ano de 1973, com o prefácio honroso de Enélio Petrovich, tentei abordar uma temática nova num relatar antigo, enfocando a História Universal e o Forte, mostrando a luta das potências da época e o seu refletir no setentrião brasileiro, no nosso baluarte, presença avançada no Atlântico, da colonização portuguesa. Deixei a tentativa de reconstituição histórica, como uma imagem presente e emocional de uma época em que potiguares e reinóis construíram no tempo, proje-

tando para o futuro, o núcleo da nacionalidade do Brasil.

Chegam neste instante os ecos destas lutas, batalhas contra o francês e o holandês. Guajiru, Refolles, Arês, Guarapes, as ordens do Rei Católico Felipe II, os combates da Independência, a consolidação realizada pelo Império, com a unidade geo-política, o progresso, com a industrialização, realizado pela República. Tudo isto ficou aqui, gravado neste Instituto, Velha Casa de Memória do Rio Grande do Norte ao qual se poderiam aplicar as palavras de Renan na Acrópole saudando Palas-Atena, Deusa cujo culto significa razão e sabedoria, centelha que ateia e conserva o fogo sagrado dos heróis e dos homens de gênio.

Quero, em meu nome pessoal e dos meus confrades agradecer vossa presença e a saudação generosa de Alvamar Furtado, na certeza de que, como nos versos de Calderon de La Barca: **“Não se perde nem em sonhos, o bem feito”**. MUITO OBRIGADO.

(O discurso de posse do Bel. Marcos Maranhão no Instituto Histórico e Geográfico do RGN, em 29.03.1982)

O PENSAMENTO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO DE 1808 A 1822

1. Introdução ao tema. Justificativa de delimitação temporal. 2. D. JOÃO no Brasil. A Revolução Pernambucana de 1817 e a Revolução Portuguesa de 1820. 3. Influência das Idéias Constitucionalistas no Brasil: as Constituições francesa de 1791 e a espanhola de 1812 como fontes do Direito Constitucional Brasileiro. 4. “Duas Constituições”. O regresso de D. JOÃO a Portugal. 5. Breve Análise da Constituição de Cádiz. 6. D. PEDRO e o movimento da Independência.

Ivo Dantas
(Colaborador)

1. Introdução ao Tema, Justificativa de delimitação temporal

Inicialmente, é preciso que se distinga, de maneira clara, o objetivo deste ensaio: visamos escrever a História Constitucional do Brasil, dentro da perspectiva traçada no capítulo anterior, e não a História das Idéias Políticas, que, em última análise, tem um campo de abrangência muito maior que aquela. Em outras palavras, podemos dizer que a História Constitucional interessa a todos os instantes da História das Idéias Políticas, enquanto que esta só interessa à História Constitucional, na medida em que influência ou se reporta ao Constitucionalismo.

Esta colocação prévia é necessária, por duas razões de ordem lógico-metodológica, a saber-se: em primeiro lugar, para que não se diga que omitimos a fase anterior à chegada de D. JOÃO VI ao Brasil, deixando de analisar movimentos políticos e de idéias da mais alta significação e importância, como o foram a chamada **Insurreição Pernambucana** de 13.06.1645. exemplo de movimento nativista manifestado contra os holandeses; a **Conjuração Mineira** de maio de 1789, irrompido em Ouro Preto, então Vila Rica, e que visava a Independência do Brasil, e onde, segundo AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO no livro “**O Som do Outro Sino (Um brevíário Liberal)**” (1) “podemos identificar um movimento de intelectuais, consagrador das idéias da República, Universidade e Abolição”; ou, finalmente, a **Conjuração Baiana** de 12.08.1798, que, ao contrário da mineira, foi um movimento de alfaiates e soldados, e no entender de AFONSO RUY, “**A Primeira Revolução Social do Brasil**”.

Em segundo lugar, 1808, é a oportunidade em que se dá, indubitavelmente, o decisivo passo para a formação do Estado Brasileiro, sobretudo, se atentarmos para a lição de J. P. GALVÃO DE SOUZA em sua “**Introdução à História do Direito Político Brasileiro**” (2) quando, de forma quase didática, escreve: “Sendo três os

elementos que concorrem para a formação jurídica do Estado — território, povo e poder soberano (3) só este último faltava para que o Brasil viesse a constituir um Estado independente, que representasse a nacionalidade brasileira no consórcio das gentes.

“Foi o que lhe adveio da transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro, ao tempo de D. JOÃO VI. Não admira que fosse o Brasil recebido entre as potências que participavam do Congresso de Viena. E desde 1815 constituía o Reino Unido com Portugal e Algarves” — conclui.

Dizíamos que a fase anterior a 1808 foi importante, e repetimos. Foi exatamente nela, que se falou, entre nós, pela primeira vez, em República e outros princípios de ordem política, sem que, entretanto, o Constitucionalismo viesse a ser lembrado, o que só acontece com a influência das idéias advindas da Europa, através dos estudantes brasileiros lá formados, e sofrendo os condicionamentos dos sopros liberais contrários ao Estado Absoluto, forma inicial de Organização Política na Europa da Idade Moderna. Tais idéias constitucionalistas, como veremos, têm seu início em Pernambuco, no ano de 1817:

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES em conferência publicada sob o título de “**A Revolução Americana e a Brasileira: 1776-1820**” (4) entende q. e “a conjuração mineira inicia a série de movimentos que, em pouco mais de uma geração, irá resultar na independência. Ela conta na sua motivação com causas internas e externas, econômicas e ideológicas.

“Os vários conjurados e testemunhas revelam, na Devassa, sua grande satisfação com o que acontecera com a América Inglesa, e nota-se que se tivessem igual oportunidade não deixariam de lançar mão dela, aproveitando-a para erigir uma República. Conheciam os sucessos da história revolucionária americana e possuíam desmedida paixão pelos Estados Unidos. Tiradentes exagerava as riquezas do país, achava que este podia ser independente como a América Inglesa, e possuía uma coleção de livros sobre os Estados Unidos e sua Constituição”. E adiante, fundamentando o que dizíamos sobre o sopro das idéias liberais contra o Estado absoluto, o citado historiador afirma: “Não foi só o amor à Independência, o desejo de sacudir o jugo colonial, nem só as pressões econômicas do fisco, mas o ódio à monarquia absoluta e à espoliação do país que o colonialismo impunha”, que na sua opinião, foram os maiores incentivos para os conspiradores da América Portuguesa (5).

O movimentos referidos, e anteriores a 1808, entretanto, “fracassaram num ambiente de feudalismo colonial, por falta de comunicações e de população política; explodiram isolados sem poder de expansão, em áreas restritas de conjuras filosóficas, onde se especulava contra a tirania fiscal dos governadores”, como ensina **LUÍS NORTON** no ensaio “**A Revolução Constitucional no Brasil e a Partida da Corte**” (6), para concluir: Assim morreram à nascença os levantamentos da Bahia e de Minas Gerais, amordaçando-se os primeiros protestos das chamadas inconfidências”.

2. D. JOÃO NO BRASIL. A REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA DE 1817 E A REVOLUÇÃO PORTUGUESA DE 1820

Sem dúvida alguma, repitamos, o primeiro grande e decisivo passo para a formação do Estado Brasileiro se deu a 23 de janeiro de 1808 com a chegada de D. JOÃO VI e sua Corte à Bahia, consequência do **bloqueio continental** decretado por **NAPOLEÃO BONAPARTE** na Europa e, sobretudo, a Portugal. Tal transfe-

rencia, de há muito planejada como o demonstra LUÍS NORTON, se por um lado representou a concretização de velhos sonhos, por outro representou à MetrÓpole o único caminho para evitar o domínio napoleônico em terras lusas. A propósito, o já referido NORTON tem palavras que merecem ser pensadas, quando, textualmente, escreve: “Se a saída de D. JOÃO VI para a América do Sul teve, em dado momento, a exclusiva aparência dum pânico liberativo, e se a atitude da corte, embarcando numa esquadra, em trigosa debandada, dava ao quadro aspectos de fuga, de naufrágio, ou de qualquer outra catástrofe, nem por isso é lícito concluir que se tratava de um ato impensado, indecoroso, pois é certo que o embarque da família real fora previsto com antecedência de muitos anos e refletido em todas as suas consequências”. E adiante, arremata NORTON: “Abandonar a Europa para fundar no Brasil um grande império, fora, em Portugal, desde o século XVI, um plano esboçado, estudado maduramente por soberanos e estadistas, quando circunstâncias políticas tornaram periclitante a soberania continental portuguesa, ou esta foi ameaçada por estranhas tentativas de absorção fulminante” (7). Por outro lado, para o Brasil, significou uma mudança em seu **status colonial**, dando início a uma fase monárquica que haveria de prolongar-se até 1889, com a Proclamação da República, além de dar à emancipação política nacional um caráter quase ímpar, de evolução, antes de ser uma revolução. Neste sentido, lê-se em CAIO PRADO JÚNIOR em sua “**Evolução Política do Brasil**” (8) que “a transferência da Corte portuguesa para o Brasil em 1808 veio dar à nossa emancipação política um caráter que a singulariza no conjunto do processo histórico da Independência das colônias americanas. Todas elas, mais ou menos pela mesma época, romperam os laços da subordinação que as prendiam às nações do Velho Mundo. Mas, enquanto nas demais a separação é violenta e se resolve nos campos de batalha, no Brasil é o próprio governo metropolitano, que, premido pelas circunstâncias, embora ocasionais, que faziam da Colônia a sede da Monarquia, é o governo metropolitano quem, paradoxalmente, resolve lançar as bases da autonomia brasileira”.

Representou muito mais: representou uma liberdade de comércio ambicionada pelo poderio econômico aqui predominante, misto de burguesia e feudalismo, enriquecida por uma exploração latifundiária e escravocrata da terra e agora concretizada pela “Abertura dos Portos às Nações Amigas” bem como pelo interesse inglês, cujo objetivo maior era manter com o Brasil laços econômicos, em detrimento, evidentemente, dos objetivos lusos. A este respeito, doutrina AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO, chamando a atenção para as relações entre a vinda da Família Real e os interesses ingleses: “enquanto a luta pela Independência se confundia no Brasil (tal como acontecera em toda a América) com a luta contra a Monarquia, o pensamento constitucional era, entre nós, republicano. Mas — caso único no novo mundo — a Corte Metropolitana para cá se transferiu em 1808, a conselho da Inglaterra, que desejava salvaguardar precisamente o princípio monárquico em alguma parte do Continente de Colombo. E, em consequência disso, o caráter da luta brasileira pela Independência tornou-se outro. Deixou de ser republicano e radical para se apresentar Monarquista e moderado, na medida que, pudesse fixar aqui a Coroa. Esta situação é de capital importância e não pode ser esquecida por quem deseje compreender os traços verdadeiros do constitucionalismo liberal do Império Brasileiro” (9).

Significou, finalmente, a conscientização de não ser mais possível, no futuro, um retrocesso que nos colocasse novamente, na dependência do monopólio português, tanto sob o ponto de vista econômico, quanto sob o ponto de vista político,

pelo que se solidificou o processo político do Brasil (Independência), agora contando com uma **coordenação** nos diversos instantes de manifestação do sentimento nativista.

Referindo-se à participação das Cortes portuguesas no processo de nossa Independência, GONÇALVES LEDO, em artigo publicado no jornal “O Sete de Abril” (10) escrevia: “A Independência não fui eu, não fomos nós, não foi JOSÉ BONIFÁCIO, nem PEDRO I quem a fez. Foi a vinda de D. JOÃO VI, foi o decreto de 16 de dezembro de 1815, foi a estupidez das cortes portuguesas, querendo colonizar o Brasil: foi a vontade popular, exigindo do Príncipe a Assembléia Constituinte; enfim, a fatalidade do tempo”.

Neste clima de euforia por parte da Colônia, a História toma novo rumo com a derrota de NAPOLEÃO em Waterloo, desaparecendo, pois, as razões de permanência da Coroa Portuguesa em terras brasileiras, incrementadas, tais razões, é claro, pela vaidade de fazer-se com que a Metrópole voltasse a ser, de fato e de direito, o centro da administração portuguesa. Restaria ao Brasil voltar à sua antiga e simples condição de colônia, monopólio luso, com o que se feriam os interesses e sentimentos brasileiros. Note-se um detalhe de profunda significação: um **choque de interesse** se iniciava (e com repercussões futuras!), pois enquanto a Metrópole exigia a volta da Coroa, os brasileiros aceitavam e desejavam sua permanência em terras americanas, sem a mínima intenção de expulsá-la, dado que a sua vinda tinha evitado e se antecipado a um movimento revolucionário, realizando, a partir da cúpula, tudo aquilo que se desejava realizar, e tentariamos fazê-lo pela base. Com muito acerto, aliás, EUCLIDES DA CUNHA afirmava que “iniciava-se no Brasil, uma paradoxal revolução pelo alto: A Coroa, neste clima, é **persona grata** aos brasileiros, enquanto que o regime, dadas suas características, é que ficava repudiado, valendo-se notar, a título de exemplificação, que o próprio D. JOÃO VI chegou a gozar de popularidade entre nós”.

Por outro lado, com relação ao monarca, havia uma diferença de tratamento: enquanto o Brasil repudiava o regime e aceitava D. JOÃO VI, a Metrópole alimentava a rivalidade com o Príncipe Regente, o que é explicado pela influência exercida em Portugal pelas idéias liberais da Revolução Francesa de 1789, à época em que o Gal. JUNOT ocupava, em nome de NAPOLEÃO, as terras lusas. Em consequência, as idéias de CONSTITUCIONALIZAÇÃO encontram terreno fértil, sendo o maior sonho acalentado pelos portugueses, como lembra, argutamente, PEDRO CALMON: “Não mais o poder absoluto, mas a opinião pública” rainha do mundo...”, isto é, a soberania nacional antes de tudo e a ela submetida o Rei, como seu dependente e funcionário. Como se pensava em 1789: A exemplo da Revolução Francesa, que demorara tanto a chegar a Portugal, mas — passando pela Espanha — sempre chegara, com igual desprezo pela tradição, o mesmo rancor aos frades, exigindo a solução dos privilégios, leis feitas pelas Cortes, a Razão a governar os povos... Regime imitado da Inglaterra, se possível, principalmente, democrático” (11).

Insistimos em aspecto importante e interessante: as idéias de CONSTITUCIONALIZAÇÃO que começavam a circular em Portugal tinham em si um caráter **local**, não se estendendo à Colônia lusa situada na América, já que à Metrópole interessava, apenas, um recuo nosso, nunca um avanço na direção das idéias e modelos constitucionais, as quais, em última análise implicavam na separação do Brasil às determinações lusas. Entretanto, o contacto de nossos estudantes na Europa, sobretudo, França, com as linhas mestras do liberalismo, era fato consu-

mado, tal como será por nós analisado linhas a frente, e que servia de seiva à sua difusão entre nós, vindo a dominar o ambiente intelectual brasileiro da época.

Mais uma vez, demos a palavra a EUCLIDES DA CUNHA, desta feita citado por NELSON SALDANHA em sua **“História das Idéias Políticas no Brasil”** (12) e referindo-se ao caráter local das idéias de constitucionalização. Diz-nos o autor de **“À Margem da História”**: Aí ocorria uma antinomia notável: as Cortes eram liberais no referente a Portugal, mas visavam recolonizar o Brasil, de sorte que o absolutismo (com o Rei aqui) tinha sido mais suportável para a consciência brasileira do que o liberalismo oficial de agora”.

Escreve, no mesmo sentido, OCTÁVIO TARQUÍNIO DE SOUZA em sua **“História dos Fundadores do Império do Brasil”** (13): “Mas a verdade é que a revolução portuguesa debaixo de sua capa liberal, de defensora dos direitos do homem, escondia rancores e sentimentos contra a colônia, que se transforma centro da monarquia”, enquanto que HEITOR FERREIRA LIMA ao estudar os **“Fatores econômicos da Independência”** (14) entende que “é deste movimento (refere-se à Revolução Constitucionalista do Porto, 1820) que parte o apelo, ou melhor, a exigência para a volta do soberano à antiga sede do Reino. Das Cortes constituintes saídas deste movimento é que se originam as medidas recolonizadoras, contra as quais se ergueram os brasileiros, proclamando a Independência. Por isso, dele devemos partir, para estudar as etapas de nossa luta emancipadora”.

Esta interpretação, sem dúvida alguma, é dada pela quase unanimidade de nossos historiadores, e fôssemos coletar opiniões, com certeza, logo não terminaríamos. Uma, entretanto, vale ser transcrita, pela maneira como é feita a afirmativa. Trata-se de ARISTHEU ACHILLES no ensaio **“Raízes do Pensamento Político Brasileiro na Independência”** (15) quando afirma: “A revolução constitucionalista iniciada em Portugal, em 1820, nascia bastante contraditória: era ao mesmo tempo liberal e reacionária. Liberal porque se apossava das idéias do século, para transformar o absolutismo em constitucionalismo; reacionária porque, exigindo novamente a Corte em Portugal, procurava restituir o Brasil ao status de Colônia. Esta contradição iria colocar mais lenha na crepitante fogueira da Independência”.

Existe aqui uma posição digna de registro, mesmo porque, até certo ponto, é original, principalmente, porque contradiz o entendimento que vimos defendendo, ou seja, de que as idéias liberais tinham livre trânsito entre nós, aspecto este a que voltaremos noutro item. Referimo-nos ao texto de LUÍS NORTON, em seu já citado ensaio (16) **“A Revolução Constitucional no Brasil e a Partida da Corte”** e onde se lê: “Não era o liberalismo a doutrina que empolgava a imaginação revolucionária dos brasileiros. O brasileiro mostrou-se partidário do constitucionalismo liberal, porque julgou por meio dele atingir mais depressa a soberania política, a emancipação que lhe permitiria reclamar, sem o pavor do patíbulo, um Brasil livre de tutelas ou curatelas restritivas da sua capacidade de autônoma regência.

“O liberalismo brasileiro não era gêmeo do português: confundia-se com autonomismo; significava desejo de personalidade política e de nacionalidade constitucional”.

Mas, voltemos ao raciocínio anterior. Enquanto ocorria esta contradição de conteúdo no “**liberalismo português**”, justificável e compreensível nos dias atuais, não só por razões de ordem econômica mas, e talvez principalmente, em razão de seus “brios de nacionalidade ferida”, a Coroa continuava a participar, embora até certo ponto inconscientemente, do processo de emancipação política do Brasil: em 1815 (16 de dezembro, e sete anos após sua chegada às terras da até então colônia), éramos elevados à categoria de Reino, sob a denominação de REINO UNIDO DE PORTUGAL, BRASIL E ALGARVES, o que valeu a D. JOÃO, com a morte de D. MARIA I (20.03.1816) herdar a Coroa, passando de Príncipe-Regente a Rei, já agora do Reino Unido. Reportando-se a este fato, GILBERTO VILAR DE CARVALHO em recente e interessante livro intitulado “**A Liderança do Clero nas Revoluções Republicanas 1817-1824**” (17) entende que “esse era o lado positivo da política portuguesa, a face da medalha que os brasileiros interpretavam como sendo o começo da sua maioridade como nação. Praticamente a metrópole não era mais Portugal, e sim o Brasil.” O próprio D. PEDRO percebia que estavam sendo lançadas na colônia as sementes que fatalmente germinariam numa separação de Portugal. São dele as palavras dirigidas a D. JOÃO, por essa ocasião: “V. M. acaba de lançar, após uma longa navegação, os alicerces de um Estado que deve ser um dia o primeiro do mundo”. A presença do Rei e de sua Corte — continua CARVALHO — não poderia deixar de significar um progresso visível para o país, que, oficialmente, passava de colônia a reino. Para não poucos brasileiros essa “passagem” era sinal de um degrau que se subia na direção de um grande progresso social e político, além de econômico. Para outros, entretanto, tratava-se, nada mais nada menos, de mais uma laçada no nó apertado que unia o Brasil a Portugal, a consolidação da monarquia na sua pior forma, a absolutista, não liberal, a da Casa dos Braganças, enfim, a eternização da unidade luso-brasileira”.

Pela sua importância histórica, e pela dificuldade de acesso à maioria dos que estudam a nossa História, transcrevemos, na íntegra, a “**CARTA DE LEY PARA O REYNO DO BRAZIL**”, pela qual o país ficava elevado à categoria de Reino, mantendo-se, para tanto, a grafia original. Êi-la:

1 — Que desde a publicação desta Carta de Ley o Estado do Brazil seja elevado à dignidade, preeminência, e denominação de Reyno do Brazil. 2 — Que os meus Reynos de Portugal, Algarves, e Brazil formam d’ora em diante um só e único Reyno, debaixo do título de Reyno Unido de Portugal, e do Brazil, e Algarves. 3 — Que os títulos inherentes à Coroa de Portugal e de que até agora hei feito uso, se substitua em todos os diplomas, Cartas de Leys, Alvarás, Provisioens e Actos publicos, o novo título de “Príncipe Regente do Reyno Unido de Portugal, e do Brazil, e Algarves d’aquem, e d’alem mar em África, de Guiné e da Conquista, Navegação, e Commercio da Ethiopia, Arábia, Pérsia, e da Índia, etc.

Manda cumprir, etc. etc. — 16 de dezembro de 1815. O Príncipe Regente”

Nessa época, verificava-se no Brasil a penetração das idéias liberais derivadas da Constituição Francesa de 1791, que aqui chegavam, não só e como se disse, por meio de nossos estudantes na Europa, mas através da imprensa, principalmente, através do “**Correio Braziliense Armazem Literário**” fundado e lançado em Londres, por HIPPOLYTO JOSEPH DA COSTA PEREIRA FURTADO, em 1 de junho de 1808 e que teve circulação até dezembro de 1822, saindo mensalmente durante 14 anos e 7 meses, num total de 175 números, o qual, no seu programa de

apresentação, se propunha e prometia ser “renovador, um reformador, não um revolucionário no sentido catastrophico do termo. Orientar a opinião pública, reformar os costumes por acção pedagogica esclarecida, offerecer diretrizes ao progresso e ao bem estar da Nação” (18).

Analisando o tema ora em apreciação, ARISTHEU ACHILLES em seu já citado estudo **“Raizes do Pensamento Político Brasileiro na Independência”** (19) afirma que “evidentemente”, o “ar de mercantilismo” que impregnava a atmosfera da Colônia após a instalação da Corte e do Governo português haveria, que ser acompanhado pelas “idéias do século”. Um elemento novo viria discutir e “comunicar” essa idéia: a imprensa. É curioso notar que a iniciativa do primeiro jornal coube à própria Regência, **et pour cause**. Fora ela a importadora da primeira tipografia, era ela a maior interessada em manter a opinião pública esclarecida quanto às reformas “revolucionárias” do Governo. Aos boatos que se propalavam com rapidez, numa população irritada e agora vendo e sentindo de perto as injustiças e liberalidades reinóis, às notícias de constituição das monarquias européias e de rebeldia dos demais povos americanos, era preciso opor a informação, o **esclarecimento visto do ângulo da Corte**. E surgiu, então, a “Gazeta do Rio de Janeiro”, cujo primeiro número apareceu a 10 de setembro de 1808 sob a vinculação de Frei TIBÚRCIO JOSÉ DA ROCHA” (grifos nossos).

Se era este o comportamento da “Gazeta do Rio de Janeiro”, oposto o era aquele do “Correio Braziliense”, órgão mais doutrinário do que mesmo informativo, difusor de idéias e, antes de tudo, crítico e contrário a qualquer tipo de violência, a ponto de não concordar nem apoiar o movimento revolucionário de 1817 em Pernambuco, a quem considerou “acontecimento desastroso” (20). Mesmo assim, sua participação em nosso processo de Independência é inegável, reconhecido desde o clássico VARNHAGEM, até BARBOSA LIMA SOBRINHO, citado pelo historiador pernambucano AMARO QUINTAS em artigo publicado no “Diário de Pernambuco” (21) sob o título **“O Patriarca da Imprensa Brasileira”**, quando declara: “No meu entender, a ação do periódico de HIPÓLITO DA COSTA é um esforço de pioneirismo em prol da Independência do Brasil. A começar pelo título de **“Correio Braziliense”**. E, depois conclui: “...foi sempre um periódico apreciado e disputado no Brasil e odiado e perseguido em Portugal”.

Neste clima de idéias constitucionalistas, Pernambuco se apresenta como um importante centro, acolhendo as teorias políticas vigorantes na Europa e para cá trazidas através de estudantes formados nas suas Universidades, principalmente, MANUEL DE ARRUDA CÂMARA que, nos limites de Pernambuco e Paraíba fundou, em 1789, o AREÓPAGO DE ITAMBÉ e sobre o qual, ULISSES BRANDÃO no hoje clássico e raríssimo estudo **“A Confederação do Equador”** (22), referindo-se ao seu “cabeça”, doutrina: “Foi exercer a sua profissão em Goiana, a sua terra natal e aí, no Areópago de Itambé, que fundou, fazia intensa propaganda da independência e da república, trazendo os seus ouvintes a par do movimento da política mundial, sobretudo, das conquistas liberais e das correntes democráticas dos povos livres”. E, em seguida, citando N. L. MACHADO, afirma BRANDÃO: “Era o Areópago uma sociedade política secreta, intencionalmente colocada na raia das províncias de Pernambuco e Paraíba, frequentado por pessoas salientes de uma e de outra parte e donde saíam, como de um centro para a periferia, sem ressaltos nem ruidos, as doutrinas ensinadas.

“Tinha por fim — continua tornar conhecido o estado geral da Europa, os estremecimentos e destroços dos governos absolutos, sob o influxo das idéias democráticas. Era uma espécie de magistério que instruía e despertava entusiasmos pela República, mas em harmonia com a natureza a dignidade do homem e ao mesmo tempo inspirava ódio à tirania dos reis. Era finalmente, a **revolução doutrinada** que atraía a independência e o governo republicano a Pernambuco” (grifo nosso).

Realmente, o Areópago de Itambé desempenhou decisivo papel não só na marcha revolucionário-democrática e constitucionalista de 1817, mas igualmente em 1821 (23), ambas em Pernambuco, oportunidade em que seus principais líderes eram oriundos daquela sociedade secreta de natureza maçônica, no seio da qual o nome “Areópago” serve para designar os seus membros de graus elevados. De forma mais clara, podemos mesmo afirmar que o Areópago de Itambé escondia, sob tal denominação, a Maçonaria que começava a participar do nosso processo de independência de forma acentuada, e onde terá papel marcante, apesar da perseguição oficial de que era vítima, e embora contasse, em seu quadro, com grande número de membros que faziam parte do grupo profissional dos religiosos (padres), e que, entre nós, àquela época, além de desfrutar de uma formação intelectual invejável, desfrutava de um **status social** privilegiado. Estudando a referida instituição, MÁRIO MELO, em trabalho intitulado “**A Maçonaria e a Revolução Republicana de 1817**” (24) afirma que “em Pernambuco, porém, no século que expirou, a Liberdade partiu do seio das sociedades secretas, dos lábios dos adeptos da Maçonaria para os ouvidos da multidão”.

Temos feito diversas referências à revolução de 1817. Contudo, não nos caberá analisá-la aqui, em seus detalhes, o que tem sido objeto de várias obras, inclusive, a já citada de GILBERTO VILAR DE CARVALHO, e inúmeros ensaios do historiador pernambucano GLÁUCIO VEIGA. A nós nos interessa, dada a limitação de nossos objetivos, o seu caráter liberal e constitucionalista, sobre o qual, cremos, não há dúvidas. Assim, estudando-a, OLIVEIRA LIMA escreve página das mais brilhantes, e onde doutrina que foi ela “a única revolução brasileira digna deste nome e credora de entusiasmos pela feição idealista que a distinguiu e lhe dá foros de ensinamento cívico, e pela realização prática que por algum, embora pouco tempo, lhe coube. Eu disse dela uma vez — continua — que foi instrutiva pelas correntes de opinião que no seu seio se desenharam, atraente pelas peripécias, simpática pelos caracteres e tocante desenlace. Foi um movimento a um tempo demolidor e construtor, como nenhum outro entre nós, e como em nenhuma outra parte, em grau superior, na América Espanhola”. E, mais adiante, continuã o autor de “**Pernambuco — seu desenvolvimento histórico**”: “Com a Revolução de 1817, foi que a nação verdadeiramente aprendeu a combater e morrer pela liberdade. Os próprios monarquistas podem enxergar na mesma, a vantagem de haver feito indiretamente preferir a solução pacífica do império coesivo à solução violenta da demagogia dispersiva, que foi a sorte das repúblicas não-espanholas até que a educação política, a imigração européia, o progresso material e outros fatores modificaram nalgumas tal situação, tão diferente da que oferece, na sua **evolução constitucional**, o Brasil purificado pelo holocausto dos mártires de 1817” (grifo nosso — 25).

Nela, podemos dizer, se fizeram presentes as influências do modelo republicano da Constituição americana de 1817, bem como das doutrinas políticas então

em voga, a ponto de AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO não titubear em afirmar que foi ela “a primeira e violenta manifestação externa do liberalismo e do constitucionalismo no Brasil do sêx. XIX” (26).

Diretamente relacionado com os objetivos deste trabalho o citado movimento revolucionário nos deu aquilo a que poderíamos chamar de a PRIMEIRA MANIFESTAÇÃO CONCRETA DE SENTIMENTO CONSTITUCIONAL NO BRASIL, ou seja, o PROJETO DE CONSTITUIÇÃO a que se chamou de LEI ORGÂNICA, de autoria de ANTÔNIO CARLOS RIBEIRO DE ANDRADE e que traz em seu conteúdo os princípios e a estrutura sócio-econômica da sociedade brasileira de então, e cujo texto, na íntegra, se encontra no livro de MUNIZ TAVARES, “História da Revolução de Pernambuco de 1817”.

Em síntese, a proclamação ou *Lei Orgânica*, datada de 9 de março de 1917 (que MUNIZ TAVARES admite ser 29 a data correta) conagra o Governo Provisório da República de Pernambuco revestida de soberania que residia no povo, e defendia, dentre outros, os seguintes princípios: (transcritos com a enumeração original):

1. “Os poderes de execução e legislatura estão concentrados no Governo Provisório, em quanto se não conhece a constituição do Estado determinada pela Assembléia Constituinte”.

6. Cada membro opinará em plena liberdade, e igualdade, e pela opinião, que emitir em Conselho ninguém será increpado, e menos perseguido”;

8. Para o exercício do Poder Executivo, criam-se duas Secretarias uma para o expediente dos negócios do interior, Graça, Polícia, Justiça e Cultos; outra para o expediente dos negócios estrangeiros. Os patriotas nomeados para esses empregos, nomearão os Oficiais que carecem, e farão subir ao Governo para a sua aprovação”;

18. “Os Magistrados uma vez empregados não podem ser mais removidos senão por sentença, em pena de suas prevaricações”;

23. “...É proibido a todos os Patriotas o inquietar e perseguir a alguém por motivo de consciência”.

Pelos artigos referidos, se verifica a ampla influência do liberalismo, já aí presente na origem popular do poder tendo-se uma Constituição originada de uma Assembléia Constituinte; presente na concepção das imunidades parlamentares e das garantias da Magistratura, além da liberdade de crença e convicção religiosa, embora fosse consagrada a Religião Católica como oficial do Estado.

Em suas “Notas” ao livro de MUNIZ TAVARES, OLIVEIRA LIMA (27), na de nº CV afirma: “O projeto de *Lei Orgânica* acima transcrito, de que encontrei cópia original entre os papéis da Biblioteca Nacional e que já ouvi atribuir a Frei Caneca, sem haver entretanto motivo de meu conhecimento que autorize tal alegação, parecendo antes ter sido obra de Antônio Carlos, não cogita propriamente da organização futura e definitiva da República. Forma apenas um conjunto de disposições constitucionais transitórias, pelas quais era mantida por um tempo determinado a pentarquia inicial, dando-se-lhe todavia uma forma mais viável e completa para benefício da administração pública. Quando muito, representava um esboço da Constituição a vir, uma fixação das suas bases”.

Repitamos: seja como for, pelos princípios citados se sente aquilo que acima dizíamos: a presença dos ideais oriundos da Revolução Francesa, os quais e a bem da verdade, estavam comprometidos em sua pureza pela estrutura econômico-social

da sociedade brasileira de então, a qual chegava a impugnar dois artigos da Proclamação, conforme ensina AUGUSTO OLYMPIO VIVEIROS DE CASTRO no artigo “**Manifestações do sentimento Constitucional no Brasil-Reino**” (28): “o que consagrava a liberdade de pensamento, acusado de ensejar em seu bôjo um ataque à Igreja Católica; e o que estabelecia a igualdade jurídica de todos os homens, entendido como meio de abolir a escravidão”.

A propósito, leia-se o que nos diz O. TARQUÍNIO (29) quando afirma: “Tal foi o clamor suscitado, quando alguns patriotas mais progressistas falaram na emancipação dos negros, que os dirigentes republicanos de 1817 não hesitaram em baixar uma proclamação considerando intocável o execrando instituto, à vista do princípio de que a base de toda sociedade regular era a inviolabilidade de qualquer espécie de propriedade”.

Estudando o projeto em referência que lhe fez, o historiador pernambucano-norte-riograndense NILO PEREIRA, escreveu que “no capítulo de nossa organização política, em período ainda incipiente de nossa vida o Projeto de Lei Orgânica, elaborado pelos revolucionários de 1817, em Pernambuco, abriu a primeira porta, sob o signo do iluminismo, às doutrinas liberais que impulsionavam o movimento de rebeldia”.

“Talvez esse Projeto ande um tanto esquecido. OLIVEIRA LIMA, comentando a História da Revolução de 1817 em Pernambuco, de MUNIZ TAVARES — continua NILO PEREIRA — lhe dá a devida importância. Bem antes de 1823, vale a pena salientar, houve em Pernambuco essa tentativa pioneira de definição constitucional, na qual tudo quanto se fazia era em nome da “liberdade dos povos”, conclui (30).

Insistamos neste ponto, a bem da verdade histórica: Pernambuco é o marco inicial na tentativa de constitucionalização no Brasil, indo, com a revolução de 1817, além de Portugal, que só consegue uma manifestação mais ou menos organizada e digna de registro, em 1820, ou seja, três anos após o nosso Projeto de Lei Orgânica. Lamentável, porém, e como disse NILO PEREIRA, que tal fato passe quase despercebido ou “esquecido”, quando, realmente, mereceria uma análise aprofundada e monográfica, na qual se identificasse, até mesmo, o pensamento político da época, que, como dissemos acima, está presente e representado por STEYES, MONTESQUIEU, ROUSSEAU, etc., os teóricos da Revolução Francesa, como se evidencia da leitura do citado “projeto”.

Passemos a outro movimento ou etapa deste movimento de manifestação constitucional: a Revolução do Porto, em 1820. Sobre ele, autores há como é o caso de JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES no livro “**Independência: Revolução e Contra-Revolução**” (31) que discordam do entendimento de identificá-lo como processo revolucionário, como se lê no texto ora transcrito: “O movimento liberal-militar de 24 de agosto de 1820 não foi uma revolução, pois não afetou os aspectos superficiais e aparentes da sociedade e da economia portuguesa. Não teve caráter popular, não modificou a estrutura social, não reformou as relações sociais. Foi um golpe de burguesia portuguesa, promovido pelos negociantes, fomentado pela Maçonaria e pelas idéias liberais. O descontentamento das classes médias portuguesas, especialmente dos grandes comerciantes que haviam perdido o controle do comércio brasileiro e das forças armadas, despeitadas com a situação de dependência de Portugal, cada vez mais agravada desde 1808 quando a Família Real se transferiu para o Brasil, ajudou a fermentação antiabsolutista de que resultou o Movimento de 24 de agosto no Porto.

“Uma das maiores queixas portuguesas — prossegue H. RODRIGUES era estar Portugal reduzido à situação de **colônia de uma colônia** (grifo nosso), o que excitava o ódio contra o Brasil, os brasileiros e a própria Família Real refugiada no Rio de Janeiro. Importava menos a Portugal uma colônia da Inglaterra, uma dependência informal do Império Britânico, com um General como BERESFORD dono real do país, com todos os poderes concedidos pelo próprio Rei, que a situação “colonial” de Portugal para com o Brasil” — conclui.

Ainda com relação ao citado movimento português de 1820, PAULO M. DE LACERDA (“**Princípios de Direito Constitucional Brasileiro**” — 32) doutrina que “proclamou-se o regime constitucional-monárquico, assumindo o governo uma Junta Provisória. Convocaram-se as Cortes (parlamento) para elaborar a Constituição. Entre as causas desse movimento sobressaíam o descontentamento pelos resultados da abertura dos portos do Brasil sobre Portugal, que assim perdia o antigo monopólio da navegação e do comércio exterior daquele país, e a ausência do Rei com residência no Rio de Janeiro, fato que importava na perda para Portugal da qualidade de metrópole, que Reino-Unido com o Brasil, neste se instavala a Coroa”.

Cabe-nos, desde que fiéis ao objetivo que pretendemos alcançar, que expliquemos a “razão de ser”, sob o ponto de vista econômico-social, do movimento Constitucionalista de 1820. Demos, então, a palavra ao clássico estudo “**O Movimento da Independência**” (33), de autoria do já citado OLIVEIRA LIMA, e onde está escrito: “Foram sobretudo quatro os motivos determinantes do movimento liberal que implantou o constitucionalismo em Portugal. Em primeiro lugar, as misérias do Velho Reino, refletidas não somente no atraso do pagamento dos ordenados e soldos — miséria financeira — como no fechamento das fábricas e no abandono da agricultura — miséria econômica e da primazia brasileira; por fim, o contágio espanhol.

“As três invasões francesas — prossegue — sucedendo-se a curto prazo é assolando a Península com o caráter invariavelmente feroz das guerras, juntara-se, como geradora da pobreza para Portugal, a concorrência mercantil inglesa, provocada pela abertura dos portos brasileiros em 1808. Essa medida, a um tempo diplomática e econômica, tivera por efeito direto cerrar tão amplo mercado quanto da América Portuguesa ao monopólio comercial da sua antiga mãe-pátria e indiretamente trouxe a esta os graves males da penúria do Erário e da vagabundagem por falta de trabalho. Fácil é de ver que não só o povo sofria tal situação; dela sofria não menos, pela natureza mesma dos fatos, a burguesia de negociantes e lavradores que foi quem fez a revolução de mãos dadas com o Exército enciumado. O povo em si, desacompanhado de outros elementos, jamais conseguiria levar por diante um empreendimento desse gênero, não só destruidor, como construtor. O desespero produz **jacqueries**, mas não organiza regime”.

AUGUSTO O. VIVEIROS DE CASTRO (34), e na mesma linha de OLIVEIRA LIMA, leciona que “outro acontecimento de grande importância, que provocou manifestações do sentimento constitucional foi a **Revolução Portuguesa** de 1820, o qual tem muitos pontos de semelhança com o movimento revolucionário de Pernambuco, de que acabamos de tratar.

“Os seus chefes principais, Desembargador MANOEL FERNANDES THOMÁS e o Auditor Geral JOSÉ DA SILVA CARVALHO, sonhavam, de certo, com um movimento liberal, inspirado nos princípios da Constituição de Cádiz; mas as suas verdadeiras causas foram o **descontentamento do Exército**, cujo soldo estava muito atrasado, e a **miséria negra do Reino**, completamente arruinado pela abertura

dos portos do Brasil ao comércio das nações amigas, pelos extraordinários favores concedidos às mercadorias inglesas e pelo afastamento da Família Real.

“Foram ainda as causas econômicas que determinaram o movimento” — perora o citado autor.

Por fim, CARLOS GUILHERME MOTA (35) não mais preocupado com as causas, mas sim com um entendimento de conteúdo, afirma que “ambos os movimentos (Pernambuco, 1817 e Porto, 1820) revelam as duas faces de uma mesma realidade: a tentativa portuguesa de desvencilhamento dos laços de dependência com a Inglaterra indicando com nitidez a natureza das relações entre Portugal e essa potência; o ensaio revolucionário brasileiro, por seu lado, demonstrando o esforço descolonizador de uma primeira camada dirigente nativa, que procurou o auxílio da Inglaterra (e dos Estados Unidos) em sua tentativa de libertação em relação ao jugo português”.

c.

3. Influência das Idéias Constitucionalistas no Brasil: as Constituições francesa de 1791 e Espanhola de 1812 como fontes do Direito Constitucional Brasileiro.

Um dos clássicos de nossa Historiografia, e já tantas vezes citado, OCTÁVIO TARQUÍNIO DE SOUZA, no livro “Fatos e Personagens em torno de um regime” (36), em capítulo intitulado “O Meio Intelectual na época da Independência” entende que “malgrado o isolamento em que a metrópole ciumenta mantinha a colônia, começou esta a sofrer a influência mais ou menos próximo, mais ou menos retardada dos movimentos de idéias e dos sucessos políticos da Europa e da América repercutindo no pensamento e na ação de seus naturais os ecos da independência norte-americana e da Revolução Francesa. Será fácil descobrir nas figuras mais ilustres da Inconfidência Mineira contactos com filósofos e pensadores franceses. Basta percorrer a lista dos livros sequestrados a um dos conjurados, o Cônego LUÍZ VIEIRA DA SILVA: lá figuravam CONDILAC e MONTESQUIEU, a Enciclopédia, o inevitável MABLY, e numerosas obras de ciências naturais, história, geografia, viagens, etc., todas em língua francesa. Ainda não se deflagrara na França a grande Revolução e já em Minas Gerais, imbuídos das mesmas leituras, os homens mais representativos planejavam uma luta de libertação. Mas se a influência ideológica era antes francesa, o exemplo que impressionava os conspiradores mineiros vinha da América do Norte”.

E, mais adiante, desta feita no capítulo “Crimes de Conversa”, o mesmo autor sugere que “um dos estudos mais interessantes a se fazer entre nós seria determinar a influência mais ou menos próxima, mais ou menos retardada, dos movimentos de idéias e dos sucessos políticos e sociais da Europa e da América no pensamento e na ação de brasileiros de várias épocas, de preferência a partir da emancipação norte-americana e da Revolução Francesa” (37).

Nesta linha de necessidades, um dos pontos mais férteis de análise será a nossa **história constitucional**, sobretudo, no séc. XIX, quando imperava um pensamento não originário da própria realidade nacional-brasileira, mas, pelo contrário, quase subserviente às influências externas, como, aliás, AURELINO LEAL, na sua clássica “**História Constitucional do Brasil**” assim o reconhece, quando afirma que as nossas idéias constitucionais não foram nativas da própria terra: “seguiram o conceito expresso (refere-se o A. às influências de um povo sobre o outro): constituíram um reflexo da revolução de 1820 em Portugal contra o Absolutismo ali reinante, assim como a revolução de Portugal encontrou explicativa histórica e social

nos acontecimentos que haviam trabalhado a Espanha que contaminaria Nápoles de idéias liberais, as quais fizeram com que o Rei Fernando VIII restaurasse a **Constituição de Cádiz** (18.03.1812), convocasse as Cortes ordinárias, restaurasse as liberdades públicas, tudo em consequência do Pronunciamento Militar de 1820” (38).

Realmente, nem Brasil, nem Portugal e/ou Espanha possuíam um pensamento político próprio em pleno séc. XIX, e se ainda hoje é válida a afirmativa da influência da história universal sobre uma história particular, muito mais o era naquela época, sem uma autonomia universitária nos citados países, indo o chamado constitucionalismo ibérico buscar suas fontes de inspiração no texto da Constituição francesa de 1791 que, diretamente, e com a ajuda teórico-doutrinária e filosófica de ROUSSEAU e outros (MONTESQUIEU e BENJAMIN CONSTANT) se fará presente no pensamento constitucional hispano-luso-brasileiro, sendo que com relação a este último, autores há que enxergam no texto político americano de 1776, a origem de alguns institutos constitucionais consagrados pela Carta Política Brasileira de 1824.

As idéias constitucionalistas européias chegaram ao Brasil, de forma intensa, em janeiro de 1821, ganhando, de logo, o apoio das tropas do Pará (01.01.1821), Bahia (17.02.1821) e Pernambuco, sendo que com relação a este último, cabe uma observação: desde o **Areópago de Itambé** (já analisado), fundado por MANUEL DE ARRUDA CÂMARA na zona fronteira entre Pernambuco e Paraíba, e que serviria de semente primeira para o movimento das Academias (do Paraíso e Suassuna), que tais idéias eram aceitas, inclusive, valendo a pena lembrarmos seu caráter de pioneirismo, até mesmo em uma análise-confronto com o grêmio político-português “**Sinédrio**” que, no Porto, desde 1818, preparava o movimento de 1820. Observe-se que o “**Sinédrio**” começava a influenciar no Porto em e após 1818, enquanto o “**Areópago**” preparou a Revolução Pernambucana de 1817, o que mostra o quanto e como circulavam, entre nós, as idéias políticas européias, muito embora restritas à nata intelectual, que, apesar de pequena, era atuante no sentido de defendê-las.

OCTACÍLIO ALECRIM (“**Idéias e Instituições no Império — Influências Francesas**” — 39) entende, e ao nosso ver com plena razão, que as origens destas idéias estão, não no texto de Cádiz de 1812, mas na Constituição Francesa de 1791 donde a Constituição espanhola copiara, inclusive, o princípio de que “a soberania reside na Nação”, o qual, diga-se de passagem, em ambos os diplomas legais se encontra no mesmo art. 3º. Textualmente, diz ALECRIM: “Assim, pois, as primeiras descargas verificadas na época colonial (1820-1821) no Pará, na Bahia e no Rio, se diretamente provinham da ação centrípeta dos dinamos de Lisboa, indiretamente emanaram através da bobina de Cádiz, no dinamo gerador indelével: a Constituição Francesa de 1791”.

Nesta mesma linha, encontramos ainda FERNANDO WHITAKER DA CUNHA e AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO. São do primeiro as palavras que se seguem: “O movimento constitucional do Porto (1820), marca a vitória dos princípios liberais em Portugal, que, todavia, tiveram que lutar muito, para não serem contaminados por um absolutismo insepulto e pelo saudosismo incompreensível do antigo regime por parte de alguns. A Constituição de 1822, nutrida na Espanha de 1812, que por sua vez buscou inspiração na francesa de 1791, influiu na Carta brasileira de 1824 e a espanhola de 1837” (40). AFONSO ARINOS, na “**Introdução**” que escreveu ao livro-documentário: “**O Constitucionalismo de D. Pedro I no Brasil e em Portugal**” (41) assevera que “assim a trama da organização governativa da Espanha, de Portugal e do Brasil, no começo do século passado, é a

compilação das idéias originalmente inglesas, trazidas para a França, e acomodadas nas diversas Constituições francesas que se sucederam, entre a revolucionária de 1791 e a moderada de 1814, outorgada por LUÍS XVIII. Aqui e ali, especialmente no Ato Adicional de 1834 à Constituição do Império do Brasil, encontramos alguma reminiscência da Constituição norte-americana. No Brasil da Regência ela se fez sentir pela tendência federalista e pelo ensaio de eleição do Poder Executivo à moda americana. Mas são, como dissemos, reminiscências excepcionais. A generalidade das normas orientadoras provém das fontes a princípio referidas. O racionalismo vitorioso do século XVIII penetrou vitoriosamente no campo da doutrina e da prática política a partir da publicação da Enciclopédia, em França, e do êxito universal dessa grande realização da cultura”.

Pressionado por tais idéias, D. JOÃO VI terminaria por ceder às pressões constitucionalistas e liberais, prometendo que adotaria no Brasil aquilo que fosse aplicável da futura constituição portuguesa que se elaborava na Metrópole, como resultado do movimento de 1820. Para tanto, nomeou uma JUNTA CONSTITUCIONAL encarregada de estudar as adaptações do texto português à realidade brasileira (Decreto de 23.02.1821), que seria presidida pelo MARQUEZ DE ALEGRETE e composta de 14 membros, mais um Procurador da Coroa, ou seja, JOSÉ DE OLIVEIRA BOTELHO PINTO MOSQUEIRO. Eram membros da citada Junta: BARÃO DE SANTO AMARO, MONS. ALMEIDA, LUÍS JOSÉ DE CARVALHO E MELO, ANTÔNIO LUÍZ PEREIRA DA CUNHA, ANTÔNIO RODRIGUES VELLOZO DE OLIVEIRA, JOSÉ SEVERINO MACIEL DA COSTA, CAMILLO MARIA TOULLET, JOSÉ DE SOUZA DE MENDONÇA CORTE REAL, JOSÉ DA SILVA LISBOA, MARIANO JOSÉ PEREIRA DA FONSECA, JOÃO RODRIGUES PEREIRA DE ALMEIDA, ANTÔNIO JOSÉ DA COSTA FERREIRA, FRANCISCO XAVIER PIRES e JOSÉ CAETANO GOMES (42).

O posicionamento assumido pela Coroa não satisfaz, entretanto, às tropas portuguesas sediadas no Rio de Janeiro, que impunham a D. JOÃO aprovar a Constituição que se iria fazer em Portugal, adotando-a no Brasil, sem adaptações, no que este concordou e jurou em reunião do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, realizada na sala do Real Teatro de São João (hoje, Teatro João Caetano), em 26 de fevereiro de 1821, dando, naquela oportunidade, a conhecer o Decreto de 24 de fevereiro de 1821, dois dias antes, onde tal concordância era jurada (a leitura do decreto foi feita por D. PEDRO DE ALCÂNTARA, em nome de D. JOÃO). Em consequência desta aprovação dois fatos-conclusões vieram à baila naquele momento: a) — pela primeira vez na História do Brasil as forças armadas — representadas pelas tropas lusas aqui sediadas — intervinham no processo político brasileiro, impondo soluções de logo aceitas pelo Executivo; b) — a comissão antes designada para estudar as adaptações, jamais iria funcionar, uma vez que sua razão de ser desapareceu com o juramento feito sob a imposição das citadas tropas.

Tínhamos, desde então, o que se poderia chamar a Primeira Constituição do Brasil, datada de 24 de fevereiro de 1821, ou a segunda, se considerarmos o texto da Revolução Pernambucana de 1817 (posição esta que nos parece mais correta), sendo que a de 1821 era **totalmente desconhecida** dos que a juravam, embora fosse corrente a crença de que trazia consigo os ideais do liberalismo e consequente limitação do Absolutismo monárquico (este texto, aprovado no Brasil em 1821, só a 23 de setembro de 1822 seria aprovado em Portugal, portanto, dias após nossa independência política, que se deu a 7 de setembro daquele ano).

Reconhecendo o texto, D. JOÃO se justificou alegando ter “chegado ao seu real conhecimento que o maior bem que se poderia fazer aos seus povos era desde logo aprovar a Constituição portuguesa que se elaborava”. Com ironia, AGENOR DE ROURE na sua citada “**Formação Constitucional do Brasil**” (43), escreve que “como chegou ao seu conhecimento que esse era o “maior bem”, não o disse D. JOÃO VI no Decreto, mas é certo que a descoberta lhe foi revelada pelos homens armados que constituíam a guarnição do Rio de Janeiro e que lhe obedeciam ao plano de volta do Brasil à condição de colônia...”

Diremos nós: este “maior bem” a que se refere o monarca, evidentemente, o era apenas em uma perspectiva lusa, já que com o texto constitucional elaborado do outro lado do Atlântico, não se objetivava atender aos reclamos e interesses nossos, uma vez que, e como já nos referimos, inexistia no sentimento constitucional português lugar para uma constitucionalização brasileira, ou melhor, à moda brasileira, que atendesse nossas necessidades e situações; teríamos, com a adoção do texto lá aprovado, quando muito, uma constituição sem o menor embasamento sócio-econômico das condições locais, e, como tal, não voltada para a realidade que teoricamente, haveria de regulamentar. Em última análise, este “maior bem” seria o de manter o Brasil preso à Metrópole, numa tentativa de aumentar nossos laços de dependência que, bem sentiam os governantes portugueses, se afrouxavam desde 1817...!

4. “**Dois Constituições**”. O regresso de D. JOÃO a Portugal

A instabilidade constitucional que haveria de acompanhar o Brasil como de resto a América Latina em geral, data, entre nós, desta fase de nossa História.

Jurada a Constituição que se estava fazendo em Portugal, e tendo que regressar à Metrópole, D. JOÃO VI deixou no Brasil seu filho, D. PEDRO DE ALCÂNTARA, encarregado do Governo Provisório deste Reino, enquanto nele se achasse vigorando a Constituição Geral da Nação. Além disto, determinou a eleição de deputados brasileiros às Cortes de Lisboa, nos termos do Decreto de 7 de março de 1821, que fixava para esse fim “as instruções estabelecidas na Constituição espanhola sobre o modo de formar as Cortes”. Em outras palavras: A Lei Maior espanhola (já referida Constituição de Cádiz), nos termos do Decreto mencionado, seria aplicável no Brasil apenas no que se refere às eleições ao parlamento de Lisboa. Um fato novo, contudo, surge: as **BASES DA CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DA MONARQUIA PORTUGUESA** (Lei de 10 de março de 1821) não reconheciam sua obrigatoriedade para o Brasil, gerando, como consequência, entre os militares lusos que haviam imposto a D. JOÃO seu juramento, uma alta onda de insatisfação. Veja-se o que, textualmente, afirmava a **Base 21** da citada Lei: “Somente à Nação pertence fazer a sua Constituição ou Lei Fundamental, por meio de seus representantes legitimamente eleitos. Esta lei fundamental obrigará por ora somente aos portugueses residentes nos Reinos de Portugal e Algarves, que estão legalmente representados nas presentes Cortes. Quanto aos que residem nas outras partes do mundo, ela se lhes tornará comum, logo que pelos seus legítimos representantes declarem ser esta a sua vontade”.

Dúvidas não existem no sentido de que, em tal enunciado, presentes estão as influências de J. J. ROUSSEAU e do Abade de SIÉYES, para os quais a titularidade do poder constituinte reside na Nação, conforme nos informa IVO DANTAS em sua Dissertação de Mestrado em Sociologia “**Poder Constituinte e Revolução** —

Breve Introdução à Sociologia do Direito Constitucional” (44) e onde o problema está abordado até mesmo em uma perspectiva de Constituinte como imperativo da predominância do “direito vivo” (E. EHRLICH) sobre o “direito legislado” (SOROKIN).

Em consequência do tratamento dado ao Brasil pelo referido texto constitucional (que, no fundo, confirma o não desejo de Portugal à constitucionalização deste lado do Atlântico!), a Constituição Espanhola passa a ser aclamada e aprovada por D. JOÃO em 21 de abril de 1821, a fim de ser adotada, **não só com relação ao processo eleitoral, no que já estava, mas em seu todo**. Nessa oportunidade, e tal como nos ensina AGENOR DE ROURE (45) “vitoriosa a idéia de ser adotada a Constituição espanhola interinamente, os eleitores paroquiais da Comarca do Rio de Janeiro” a instância e declarações unânimes do Povo dela, “prestaram juramento à mesma Constituição, e disso foi lavrado termo, que subiu à presença do Rei D. JOÃO VI, que imediatamente atendeu e foi servido ordenar que de então em diante se ficasse estrita e literalmente observada no Brasil a mencionada Constituição Espanhola até que se achasse inteira e definitivamente estabelecida a Portuguesa”.

Não ficou aí, contudo, a instabilidade já presente em nossas primeiras manifestações constitucionais, ou melhor dito, de sentimento constitucional. Assim, é que 24 horas depois daquela adoção, ou seja, do juramento do texto espanhol, um novo Decreto (22 de abril), assinado pelo mesmo D. JOÃO VI, revogou o ato anterior, REVIGORANDO a antiga-futura Constituição portuguesa, entregando o governo do Brasil a D. PEDRO e, partindo de volta a Portugal 4 dias depois (26.04.1821). Na íntegra, foi o seguinte o Decreto assinado pelo Monarca:

“Subindo ontem à Minha Real Presença uma representação, dizendo-se ser do Povo, por meio de uma deputação formada dos eleitores das paróquias, a qual me assegurava que o povo exigia para minha felicidade, e dele, que eu determinasse que de ontem em diante este meu Reino do Brasil fosse regido pela Constituição Espanhola. Houve então por bem decretar que essa Constituição regesse até a chegada da Constituição que sábia e sossegadamente estão fazendo as Cortes convocadas na Minha muito nobre e leal cidade de Lisboa; Observando-se porém hoje, que esta representação era mandada fazer por homens mal intencionados e que queriam a anarquia, e vendo que o Meu Povo se encontra como Eu lhe agradeço, fiel ao juramento que Eu com ele de comum acordo prestamos na praça do Rócio, no dia 26 de fevereiro do presente ano; Hei por bem determinar, decretar e declarar por nulo todo o ato feito ontem; e que o Governo Provisório, que fica até a chegada da Constituição Portuguesa, seja da forma que determinava o outro decreto e instrução que Mando publicar com a mesma data deste e que Meu Filho o Príncipe Real há de cumprir e sustentar até chegar a mencionada Constituição Portuguesa”.

Ressalte-se que tal atitude por parte de D. JOÃO VI pode ser interpretada sob dois enfoques ou perspectivas: no primeiro, significava mais um passo a favor de nossa independência, como resultado do acirramento dos ânimos entre lusos e brasileiros; noutro sentido representava mais uma tentativa no sentido de ver vitoriosa a idéia de voltar o Brasil à condição de simples colônia portuguesa, possibilidade esta, que o próprio D. JOÃO não acreditava muito, a ponto de aconselhar a D. PEDRO que “colocasse a Coroa na cabeça antes que um aventureiro dela lançasse mão!”

Tinha início, assim, com a partida-volta de D. JOÃO às terras do Além-Mar, o período da Regência de D. PEDRO DE ALCÂNTARA, o qual haveria de culminar com a definitiva independência política do Brasil, vez que, como já dizia DUPRAT, “o barco que levasse para a Europa a Família Bragança deixaria a Independência do Brasil”...

5. Breve Análise da Constituição de Cádiz

Relembremos um detalhe: em 21 de abril de 1821, D. JOÃO adotava, no Brasil, em seu todo, a Constituição Espanhola de Cádiz, de 19 de março de 1812, a qual, apesar de vigente entre nós por apenas **24 horas**, teve, como diz AFONSO ARINOS, “influência muito grande no nosso Direito Constitucional” (46). Entretanto, pouco, ou quase nunca, dela se fala ou se estuda (observação que ARINOS concorda, inclusive, estendendo-a aos professores!) no contexto de nossa evolução constitucional, deixando, assim, uma lacuna que torna difícil a compreensão dos textos posteriores (sobretudo a Carta Política de 1824). Com este item, tentaremos suprir tal “esquecimento”, mostrando, ainda que em uma **análise breve**, o seu conteúdo e pelo qual será visto que a mesma serviu de fonte ao nosso Direito Constitucional...

Uma pergunta poderemos fazer, principalmente, se temos em vista que, e como já nos referimos, a Constituição de Cádiz se inspirou na Francesa de 1791: Constituíram as Cortes Espanholas de Cádiz em 1810 uma evolução das instituições espanholas, ou apenas uma incorporação das idéias e instituições francesas?

Escreve ANTÔNIO FERNANDEZ (47) que “la respuesta es compleja. Las Cortes acometen una revolución, una transformación en profundidad de la política española; algunas de sus principios nacen espontáneamente, por el apremio de una situación histórica; otros están latentes en la tradición reformista hispana del siglo XVIII; finalmente algunos se difunden al socaire de un patrón francés, que radicalizó el deseo de reforma. La coyuntura era propicia para edificar un nuevo entramado político, en guerra popular y con un vacío de autoridad, ausente el monarca y deslucificados e disueltos los órganos de gobierno del Antiguo Régimen.

Por vez primeira en la historia española se convocan Cortes sin mediar una decisión del rey. SANCHES AGESTA ha precisado que el proceso revolucionario no **contra** la Monarquía, pero sí, **sin** la Monarquía”.

Realmente, existem na análise do texto constitucional de Cádiz, possibilidades de identificar-se a presença de idéias francesas, como, aliás, já chegamos a chamar a atenção, inclusive, no tocante à origem contratual do poder, entendimento este tipicamente rousseauiano, no que, não apenas OCTACÍLIO ALECRIM concorda, mas o próprio FERNANDEZ, apesar de este último ver na influência do autor de “**O Contrato Social**”, junto à Constituição analisada, alguns matizes religiosos que a tornaram diferenciada da interpretação que lhe é dada, diretamente, na França. Por outro lado, e ainda nesta análise propedêntica ao texto positivo, se é verdade que os textos constitucionais representam, quase sempre, a composição da Constituinte

que os elaborou, no caso, a hipótese está plenamente justificada, já que se sente que o meio intelectual das classes médias predominou no seio das Cortes de Cádiz, as quais, em sua totalidade, estavam compostas por 97 eclesiásticos (dos quais 3 eram bispos), 60 advogados, 55 funcionários públicos, 37 militares, 16 catedráticos e 43 comerciantes, proprietários, escritores, médicos e possuidores de Títulos do Reino, perfazendo um total de 308 membros, sem que se possa identificar nenhum elemento de classe inferior, isto é, nenhum que não tivesse, pelo menos, ouvido falar em ROUSSEAU, SIEYÈS, MONTESQUIEU e os escritores franceses lidos e festejados à época.

Enfrentemos o texto positivo, adiantando, de logo, que em sua estrutura a Constituição cadicense estava composta de 384 artigos, divididos em 10 títulos, conforme a discriminação abaixo (cada título se compunha de capítulos — 48):

- Tit. I — Da Nação espanhola e dos espanhóis;
- Tit. II — Do Território da Espanha, sua Religião e Governo e dos Cidadãos espanhóis;
- Tit. III — Das Cortes;
- Tit. IV — Do Rei;
- Tit. V — Dos Tribunais e da Administração de Justiça no Cível e no Criminal;
- Tit. VI — Do Governo Interior das Províncias e dos Povos;
- Tit. VII — Das Contribuições;
- Tit. VIII — Da Força Militar Nacional;
- Tit. IX — Da Instrução Pública;
- Tit. X — Da Observância da Constituição e Modo de Proceder para fazer nela variações.

Observe-se, atentamente, que os princípios do liberalismo, doutrina típica e dominante no séc. XIX, estavam presentes no texto ora em análise, do que são provas evidentes, os capítulos III, IV e V, onde se evidencia, a todo instante, a concepção tripartida de MONTESQUIEU e que, no Brasil, pela Carta de 1824, foi desprezada com a adoção do chamado “Poder Moderador”, criação de CLERMONT TONNERE, difundida por BENJAMIN CONSTANT e entendido como “a chave de toda a organização política do Império” (art. 98 da Carta de 1824).

Na conformidade do entender dos constituintes espanhóis de 1810, as funções do poder são distintamente especificadas, valendo a pena que transcrevamos alguns artigos que definem ditas funções. Assim, lia-se no art. 27: “As Cortes são a união de todos os deputados que representam a nação, nomeados pelos cidadãos na forma que se dirá”; art. 168: A pessoa do rei é sagrada e inviolável, e não está sujeita a responsabilidade” enquanto que o art. 169 prescrevia: “O rei terá o tratamento de Majestade Católica”. Havia ainda o princípio de liberdade individual frente ao “poder”, e que se encontrava no art. 242: “o poder de aplicar as leis nas causas civis e criminais pertence exclusivamente aos tribunais”. Tal enunciado fica coroado pelo que constava do art. seguinte, ou seja, 243: “Nem as cortes, nem o rei poderão exercer em algum caso as funções judiciais, avocar as causas pendentes nem mandar abrir os juízos findos”.

O princípio de independência plena do legislativo, poderemos identificar no art. 128, onde a Constituição de Cádiz, influenciada pelas idéias já aí oriundas da

Inglaterra e dos Estados Unidos, consagrava, em toda a sua amplitude, o princípio da imunidade parlamentar, como se ve: “Os deputados serão invioláveis por suas opiniões, e em nenhum tempo e em nenhum caso, nem por algumas autoridades poderão ser acusados por elas, nas causas criminais, que contra eles intentarem, não poderão ser julgados senão pelo Tribunal de Cortes no modo e forma que se prescrever no regulamento interior das mesmas. Durante as sessões das cortes e um mês depois os deputados não poderão ser demandados civilmente nem executados por dívidas”.

Evidente, que o texto não faz uma distinção precisa entre a “irresponsabilidade parlamentar” e a “inviolabilidade parlamentar”, hoje perfeitamente distintas. Entretanto, este aspecto não poderá tirar o mérito da intenção do artigo citado, que pode até ser criticado pela sua extensão, quando assegura ao parlamentar a não possibilidade de ser demandado civilmente ou executado por suas dívidas, o que, a nosso ver, quebra o princípio da isonomia, isto é, o princípio de igualdade de todos perante a Lei. Somos favoráveis às Imunidades Parlamentares nas quais não enxergamos como um privilégio, mas sim, como prerrogativa da função, no que, é claro, não se enquadram as dívidas pessoais dos senhores deputados. Diga-se ainda que a confusão terminológica existente em 1812, na Constituição de Cádiz, ainda hoje se repete, por exemplo, no texto constitucional vigente entre nós, quando, em seu art. 32 trata a “inviolabilidade” como equivalente à “irresponsabilidade”, o que não mais se justifica em razão dos avanços dos estudos constitucionais e políticos de nossos dias.

Um ponto merece destaque nesta breve análise. Trata-se do Título X, onde já àquela época, se reconhecia a superioridade do texto constitucional frente a legislação ordinária. Já ali, as características da “SUPRALEGALIDADE” e da “IMUTABILIDADE RELATIVA”, com que hoje se identificam as Constituições (pelo menos no papel), estavam aceitas, prevendo-se até mesmo “fazer efetiva a responsabilidade dos que tiverem contravindo a ela” (art. 372). Além disto, no tocante às limitações ao poder de reforma, o texto de Cádiz fixava uma limitação temporal, quando, no art. 375, prescrevia que “antes de passarem oito anos depois de posta em prática a constituição em todas as suas partes não se poderá propor alteração, nem reforma ou adição dos seus artigos”.

Outros aspectos poderiam ser aqui mencionados. De uma coisa, porém estamos certos: o que dissemos no início, inclusive, com base em AFONSO ARINOS, está plenamente demonstrado: a grande influência da Constituição Espanhola de 1812 sobre a nossa Carta Política de 1824 e, antes dela, sobre a Constituição Portuguesa de 23 de setembro de 1822, aquela a que D. JOÃO jurara, antes mesmo de ser elaborada em Portugal. Sua leitura, em comparação com a Lei Imperial brasileira proporcionará a quem o deseje, a convicção do que aqui afirmamos e alhures demonstraremos com mais detalhes, até mesmo com a organização de paralelos em diversos artigos de ambos os documentos...

6. D. Pedro e o Movimento da Independência:

Assumindo o poder, logo no dia seguinte (27.04.1821) ao do regresso de D. JOÃO a Portugal, seu filho, D. PEDRO fez uma proclamação ao povo brasileiro, onde declarava ser “encarregado do cuidado” sobre a pública felicidade do Brasil, até que de Portugal chegasse a Constituição que a consolidasse”.

Nesta condição, o Regente encontra um clima dos mais difíceis, provocado por aspectos, tanto de ordem política, como de natureza econômica, a saber: 1) — exigência das tropas portuguesas sediadas no Rio de Janeiro para que renovasse o juramento de obedecer às bases da Constituição que se estava fazendo na Metrópole, fato que ocorreu a 5 de junho de 1821 (recorde-se que a 26.02.1821 D. PEDRO havia jurado o texto constitucional português em nome de seu pai); 2 — situação econômica altamente deficitária, provocada, principalmente, pela enorme saída de numerário que D. JOÃO levava para Portugal, e que D. PEDRO referiria em sua “Fala” na abertura da Assembléia Constituinte de 1823.

Arguto, preferindo governar dentro de um clima de tranquilidade (pelo menos aparente), D. PEDRO, face às pressões, juramentou a Constituição que se elaborava na Corte, atendendo, com isto, à Divisão Auxiliadora que, entretanto, não encerrou aí suas atividades no sentido de esvaziar o caminho brasileiro pró-Independência, iniciado em 1808, ou seja, há 13 anos. Assim, e dentro desta linha de conduta, as Cortes Portuguesas assumem duas atividades que, evidentemente, logo gerariam protestos por parte dos brasileiros: pela primeira, reduziam e limitavam a autoridade do Regente apenas ao Rio de Janeiro, ficando as demais províncias diretamente ligadas ao Governo de Lisboa; em segundo lugar, sob o pretexto de uma viagem de instrução a ser feita pela Europa, determinaram o regresso de D. PEDRO às terras lusas. Pretendiam, como se sente, com a segunda das medidas, repetir o que haviam conseguido com relação a D. JOÃO, isto é, o abandono das terras americanas, o que significaria amplo retrocesso do Brasil à sua antiga condição de colônia, tanto de direito como de fato, nos moldes anteriores a 1808.

Oportuno é lembrarmos que, apesar de mais tarde D. PEDRO assumir o patrocínio de nossa Independência-Política, nesta fase dos acontecimentos permanecia fiel às Cortes de Lisboa, do que é fato incontestado sua “Fala à Nação” em 5 de outubro de 1821, oportunidade em que afirmava:

“Que delírio é o Vosso? Quais são os vossos intentos? Quereis ser perjuro ao Rei e à Constituição? Contais com a Minha Pessoa para fins que não sejam proveniente e nascidos do juramento que Eu, Tropa e Constitucionais prestamos no memorável 26 de fevereiro? De certo que não quereis; estais iludidos, estais enganados e, em uma palavra, estais perdidos se intentardes uma outra ordem de coisas, se não seguirdes o caminho da honra e da glória em que já tendes parte e da qual vos querem desviar cabeças esquentadas, que não têm um verdadeiro amor de El-Rei Meu Pai e Senhor D. JOÃO VI, que tão sábia e prudentemente nos rege e regerá, enquanto Deus lhe conservar tão necessária como preciosa vida; que não têm religião e que se cobrem com peles de cordeiros, sendo entre a Sociedade lobos devoradores e esfaimados. Eu nunca serei perjuro nem à Religião, nem ao Rei, nem à Constituição. Sabei o que vos declaro **em nome da tropa** e dos filhos legítimos da Constituição, que vivemos todos unidos; sabeis mais que declaramos guerra desapiadada e cruelíssima a todos os perturbadores do sossego público, a todos os **anti-constitucionais desmascarados**. Contai com o que vos digo, porque quem vo-lo diz é fiel à Religião, ao Rei e à Constituição, e por todas estas três divinas coisas estou, sempre estive e estarei pronto a morrer, **ainda que fosse só, quanto mais tendo a tropa e verdadeiros constitucionais** que Me sustentam, por amor, que mutuamente repartimos e por sustentarem **juramento tão cordial e voluntariamente dado**. Sossego, Fluminenses! (grifos nossos — 49).

O citado pronunciamento, embora “carregado de ameaças”, não amedrontou os sentimentos em defesa dos ideais da Independência. Assim, a segunda das medidas mencionadas — regresso de D. PEDRO a Portugal — provocou manifestações patrióticas chefiadas por JOSÉ CLEMENTE PEREIRA e JOAQUIM GONÇALVES LEDO, os quais alcançaram seu ápice com a entrega de 8.000 assinaturas ao Príncipe-Regente (9 de janeiro de 1822), em forma de memorial, e onde se pedia que o mesmo permanecesse no Brasil. Para espanto de todos que compunham as tropas lusas aqui sediadas, o Monarca atendeu ao pedido, desobedecendo, pela primeira vez, às ordens emanadas do outro lado do Atlântico. Tal aquiescência, logo comunicada aos brasileiros na pessoa de JOSÉ CLEMENTE, foi formalizada através de uma declaração sucinta, porém, significativa: “Como é para o bem de todos e felicidade geral da Nação, estou pronto: diga ao povo que FICO”. E em seguida, determinou ao Comandante das Tropas Portuguesas, Divisão Auxiliadora, JORGE AVILES, que as retirasse “para a outra banda do rio”, ou seja, para a Praia Grande, hoje cidade de Niterói.

Diz, novamente, AGENOR DE ROURE que neste quadro “vencia completamente a causa nacional, em oposição à Constituição jurada sob coação, antes mesmo de conhecidas suas BASES como depois delas publicadas sem garantia alguma para os princípios de autonomia que o Brasil conquistara aos poucos, durante a permanência do Rei D. JOÃO VI entre nós” (50).

O processo que culminaria com o 7 de setembro de 1822 não parou aí. Mas, pelo contrário, assume doravante uma característica não esperada pelos lusitanos: se até aqui o comportamento brasileiro era apenas o de defender-se da campanha de esvaziamento promovida pelos portugueses, passamos agora à ofensiva, para tanto contribuindo a nomeação de JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADE E SILVA para Ministro de D. PEDRO (16.12.1821), o qual, a partir daí, deu a nossa atuação uma característica de **astúcia**, como se vê por duas medidas fundamentais que o mesmo conseguiria aprovar: 1) — nenhuma ordem ou lei portuguesa seria obedecida no Brasil sem que o Príncipe-Regente lhe desse o necessário “CUMPRASE”, o qual equivaleria, nos dias atuais, à “Sanção”; 2) — ficavam convocados ao Rio de Janeiro os representantes de todas as províncias para a uma reunião do CONSELHO DE PROCURADORES GERAIS DAS PROVÍNCIAS DO BRASIL, com funções meramente consultivas. Tal órgão, contudo, não chegou a reunir-se, vez que em 3 de julho de 1822, em consequência das pressões de elementos radicais do Rio de Janeiro e das Cortes Portuguesas, o Príncipe-Regente convocava uma ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE E LEGISLATIVA para elaborar uma Constituição destinada ao REINO DO BRASIL, diferente daquela a ser elaborada em Portugal. Igualmente, tal missão não chegou a ser cumprida, em consequência de sua dissolução pelo próprio Monarca a 12 de novembro de 1823, em virtude de desentendimentos entre Ele (Poder Executivo) e o Colegiado Constituinte (Poder Legislativo).

Nessa época, a agitação em Minas Gerais é intensa, e em consequência, D. PEDRO resolve, pessoalmente, acalmar o ambiente, sendo ali recebido com euforia popular, e trazendo, em sua volta ao Rio de Janeiro, não só o apoio mineiro à causa constitucional (embora desobedecendo à Coroa e às suas determinações, D. PEDRO se considerava “constitucional”), mas igualmente, o título de DEFENSOR PERPÉTUO DO BRASIL, título este que, sem dúvida, lhe tornava muito mais comprometido com os ideais de liberdade e independência, aos quais, embora inconscientemente, o Príncipe já havia aderido. Mais uma vez, a História corria a

nosso favor, transformando a posição de D. PEDRO de suposto favorável à Independência, para uma posição oficial e abertamente assumida: em 6 de agosto de 1822 anunciava Ele a todas as Nações, seu desejo de romper os laços entre Portugal e Brasil. Assim, em documento cuja autoria é atribuída a JOSÉ BONIFÁCIO, declarava (51) “O Brasil está pronto a respeitar os direitos de outros povos e governos, se, em troca, forem respeitados os nossos direitos, dispondo-nos, caso contrário, a lutar por eles”. Era, como se sente, **uma pré-declaração de independência**, uma afirmativa categórica de que não reconheceríamos em Portugal (ou qualquer outro Estado soberano) uma superioridade sobre o Brasil sobre nossos interesses políticos e/ou econômicos.

Por tudo isso, a independência declarada a 7 de setembro aparece como coroamento de um processo que se inicia, como vimos, em 1808, e que, sob uma ótica economicista, como escreve CAIO PRADO JÚNIOR (52), “resultou do desenvolvimento econômico do país, incompatível com o regime de colônia que o peava, e que por conseguinte, sob sua pressão, tinha de ceder. Em outras palavras — continua — é a superestrutura política do Brasil colônia que, já não correspondendo ao estado das forças produtivas e à infraestrutura econômica do país, se rompe, para dar lugar a outras formas mais adequadas, às novas condições econômicas e capazes de conter a sua evolução. A repercussão deste fato no terreno político — a revolução da independência — não é mais que o termo final do processo de diferenciação de interesses nacionais, ligados ao desenvolvimento econômico do país, e por isso mesmo distante dos da metrópole e contrário a eles”.

Finalmente, lembremos a lição de PAULO MERCADANTE no livro “A Consciência Conservadora no Brasil” (53): “A independência Política de 1822 encerra em seu contexto o espírito de conciliação que provinha de todo o processo histórico nacional. Prevista de fato, há muito, pelos portugueses, torna-se inevitável, realizando-se quando irreversível a emancipação econômica decorrente da abertura dos portos”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

01 — Ed. Civilização Brasileira, 1978, p. 146

02 — Ed. Saraiva, 2ª edição, 1962, p. 81

03 — Insistamos na distinção científica que se deve fazer entre povo e população, parecendo-nos correto tomar o primeiro como significando o total dos que gozam de direitos políticos, enquanto que população seria o elemento humano do Estado, ou seja, em uma perspectiva matemático-demográfica. No caso, evidentemente, a colocação correta seria “população” e não “povo”. Veja-se IVO DANTAS, “**Ciência Política (vol. I) — Teoria do Poder e da Constituição**” (Ed. Rio, 1976), onde a matéria está analisada no cap. I.

04 — In “**Brasil — Tempo e Cultura**”, Ed. Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba, 1978, p. 100.

05 — Sobre a Conspiração Mineira consulte-se os “**Autos da Devassa da Inconfidência Mineira**”, edição conjunta da Câmara dos Deputados e do Governo do

Estado de Minas Gerais, Brasília — Belo Horizonte, 1976. Veja-se ainda “**A Devassa da Devassa**”, de KENNETH MAXWELL — Ed. Paz e Terra, 1978; sobre a Conspiração Baiana, o livro de AFFONSO RUY, em cujo título se nota a sua posição com respeito à mesma: “**Primeira Revolução Social Brasileira**”, 2ª edição, CEN.

06 — Publicado no livro “**A Corte de Portugal no Brasil**”, CEN, 2ª edição, 1979, Col. Brasileira, vol. 124, p. 116.

07 — Ob. cit. p. 2 e 3. Adiante-se que contrariamente a este entendimento, J. RIBEIRO e C. DE ABREU entenderam tal transferência como “fuga”. Veja-se a propósito “**A Fundação do Império Liberal**” in “**História Geral da Civilização Brasileira**”, obra sob a coordenação de SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA, Difel, vol. 3, p. 135-141.

08 — Ed. Brasiliense, 1975, p. 42

09 — “**Curso de Direito Constitucional Brasileiro**”, Foyense, 1960, IIº vol., p. 16. PAULO MERCADANTE, “**A Consciência Conservadora no Brasil**”, Ed. Civilização Brasileira, 2ª ed., 1972, cap. 3, p. 50-66.

10 — P. MERCADANTE, ob. cit. p. 50-51. Sobre o movimento natavista em Pernambuco, MANUEL CORREIA DE ANDRADE, livro com este título, ed. UFPE, 1971. Especificamente com relação ao movimento de 1817 a bibliografia virá adiante, exatamente, quando analisarmos o citado movimento.

11 — “**História do Brasil**”, CEN, vol. 4, p. 44-45.

12 — Imprensa Universitária, UFPE, 1968, p. 73.

13 — Liv. José Olympio Ed., Rio de Janeiro, vol. IX, p. 36.

14 — “**História Político-Econômica e Industrial do Brasil**”, CEN, 1973, Col. Brasileira, vol. 347, p. 181.

15 — Brasília, Senado Federal, Centro Gráfico, 1973, p. 113. Aconselhamos a leitura de “**Os Jornais na Independência**”, do mesmo autor, Ed. Thesaurus/MEC, 1976.

16 — Ob. cit. à nota 6, p. 118-119

17 — Ed. Vozes, 1980, p. 21

18 — Em 1977, BARBOSA LIMA SOBRINHO organizou uma “**Antologia do Correio Braziliense**”, Ed. Cátedra/MEC e sua leitura em muito contribuirá à compreensão da Imprensa no processo da Independência Política do Brasil. Igualmente, em 1979, na mesma editora, era lançado, em convênio com o MEC o livro “**Hipólito da Costa e a Independência — Documentário e Apreciação**”, de autoria de ROLANDO MONTEIRO.

19 — Brasília, 1973, p. 92

20 — Cf. ROLANDO MONTEIRO, ob. cit. p. 11

21 — Edição de 17.09.1978. Veja-se sobre HIPÓLITO, o livro de CARLOS RIZZI, “**Hipólito da Costa e o Correio Braziliense**”, CEN, 1957.

22 — “**Revista do Instituto Histórico, Arqueológico e Geográfico e Pernambuco**”, vol. XXVI, jan-dez. 1924, nºs 123-126.

23 — Leia-se o capítulo: “**O Liberalismo, as Sociedades Secretas: Marchas e Contra-Marchas**” constante do livro de TEREZINHA DE CASTRO “**José Bonifácio e a Unidade Nacional**”. Record., s/d.

24 — Citado por A. TENÓRIO DE ALBUQUERQUE, “**A Maçonaria e a Grandeza do Brasil**”, Ed. Espiritualista Ltda., 1959, p. 159

25 — Prefácio à “**História da Revolução de Pernambuco de 1817**”, 3ª edição, Imprensa Industrial do Recife, 1917. Lamentavelmente, a edição de 1969, patro-

cinada pelo Governo do Estado não traz tal prefácio que é obra prima de nossa historiografia.

26 — Cf. ob. cit. à nota 9, p. 22-23.

27 — Na edição de 1969, o trecho transcrito se encontra à p. 383

28 — “**Rev. do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**”, RJ. 1916, tomo especial dedicado ao 1º Congresso de História Nacional, 7 — 16 de setembro de 1914, p. 13. Veja-se CARLOS GUILHERME MOTA, “**Nordeste, 1817**”, Ed. Perspectiva, p. 75.

29 — Ob. cit. à nota 13, p. 14

30 — “**Introdução**” ao livro “**Criação dos Cursos Jurídicos no Brasil**” — Centro de Documentação e Informação, Brasília, 1977.

31 — Liv. Francisco Alves Ed. S/A, 1976, vol. I, p. 69

32 — Liv. Azevedo Ed. S/A, 1º vol. p. 182

33 — Cia. Ed. Melhoramentos, 1972, p. 19-20

34 — ob. cit. p. 14

35 — ob. cit. p. 15-18. O pulo na numeração das páginas se deve à existência de mapas

36 — Col. “**História dos Fundadores do Império do Brasil**”, vol. IX, Ed. José Olympio, p.

37 — ob. cit. p. 75

38 — Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1915, p. 4

39 — Rio, 1953, p. 33. Faz-se necessária uma nova edição deste estudo dada a sua utilidade para todos quantos se dedicam ao assunto

40 — “**Política e Liberdade (História Constitucional e Direito Político)**”, Rio, 1975, p. 171.

41 — Ed. Ministério da Justiça — Arquivo Nacional, p. 4

42 — Cf. AGENOR DE ROURE, “**Formação Constitucional do Brasil**”, Typografia Jornal do Commercio, Rio, 1914, p. 16

43 — p.

44 — /d. Rio, 1978

45 — ob. cit. p. 21

46 — Cf. “**O Som do Outro Sino...**” p. 152

47 — “**História Contemporânea**”, Editorial Vicens-Vives, Barcelona, 1976, p. 90

48 — A quem desejar ter acesso à Constituição de Cádiz em sua íntegra, ver MILTON BARCELOS, “**Evolução Constitucional do Brasil**”, Imprensa Nacional, 1933, p. 160-204.

49 — AGENOR DE ROURE, ob. cit. p. 29-30

50 — ob. cit. p. 32

51 — Sobre o pensamento de JOSÉ BONIFÁCIO, consulte-se OCTÁVIO TARQUÍNIO DE SOUZA, “**História dos Fundadores do Império do Brasil**” vol. I; VICENTE BARRETO, “**Ideologia e Política no Pensamento de José Bonifácio**”, além de muitos estudos

52 — Ob. cit. à nota 8, p. 47-48.

53 — ob. cit. p. 50

Professor da Universidade Federal de Pernambuco — Faculdade de Direito e mestrado em Ciência Política. Doutorando em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais.

NECROLÓGIO DE MOTA NETO

Pe. Jorge O'Grady de Paiva
(sócio correspondente)

Vicente da Mota Neto, Mota Neto, Motinha... O primeiro é o nome do patriarca da família, Cel. Viçente Ferreira da Mota, abastado comerciante em Mossoró e tronco dos mais ilustres da gleba mossoroense. Homenagem de justiça e carinho transferiu-lhe o nome ao rebento que o saberia dignificar, pela atuação de uma vida toda dedicada a bem servir à sua terra e à sua gente. Mota Neto é o galho enramado da velha árvore, cômico da responsabilidade em continuar o ancestral. Motinha é o diminutivo afetoso, a indicar quem conquistou os corações e firmou amizades no aconchego do lar e no círculo social.

Exerceu o velho avô influência política notória, em seu tempo, assumindo a liderança nos conselhos e diretivas que ministrava, sempre por todos acatado, pois nele viam um Homem com maiúscula e uma figura predestinada de sua terra. Continuou o neto a mesma rota, líder que foi de seu partido e de seus correligionários. Elegeu-se de vereador a deputado estadual e federal, tendo exercido o cargo de prefeito em Mossoró e norteando sua conduta pelo espírito público. Homem bom, prestimoso e serviçal, a todos ajudou, encorajou, animou e deu exemplo da vitória pelo trabalho e dignidade.

Mota Neto, Ministro do Tribunal de Contas de seu Estado, deixou a seus pares a lembrança de uma vida em linha reta, de espírito de justiça e dedicação à toda prova. Vindo residir no Rio de Janeiro, aposentado, não se confinou aos "aposentos". Procurou atividades outras em que empregar o tempo e, dentre elas, foi, sete anos seguidos, presidente do CNR, entidade a que deu o melhor de suas forças e idealismo, tendo ficado memoráveis muitas reuniões e recepções do Centro, por ele presididas e que ora, num gesto de nobreza e gratidão, mandou sufragar-lhe a alma, nesta missa solene que assinala o 30º dia de seu passamento.

Mas é Motinha a figura por todos querida, o amigo e confidente, o mossoroense jamais deslembado de suas raízes. Era flamenguista ardoroso. Dizia ser o Flamengo não simples clube esportivo e, sim, instituição nacional. Ia aos jogos, misturando-se aos demais torcedores rubro-negros. Homem de seu tempo, pois quem, neste século XX, não aprecia o futebol? Até os Papas assistem, pelo rádio e

tv, os jogos de caráter internacional, sobretudo as grandes partidas dos campeonatos mundiais.

Adoeceu para morrer. Conhecia o mal de que era portador, sem que proferisse uma palavra de revolta. Tudo suportou estoicamente. Quando fomos avisado da gravidade de seu estado, por este espírito de escol e leal amigo que é Raimundo Nonato, a quem a filha de nosso doente, D. Eve, vinda de Natal para visitar o pai, manifestara o desejo de que eu fosse vê-lo, não demorei em cumprir a missão sacerdotal. Fiz-lhe ver que não era só o velho amigo que vinha visitá-lo, mas, também, o ministro de Deus e que ali representava, ainda, Padre Mota, tio de nosso ilustre enfermo. Ministrei-lhe, então, os sacramentos da Igreja, que recebeu com humildade e íntima alegria, deixando a todos edificadas e felizes. Era a reconciliação com Deus, na hora extrema em que nos chama desta vida... Menos de 15 dias depois falecia, no Hospital do Ipase.

Que o bom Deus se amercei de suas faltas (quem as não tem?) e lhe premei as virtudes, sobretudo a caridade, o amor do próximo, que é a pedra angular de nossa fé cristã.

(Lido na missa de 30º dia, celebrada na Igreja de S. Luzia do Rio de Janeiro, a 11.2.81).

RELEMBRANDO O MEU APRENDIZADO DE JORNALISMO

José Nazareno Moreira de Aguiar
(Sócio Efetivo)

No início de minha adolescência, fui trabalhar na redação de “A Ordem”, diário matutino fundado e mantido pelo Centro de Imprensa C.M.M., em 30.10.1932, sob a égide da Congregação Mariana de Moços de Natal.

A idéia dos marianos em fazer **boa imprensa**, mereceu entusiásticos apoio e aplausos do então Bispo Diocesano, dom Marcolino Esmeraldo de Souza Dantas, que logo formou ao lado do grupo liderado pelo professor Ulisses Celestino de Góis, constituído de Felipe Neri de Andrade, Francisco Oliveira Neco, Francisco Veras Bezerra, Hemetério Serrano Lira, José Borges de Oliveira, Manoel Genésio Cortez Gomes, Manoel Rodrigues de Melo, Otto de Brito Guerra, Pedro Augusto Silva e Vital Joffeli, com a assistência espiritual do mons. José Alves Ferreira Landim e padre Luis Gonzaga do Monte. Em 14 de julho de 1935, o trabalho idealista dos legionários da fita azul é coroado de êxito, com a circulação do primeiro número do jornal, que teve dois períodos distintos: até dezembro de 1953 — diário, e de janeiro de 62 a novembro de 67, semanário.

Face à minha inexperiência, foram difíceis os primeiros passos de adaptação ao trabalho. Além do ambiente estranho, desconhecia totalmente quais seriam minhas futuras atividades, pois ao cruzar o batente da redação vinha de função burocrática. Ao ser convidado pelo professor Ulisses de Góis me encontrava exercendo o cargo de escriturário da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, cujos trabalhos em nada se assemelhavam aos de jornal. Observei, então, quão brusca fôra a mudança, em relação à sistemática de trabalho, levando em consideração a realidade da transição entre a estática e a dinâmica, pois no serviço público não há pressa, podendo-se adiar as tarefas, dentro daquela filosofia brasileira do deixa **para amanhã**, enquanto que na redação tudo teria de ser feito às carreiras, sem desperdício de tempo, num ritmo acelerado e contínuo.

Vendo-me jogado naquele redemoinho, tratei de adaptar-me rapidamente, caso quisesse corresponder à confiança daquele que me convidara a progredir em meu aprendizado de jornalismo, percebendo, também, que os veteranos de redação não

costumam mimar os “focas”, nem tampouco querem ter o seu trabalho interrompido. Lembrava-me, em certos sufocos, do conselho que o velho Mário Barros me dêra quando assumi na Delegacia Fiscal: “olhe, no serviço público não diga que sabe fazer isso ou aquilo, porque senão você nunca terá folga. O chefe sempre lhe dará trabalho para executar...” Mas na redação eu não precisaria dizer nada, e sim fazer o trabalho, sabendo ou não. Teria de aprender às minhas custas.

PRIMEIRAS FASES DO ESTÁGIO

Como só acontece aos iniciantes, fui designado **auxiliar de revisão**, com a incumbência de ler os originais da matéria redacional, manuscritos ou datilografados, enquanto o revisor confere a palavra nas laudas impressas, corrigindo os erros através de sinais internacionalmente usados, quer para composição tipográfica (manual) ou de máquinas (linotipo, fotolito). No começo achei o trabalho interessante, mas com o decorrer do tempo se tornou aborrecido, não apenas pelo esforço que fazia para entender alguns manuscritos, autênticos “garranchos” de letras, e por me desculpar perante as pessoas que reclamavam sobre os erros de revisão. Alguns colaboradores demonstravam compreensão, enquanto outros, ao contrário, mostravam-se intransigentes, convictos talvez de que inocentes erros tirassem o valor intelectual de seus artigos... Jamais faziam idéia do que fosse trabalho noturno, sob a claridade de quebra-luz e do silêncio reinante na sala quente, motivos determinantes dos cochilos. No meu tempo de revisor isso aconteceu e todas as vezes em que as letras começavam a bailar no papel e o texto ficar confuso, sob os olhos piscando e zumbido suave aos ouvidos, o sono chegava irremediavelmente. Nessas ocasiões, para me despertar, o Meira Lima batia na mesa ou furava-me a mão com a pena. Levantava-me para banhar o rosto, tomar cafezinho e depois retomava o trabalho, que se prolongava até a madrugada, quando ocorria o fechamento das páginas externas do jornal, última etapa do expediente dos sofridos revisores.

O aprendizado na profissão jornalística, dentro da redação, traz complicações ao “foca”, porque durante as diversas fases de seu estágio, convocam-no para desempenhar muitas tarefas. Como passei por essa experiência, irei recordar alguns dos “serviços externos” que estiveram a meu cargo, os quais demonstram as dificuldades para se colocar em circulação diária o nosso jornal e os poucos recursos disponíveis para tamanha empresa.

Estava encarregado de apanhar o serviço telegráfico, no Alecrim, captado pelo saudoso José Maia Mousinho, funcionário dos Correios e Telégrafos, e muitas vezes fiquei esperando que ele terminasse de passar diretamente para o papel a tradução dos sinais morse, captados em pequeno rádio, referentes às notícias nacionais e internacionais. Esse noticiário era enriquecido depois com as notícias de “última hora”, ouvidas pelos nossos redatores em seus receptores ou através do velho rádio “Pilot”, que existia na redação. Passava nas agências da Panair do Brasil (térreo do Grande Hotel) e da Cruzeiro do Sul (rua Frei Miguelinho), a fim de receber dos respectivos gerentes, Olímpio Procópio de Moura e Carlos Filgueira, os jornais do Rio e São Paulo, dos quais os nossos redatores faziam seleção das mais importantes notícias, com a cooperação desses inestimáveis auxiliares — tesoura e cola. Na secretaria do Palácio do Governo e Chefatura de Polícia, respectivamente,

os funcionários Sinzenando Pinheiro e Virgílio Trindade me entregavam notas e informações de interesse público, não esquecendo as visitas à Agência Central dos Correios, Loide Brasileiro, Navegação Costeira e Administração do Porto, a fim de colher informações sobre chuvas no interior do Estado, movimentação de navios de passageiros e cargueiros pelo porto de Natal.

De minha agenda, também constava visita ao Palácio Episcopal, e lá sempre estava a comparecer quando convocado, pelo telefone, por Dom Marcolino. E todas as vezes que o atendia, respeitosa e indagava: como vai passando, o sr. Bispo? E ele, que gostava de trocadilho, respondia: não vou passando não, menino, estou parado, telefonando. Certa vez, ao torcer o pé, resolveu por conta própria aplicar compressas de água quente sobre a parte dolorida. E quando alguém ao visitá-lo indagava se era compressa, Dom Marcolino respondia sorridente: não, é **bem devagar...** Sempre me recebia com palavras de amizade, estimulando para que me tornasse repórter ativo e um bom jornalista. Gostava de conversar sobre todos os assuntos da cidade, inclusive sobre esportes, vez que era entusiasta do futebol, gostando de ouvir pelo rádio os noticiários e as irradiações dos jogos que se realizavam no Rio. Quando dispunha de tempo, declamava os mais recentes poemas de sua autoria, fazendo-me rir com os trocadilhos, indagando se realmente estavam bons.

Quase correndo, dirigia-me à parada de bondes, e depois de alguns minutos de espera embarcava no elétrico, pagando a passagem com os passes que eram fornecidos ao jornal pela Cia. Força e Luz Nordeste do Brasil, gratuitamente. Ao chegar à redação, datilografava as informações colhidas, passando-as ao secretário Meira Lima, que imediatamente me dava novas tarefas, dentre as quais a de preparar o placar, em letras garrafais e a cores, anunciando as mais importantes notícias da edição do dia seguinte, o qual era afixado nos gradis da fachada do prédio. É oportuno assinalar que os placares de “A Ordem” marcaram época, tornando-se a calçada ponto obrigatório de parada aos transeuntes da rua Dr. Barata. Quando anunciavam acontecimentos sensacionais, de **última hora**, o aglomerado de leitores aumentava, ao ponto de interromper o trânsito. Durante os anos da segunda guerra mundial, os nossos placares eram ilustrados com fotografias ou recortes de revistas ilustradas, enfocando aspectos da luta das forças aliadas contra o nazi-fascismo.

PROGREDINDO NO APRENDIZADO

Naquela escola prática, contando com a ajuda de bons e dedicados professores, que foram Otto Guerra, Francisco Veras Bezerra, Ulisses de Góis, Manoel Rodrigues de Melo, Joaquim Gomes Meira Lima, os jovens que estagiavam na redação progrediam sempre. Todos eram estudantes do Ateneu, Colégio Santo Antônio, Pedro II e da Escola de Comércio, alguns já trabalhando em repartições públicas, bancos ou casas comerciais, tanto assim que sabiam redigir, com participação ativa nos movimentos literários estudantis. Para esses, foi fácil a adaptação ao estilo jornalístico, enquanto outros tiveram que aprender regras gramaticais sobre concordância, uso da crase, além de grafia e significação de muitos vocábulos. Comigo, iniciaram e progrediram no aprendizado de jornalismo, esses dos quais neste momento me recordo: Murilo Melo Filho, Veríssimo de Melo, José Batista Emerenciano, Francisco Xavier Pinheiro, José Geraldo de Melo, Antônio Félix de Albuquerque, Francisco das Chagas Rocha, José Guará, Wilon Cabral,

Pedro Américo do Nascimento, Joaquim Xavier Cavalcanti, José Tércio Caldas, Carlos Rosalvo Serrano, Pedro de Alcântara Cavalcanti, Wilson Jovino de Oliveira. Iniciávamos o treinamento fazendo notícias pra a seção **Sociais**, sobre noivados, casamentos, batizados, viajantes, nomeações, visitantes, falecimentos, etc., ou registrando notas de **“Queixas e Reclamações”** e **“Perdidos & Achados”**. De acordo com o respectivo aproveitamento, o secretário de redação nos destacava para redigir notícias a respeito de festas cívicas, religiosas, escolares, realização de solenidades oficiais, festivais artístico-culturais, inaugurações de casas comerciais ou de obras públicas.

A seção esportiva de **“A Ordem”** estava sob a responsabilidade de Vicente Farache Neto, que contava com a colaboração de Aluísio Meneses e Paulo Firmino, enquanto o serviço telegráfico contou com os serviços profissionais de José Maia Mousinho, Horácio Acioli e Abel Carrera. Posteriormente, o jornal passa a receber o serviço noticioso da Agência Nacional, Asapress e do Lux Jornal. Muitos outros jovens fizeram estágio na gerência, dentre os quais Reginaldo Teófilo da Silva, Cândido Oliveira Filho, Valter Fernandes, José Maria de Castro, Manoel Paz de Araújo, Sebastião de Oliveira, Veridiano Andrade, Gerson Dantas, André Trindade, Iolando Concentino, Oscar de Freitas, Ezequiel Rebouças de Moura, José Avelino de Melo.

Era chefe das oficinas o mestre Aluísio Câmara, tendo como seus auxiliares os tipógrafos André Vidal de Souza, Demerval Câmara, José Albuquerque, Lauro de Castro, Adauto Costa, Domício Braz Gomes e outros. O paginador era Faustino Félix de Lima e Antônio Basílio impressor. Todos esses profissionais tiveram paciência com os jovens que faziam seu aprendizado em jornalismo, informando-os sobre a arte de composição tipográfica, manual, **“amarração”** de tipos para a operação de **“prova”** a rolo, paginação e outras etapas indispensáveis à feitura do jornal.

A CASA DO GUAPORÉ

DIÓGENES DA CUNHA LIMA
(Sócio Efetivo)

(De como ouvi o discurso de NILO PEREIRA inaugurando a Casa-Grande do Engenho Guaporé, restaurada).

Guaporé, velho solar
Abandonado nas sombras,
Afrancesado, ruínas,
Visíveis galgos de louça
Vigiam homens de outrora.
Um repuxo d'água canta
Sua cantiga molhada,
As estátuas lá em cima
Simbolizando o trabalho,
Agricultura e Comércio,
Lampiões de cada lado.
Da porta quase desfeita
Um jardim, verde sem fim,
Ladeia a sóbria mansão.
Em frente, a casa de banhos
Semelha simples igreja
Paredes encobrem a nudez
Banhista d'água corrente.
E o neto da casa, sábio,
Os olhos vazando o tempo
Vê coisas, paisagens, gente,
Presenças de antigas eras.
Na solidão animada,
Nos verdes do vale sonho,
Vicente Ignácio Pereira,
Barbas à Pedro II,
Reconstrói sua morada.
Suas botas de Senhor

(Desenhos no couro cru)
Pisam no chão encharcado.
Às suas ordens tijolos
E argamassa se casam
Enquanto a cana açucara
Garapa, mel, rapadura,
Rolete, canavial,
Cachaça de bagaceira.
Vicente Ignácio Pereira
Cuida de muitos doentes,
Escreve de experiência
Sobre a cólera mortal,
Lê contos, faz jornalismo,
E assegura a vitória
Do Partido Liberal.
Lembra que foi Presidente
Da província Rio Grande
Na seca mor dos Dois Sete,
Victor de Castro Barroca
Vai por seu mando ajudar
Aos retirantes, no vale.
Vicente Ignácio Pereira
Dá ordens para o passado
E o Guaporé logo expulsa
Seu silêncio espectral.
O salão nobre se enche
Da melhor gente da terra
Em faustos, recepções.

Augusto Meira recita
Seu romantismo, amores,
Juvenal louva com graça
As virtudes da preguiça.
No salão nobre os Barões
Do Ceará-Mirim assistem
A toda festa, ar sisudo,
Nos retratos da parede
Iluminada do espanto
Das arandelas azuis.
Dobé, Izabel Augusta,
Tão caridosa, tão santa,
Interroga: onde é que está
Meu neto Nilo? O engenho
Desmorona com a vida?
Vou morar na rua Grande?
Na sala azul a conversa
São as cenas da moagem.
História do São Francisco
Repetida à toda gente:
No ano sessenta e oito

Insistiram com o Barão
Toda a vantagem haveria
De assumir a Presidência
Da Província, potiguar.
Demais, estando em Natal
Evitaria a doença
Um surto de catapora
Que assolava no vale.
O Barão pouco pensou
Pra responder, afirmando:
Eu prefiro as cataporas.
E ficou na Casa-Grande.
Na sala de rosa cor
Explode o riso das moças
Tia Augusta Vaz Pereira
Toca valsa no piano
De cauda, sons multicores.
Retrato de sinhá-moça
Belinha, Pacheco Dantas,
Encantada mas risonha,
Ama os saraus da família.
Tio Riquete Pereira
Levemente aborrecido
Com leitura interrompida
Fecha o volume de Eça
No sofá, frisos dourados.
De repente, tudo volta:
Pára a moenda, alambiques,
Uma procissão de sombras
Se mistura a todos nós
No mistério da ausência.
Os pirilampos do vale
São círios da noite escura,
O Guaporé remergulha
Na quietude da morte.
O tempo, velho alquimista,
Joga o verde em nossos olhos,
Dá outra vida ao-que-foi
Na beleza restaurada:
Deus caprichou neste vale
Na manhã da criação
Em verde, luz, soledade.

VESÚVIO, O VULCÃO TRAIÇOEIRO

Raul Fernandes

(sócio efetivo)

O Vesúvio, adormecido, há vários anos, vez por outra, dava mostras de vitalidade. Emitia rancos cavernosos, acompanhados de discretos tremores de terra. O fenômeno preocupava as populações adjacentes. Pouco antes de 1936, Mussolini, ditador italiano, mandou abrir o ponto mais fraco da crosta da cratera. Aviões de guerra bombardeara o alvo. Nasceu, assim, o jovem vulcão, verdadeira válvula de escape, aliviando pressões internas. De fraca atividade, funcionava em intervalos curtos como se fosse gêiser.

A imprensa anunciou a volta do Vesúvio. Situado no Monte Somma, a 1.270 metros de altitude, próximo à baía de Nápoles, na Itália. Destacado como atração turística.

Outra curiosidade, a cidade de Pompéia, na falda do Somma, onde trabalhos de escavação prosseguiram com sucesso. Achados valiosos entusiasmavam arqueólogos e historiadores. Bustos e estátuas de bronze e de mármore. Murais. Teatros. Termas. Piscinas. Ricas mansões. A urbe da luxúria, do ócio e da arte, exumada, tornara-se documento vivo de uma cidade romana milenar.

Em 1936, partir de Nápoles com destino ao Vesúvio. O regulamento limitava o número de visitantes. Guia credenciado. Tomei o vagão movido a eletricidade. O trem cortava, no sopé da montanha, pomares verdejantes — de laranjais, de vinhedos e de olivais. Terras fertilizadas pelas cinzas vulcânicas ricas em fosfatos e outros sais minerais. Hortas. Legumes em abundância. Lavradores faziam mais de uma colheita por ano. Barracos bem apresentadas, expunham a venda frutas variadas. Rochas esparsas no solo, produto de erupções.

Boa parte dos moradores da região, não ligava às advertências das autoridades sobre a ameaça presente. Atribuíam a catástrofe que soterrou Pompéia, a um castigo de Deus ao Imperador Tito, por haver destruído Jerusalém — a Cidade Santa.

Subimos a parte mais íngreme do monte — cone do antigo vulcão — no funicular, trem de cremalheira. Passamos pelo observatório sismográfico. Chegamos a boca da cratera no cume da montanha.

O guia mostrou as ruínas de Pompéia, parcialmente destruída pelo terremoto do ano 63. Falou sobre os danos produzidos na cidade de Nápoles e na vila de Herculano. Em 79, ainda nos trabalhos de reconstrução, Pompéia desapareceu.

sepultada pelas cinzas e pelas lavas da famosa erupção vesuviana. Mais adiante, Herculano e a vila litorânea de Stábias foram envolvidas na tragédia.

Havia visitado Pompéia. Pude reviver o drama de seus habitantes. Duas mil pessoas morreram sufocadas pelos gases sulfurosos. Documentação farta de horror.

Em tempos pretéritos, a camada exterior da terra era pouco resistente, cheia de vulcões. Grande parte entrava em exaustão desativada pelo resfriamento.

A maior cadeia eruptiva encontra-se no Pacífico. O Brasil, de território solidificado em época remota, acha-se fora dos cinturões vulcânicos. Existe, apenas, reminiscências. O arquipélago de Fernando Noronha, no Atlântico. O pico do Cabugi no Rio Grande do Norte, cone a 300 metros de altitude, no centro de enorme planície, circundada de montanhas. Do mar seriam 800 metros.

Com frequência, a parte interna do cone dos vulcões desativados envolvem para uma depressão chamada caldeira. Nela, formam-se rios, lagos e nascentes de temperatura elevada que resfriam com o passar dos anos. Inúmeros são os lagos com essa procedência. Na Itália há o conhecido Lago Nemi, próximo ao Castelo Gandolfo.

A cidade de Poços de Caldas, estância de veraneio, em Minas Gerais, ocupa área fértil, rica em fontes termais sulfúricas. Caxambu, a 900 metros de altitude, possui águas minerais gasosas, radioativas, sulfurosas, ferruginosas e magnesianas. Numa madrugada de 1960, estranho ruído subterrâneo surpreendeu a população. Aumentava ao passar pela cidade, seguido de ligeiro tremor de terra. Barulho semelhante ao rolar de grandes pedras ou de trator em movimento. O fenômeno repetiu-se várias vezes. Às treze horas do mesmo dia, foi o ponto alto. Atingiu mais de duzentos quilômetros — Baipendi, Aiuruoca, Poços de Caldas, São Lourenço, Lambari e Cambuquira. Em 1978, perfuraram um poço artesiano, as bordas do Lago do Parque a procura de água potável. Surgiu um pequeno gêiser, de funcionamento fraco. Cada quatro horas esguichava água quente a alguns metros, cor de ambar, forte odor de enxofre, desprendendo gases. Voltava, em seguida, ao silêncio. Dois anos depois, desativou-se.

Da borda da cratera do antigo Vesúvio, descortinamos, a pouca profundidade, extenso vale circular, de uns 600 metros de diâmetro. Longas e profundas rachaduras de onde emanavam línguas de fogo e de vapor d'água. Fumarolas em profusão. Montículos de terra incandescente. Reboavam estrondos, como trovoadas. Céu nublado de fumaça e cinza. Na cratera semimorta, destacava-se o cone do jovem vulcão, em atividade. Fumegava e arremessava lavas ao ar.

Espetáculo dantesco, inesquecível. Lembrei-me do inferno descrito pelos jesuítas, em suas pregações, na minha juventude escolar.

Julgávamos encerrada a excursão, quando o cicerone sorrindo, nos convidou à entrar naquela fornalha. Embora confiantes, hesitávamos. Descemos cerca de 10 metros, em fila indiana, por vereda acidentada, seguindo o lado interno da parede rochosa da chaminé. Atingimos, finalmente, a caldeira — grande platô formado na histórica erupção — cognominado “Vale do Inferno”. Avançamos apreensivos, cercados pela muralha da antiga cratera, sem outra paisagem além do céu e do fosso enganador. Pisávamos terra aquecida, pedregosa, e nas lavas vitrificadas de colorido diversos. Certas rochas apresentavam manchas, formando desenhos de cores vivas, conforme a predominância dos minerais, e em particular dos detritos de enxofre arrastados no magma.

O chão endurecido, escorregadio em vários pontos, obrigava-nos a caminhar cautelosos. A menor desatenção seria fatal. Seguíamos em direção ao centro da caldeira. Baforadas de vapor batiam em nossas faces. Na verdade, estávamos em um forno. Alcançamos por estreito caminho à beira de longa fissura, larga de quase dois metros. No seu leito profundo a terra em brasa. Vapores alcançavam o exterior, em tons distintos — azul, branco, violáceo — produzindo ruído sibilante. Labaredas esparsas, elevavam-se a altura considerável, semelhantes a chama de maçarico colossal.

Em seguida, nos aproximamos de um montículo de lava borbulhante, em fusão. Para mostrar a elevada temperatura, o guia jogou alguns objetos. Mal tocavam a superfície transformavam-se em cinza. Moedas, logo, fundidas. Passamos a nos divertir, atirando pedras. Esses montes, levavam meses para resfriar.

Logo depois, fomos assistir o ponto alto do passeio — ver de perto, a erupção vulcânica. Minha curiosidade aumentava. Ia conhecer o maior fenômeno de violência da natureza. Olvidará os perigos em volta. O monstro rugia. Após ensurdecedora explosão lançou lavas a grande altura, na vertical. O esguicho de terra fundida voltava na mesma direção, para dentro de sua chaminé. Escorria, também, por fora. Enorme cogumelo de fumo negro escureceu o céu. Chovia bolas de fogo nas abas do vulcão e no vale, num raio variável, segundo a intensidade da explosão. Detritos caídos ao solo permaneciam acesos.

Espetáculo comparável a fogo de artifício.

De repente, tudo parou. A lava, no cimo do cone truncado, borbulhava, como óleo fervente. O monte vulcânico com a chaminé obstruída e carente de pressão, perdia altura. Afundava. Densa fumaça branca rolava na encosta, tangida pelo vento. Parecia enorme serpente contorcendo-se no chão.

Esses gases deletérios foram responsáveis pelas mortes no passado. Sentíamos abalos sísmicos. Ouvíamos fragores distantes, oriundos do subsolo, cada vez menores.

O vulcão se acalmara.

O dirigente da caravana olhava o relógio. Sabia o tempo preciso para a próxima erupção. Vapores e magma se deslocavam, sob extrema tensão nas camadas profundas, procurando escapar. Produziam atrôos e tremores de terra.

A velha cratera roncava.

Em dado momento, inverteu-se o fenômeno. Ruidos ganharam intensidade. Ripombos, a todo instante. O cone dilatava-se, feito balão ao ser insuflado. A camada menos resistente cedia, ondulava à nossa frente. Percebia-se, que ia arrebentar. De súbito, ouviu-se o estrondo, semelhante a atroadade canhão. O topo da cratera voou pelos ares, com violência incomum. A terra estremeceu. O céu tornou-se escuro.

A erupção durou pouco. Seguiu-se o fremito aterrador.

Observava o cenário, quando espesso rolo de fumo branco começou a serpear em nossa direção. O guia procurava nos tranquilizar. Explicava que a fumaça era tóxica. No momento preciso, deveríamos nos deitar de bruços, sem falar, respirar levemente ou mesmo prender a respiração. A ameaça passaria célere.

Aguardávamos o aviso, sentados no chão. A esse tempo, a senhora a meu lado descontrolou-se. Chorava. Teve um acesso de tosse, ao sermos envolvidos pelos

Para nosso alívio, o perigo desapareceu em segundos.

O Vesúvio apesar de pequeno, é o mais conhecido, o mais estudado, e o mais traiçoeiro dos vulcões.

Meu pensamento voiveu-se às pessoas vitimadas pelo gás letal.

Há 1900 anos, Caio Plínio, almirante de esquadra, partiu de Miseno, porto da frota romana, a fim de observar a grande erupção vesuviana. O vulcão devastava u'a área de quase dez quilômetros. Escórias alcançavam os barcos no mar. Pedras-pomes incandescentes, lançadas ao espaço molestavam extensa região. Plínio aportou em Stábias, para socorrer um amigo. A vila estava sendo tragada pelas cinzas. A população em pânico, fugia perseguida pelos gases. O almirante correu à praia. Não encontrou suas galeras. Morreu asfixiado.

Muitas vidas sucumbiram dessa maneira.

Em 1891, o brasileiro, escritor e político, Antônio da Silva Jardim, aos 31 anos de idade, visitou o Vesúvio. Teve morte súbita, ao cair numa das fendas da velha cratera.

Em 1980, essa região foi sacudida por violento terremoto, semelhante ao do ano 63, determinando mortes e destruições.

O Vesúvio, extinto desde 1944, continua sendo ameaça.

BI-CENTENÁRIO DE COPIOSOS FRUTOS

Ulisses de Góis
(sócio efetivo)

A comemoração Bi-Centenária, em 21 de novembro de 1953, da chegada da Imagem de Nossa Senhora da Apresentação, em um caixote, na Pedra do Rosário, produziu copiosos frutos.

O insigne Historiador, Dr. Luís da Câmara Cascudo, em Acta Diurna, n'A República, despertou Natal para o importante acontecimento.

Instituiu-se Comissão, à frente o Arcebispo Dom Marcolino Dantas, para organizar o Programa, ponto alto, a Missa, às 5 horas da manhã, naquela Pedra. A Estrada de Ferro Sampaio Correia, Diretor Dr. João Galvão de Medeiros, providenciou uma passarela de acesso ao local, próximo à margem do Potengi, conforme à Igreja do Rosário.

A Pedra, descoberta na maré seca, se encobre na preamar, livre, uns três palmos. Uma Lápide assinala a Data, inscrição do Mestre Cascudo.

Procissões terrestre e fluvial, sessões solenes, Coroação de Nossa Senhora, como Padroeira da Arquidiocese, oficiada por Dom Marcolino Dantas, em nome do Santo Padre Pio XII.

Dotações no Orçamento Federal, consequentes de emendas pelos nossos Representantes na Câmara e no Senado, para a construção do atual Viaduto, nas Administrações dos Engenheiros João Galvão de Medeiros, Edilson Fonseca e José Bitencourt, colaborando o Engenheiro Otávio Tavares.

Em convênio Sudene-Prefeitura, 1964, Titular Djalma Maranhão, iniciadas as obras da Avenida do Contorno. Paradas por falta de recursos.

Recomeçadas, em 1974, pelo prefeito Jorge Ivan Cascudo Rodrigues. Melhoramentos no viaduto. Ergueu-se a coluna com a Imagem de Nossa Senhora. Orientação técnica do Engenheiro Camilo Barreto. Concurso do artista "Mancha".

Proseguimento da avenida pelo prefeito Wauban Bezerra de Faria, que a inaugurou a 21 de novembro de 1977, ato festivo em frente ao viaduto.

A Comissão Executiva de 1953, se tornou permanente no "Centro Protetor da Pedra do Rosário". Presidente de Honra o Arcebispo e o Bispo Auxiliar. Efetivo, o Vigário da Catedral. Entre os membros, os Comendadores Câmara Cascudo, Oto Guerra e Ulisses de Góis. Honorário, o Instituto Histórico e Geográfico, Orador, o então Presidente, o Ilustre Dr. Nestor Lima, no Bi-Centenário. Agora, a colaboração é do não menos Ilustre Presidente, Dr. Enélio Petrovich, que me honrou com esses dados para a nossa Revista.

LUÍS DA CÂMARA CASCUDO

Quando o poeta Câmara Cascudo
Deste plano partir — qual um luzeiro,
Seu nome ficará presente em tudo
Que tenha da Arte o traço alvissareiro.

Nauta das letras, pelo mar sanhudo,
Conhecido se fez no mundo inteiro.
O seu talento foi seu próprio escudo
— Para a glória do povo brasileiro.
Alma digna de auríficas estemas!
Cantou a nossa terra, a nossa gente
Sua pena que a Musa dirigia.

Suas “Actas Diurnas” são poemas,
Que cantam o Natal de antigamente,
Incrustados nas luzes da Poesia.

(Ivory)

O TENENTISMO EM NATAL

Gil Soares
(sócio correspondente)

Os tenentes da década de 20, participantes dos movimentos revolucionários, tinham, entre outros objetivos patrióticos: 1) a dissolução das oligarquias estaduais, que eram apoiadas no “coronelismo”; 2) a moralização da administração pública; 3) o impedimento do chamado “usufruto alternado” do Poder por São Paulo e Minas Gerais; 4) a implantação do voto realmente secreto e a criação da justiça eleitoral.

Quando a Coluna Prestes, em sua epopéia, desceu do Piauí para Pernambuco, em 1925, vinha desfalcada do capitão Juarez Távora, preso nos arredores de Teresina por patrulha do 29º BC, comandada pelo tenente Tobias de Sousa Revoredo e conduzido à capital do Maranhão, por estrada de ferro, pelo capitão Apolônio Seabra de Melo, comandante do Contingente de nossa Polícia incorporado às tropas do Exército.

Contavam os revolucionários com alguns levantes no Nordeste. Mas o médico Fernandes Távora, que chefiaria o do Ceará, precisou ausentar-se às pressas, para não ser preso. Na capital paraibana, no arrabalde de Cruz das Armas, os tenentes Aristóteles de Sousa Dantas (que chegaria a General de Exército) e Lourival Serôa da Mota (mais tarde Interventor no Maranhão) reuniam armas e munições com outros companheiros decididos quando se viram cercados pela Polícia. Resistiram à bala algumas horas. Em Pernambuco, o tenente Cleto Campelo sublevou Jaboatão, porém, na marcha para o interior, foi morto em combate nas proximidades de Gravatá, ficando seus elementos aprisionados.

Não havia, no Rio Grande do Norte, perspectiva de ajuda armada à Coluna. Um dos civis da mesma, Josias Carneiro Leão (hoje aposentado como Embaixador), conseguiu alcançar Natal disfarçado de turista. Tinha um irmão, Laurindo, proprietário em São José de Mipibu. Hospedou-se na atual rua Princesa Isabel, na residência de seu tio Josias de Arruda Câmara, contador da firma Wharton Pedroza. Morando defronte, vi-o algumas vezes sair com chapéu de cow-boy, a fim de passear na cidade. Claro que nenhuma autoridade soube de sua verdadeira missão.

Josias Leão, depois de entender-se com alguns simpatizantes da Revolução, partiu para o Rio. Conduzia arma (parabellum), munição e papéis que o poderiam identificar como revolucionário. Por precaução, desembarcou em Vitória, com a ajuda do estudante potiguar Marciano Alves Freire, que reconhecera na viagem.

Daí em diante, em Natal, ficou a Farmácia Popular, à rua Vigário Bartolomeu, como ponto obrigatório para coleta de informações e troca de idéias por alguns revolucionários de 22 a 24, que transitavam incógnitos pelo porto. O proprietário, Pedro Dias Guimarães, homem leal, prudente e discreto, sempre foi respeitado pelo situacionismo, que o considerava apenas "oposicionista crônico". Lembrei-me, aliás, disso, quando o vi, em 45, no Rio, partidário do Brigadeiro Eduardo Gomes, candidato da Oposição. Bondoso e desprendido, Guimarães facilitava às classes menos favorecidas a aquisição de medicamentos e até os doava a pessoas sem recursos. Ganhou certa popularidade. Com a vitória da Revolução, acabou aclamado e nomeado Prefeito da Capital.

Em relação a Juarez Távora, vale recordar que, com aquele insuperável devotamento à causa revolucionária, fugiu da Fortaleza de Santa Cruz e veio conspirar no Norte. E nenhum Estado lhe poderia ser mais propício do que a Paraíba, nos dias gloriosos da Aliança Liberal.

Agora, decorrido meio século, lembremos os Tenentes que, ao conviverem com os natalenses, se achavam vinculados ao movimento vitorioso em 30.

EVERARDO DE BARROS E VASCONCELOS

Durante mais de dez anos serviu em guarnições do Nordeste. A maior parte do tempo em Natal, onde deixou excelentes amizades, sobretudo no América F.C., cujas cores defendeu, com excepcional dedicação, em campeonatos e partidas amistosas.

Da Paraíba, Juarez o fez seu elemento de ligação com os revolucionários do Rio Grande do Norte.

Na noite de 7 de fevereiro de 30 estava ele entre os espectadores do comício que a Caravana Batista Luzardo, da Aliança Liberal, ia iniciar da sacada do Hotel Internacional, lado da avenida Tavares de Lira, quando alguns amigos do governo, metidos na assistência, dispararam simultaneamente muitos tiros para o ar. Vivavam, evidentemente, dissolver a pequena multidão a fim de impedir os discursos.

Cessados os tiros, duas pessoas, porém, haviam sido alvejadas: o tenente Everardo e o agrônomo paraibano Francisco Fernandes Barbosa, o primeiro num pulmão e o segundo no abdômem. O menor Indaleto de Freitas, que se postara no alto de um poste de iluminação, ficara mortalmente ferido.

Pouco depois, no bar Cova da Onça, Lauro Cortez Lago recolhia, com a carga intacta, a arma de seu amigo Everardo, o qual encontrei estendido no chão e com vela acesa entre as mãos. Salvou-o, pela competência e habilidade, o cirurgião José Tavares. Vi, ainda, o dr. Barbosa, amparado por duas pessoas, ser conduzido à Farmácia Monteiro, na rua Dr. Barata. Morreu, com Indaleto, hospitalizado, ambos de peritonite. Não havia maiores recursos médicos na época.

Retornando a Natal, com a vitória da Revolução, Everardo não aceitou cargo ou função fora da tropa. Nem mesmo o comando da Polícia Militar. Tinha aversão à política e possuía amigos fraternais entre vencedores e vencidos. Entretanto, sempre que lhe parecia oportuno, manifestava lealmente aos companheiros do Movimento sua discordância em relação a determinados atos.

A esse respeito, o caso mais sério nos primeiros tempos, foi a discussão, com Juarez Távora, quando este pretendia pacificar o Estado afastando Café Filho. Para Everardo essa solução era iníqua, já que considerava seu amigo Café e família as maiores vítimas, no Estado, da política perrepeista. De tal modo se desentenderam, na ocasião, que rompeu com Juarez para o resto da vida. Poucos anos depois, num incidente com Café, quase o matou. Assunto de outro capítulo.

Em 1933, uma comissão do Partido Popular, integrada por seu grande amigo Noé Lucena, convidou-o para encabeçar a chapa de candidatos à Assembléia Nacional Constituinte. Eleição certa e sem participar na campanha. Agradecendo a homenagem, pediu-lhe desculpa para dizer, com rude franqueza, o motivo pelo qual jamais seria político... Essa vaga foi aceita pelo norte-riograndense Francisco Martins Véras (Chiquito Véras), delegado de polícia em Recife, que ali acolhia, com a habitual cordialidade, os conterrâneos que o procuravam declarando-se perseguidos políticos.

Uns vinte anos depois, Everardo, já General de Divisão da Reserva, me surpreendeu, no Foro, com visita pela minha investidura no cargo de juiz do Distrito Federal. Sempre me conhecera, no Nordeste, na década de 30, como cafeísta da primeira linha até à extinção dos partidos estaduais. Talvez ali viesse porque eu tivera de deixar a política. Foi o que supuz.

Quando houve ensejo de vê-lo, na residência do Méier, achava-se inválido por distúrbio circulatório. Caminhava com dificuldade. Voltei lá algumas vezes. Gostava ele de recordar a vida natalense, especialmente a atividade esportiva no clube de seu coração — o América.

Ficou hemiplégico por mais de dez anos, porém lúcido e de espírito sempre forte. Até morrer.

JURANDIR DE BIZARRIA MAMEDE

Demorou pouco na Guarnição de Natal. Pertencia ao grupo de cadetes que, segundo um deles, Rodrigo Otávio Jordão Ramos, já deixava a Escola, nos anos 20, com a firme determinação de prosseguir nos objetivos dos companheiros dos dois 5 de julho. Não faz muito tempo, Dias Guimarães me falava da excelente impressão que lhe ficara do jovem oficial, confirmada aliás pela admirável carreira realizada (General de Exército e Ministro Presidente do Superior Tribunal Militar). Como desportista, participava das equipes de futebol do América no campeonato da cidade. Classificado no 22º BC, em João Pessoa, deu início, na noite de 3 de outubro de 30, com Juraci Magalhães, Agildo Barata, Paulo Cordeiro e outros Tenentes à revolução vitoriosa. Considerado por alguns o mais eficiente dos que articularam no Nordeste.

ALUÍSIO DE ANDRADE MOURA

Revolucionário desde cadete. Da Guarnição natalense foi para o 22º BC, sendo designado sub-comandante da Companhia Isolada com sede em Campina Grande. De vez em quando tinha permissão especial para visitar o pai, gravemente enfermo em Natal. Nessas ocasiões, parecia já ter os passos vigiados, segundo observação de um dos vizinhos, pessoa de minha família. Deflagrado o movimento na capital paraibana, a ele se incorporou com sua Companhia, depois de prender o comandante, capitão Paulo Pinto da Silva Vale, deixando-o na residência do Prefeito Ernani Lauritzen. Juarez Távora tinha Aluísio Moura como um de seus amigos de maior confiança, tanto assim que, em janeiro de 1931, o indicou para Interventor no Rio Grande do Norte.

PLÍNIO DE ARAÚJO CORIOLANO

Dos primeiros a aderir ao Movimento de 22 na Escola Militar. Preso e excluído, veio para Pernambuco, onde nascera. Foi por algum tempo meu colega na Repartição dos Serviços Urbanos de Natal, dirigida por seu irmão Paulo, engenheiro civil, Servia no almoxarifado da usina elétrica do Oitiseiro. Já estava, porém, articulado com a Coluna Prestes. Pretextando ir a Recife, matricular-se na Escola de Engenharia, tomou certa manhã o trem da Great Western, mas para alcançar a capital da Paraíba: Juntou-se ali a Sousa Dantas e Serôa da Mota e com eles participou do tiroteio contra a Polícia, na casa de Cruz das Armas. Quase vinte anos depois, no posto de capitão, morreu em desastre aéreo, na terra paraibana, quando se preparava para integrar, na Itália, a Força Expedicionária Brasileira.

JOÃO JONATAS LUÇIANO

Segundo tenente comissionado, ligara-se com muita antecedência ao Movimento de 30. Conspirava no Nordeste.

Teve atuação importantíssima na adesão do 29º BC, aquartelado em Santa Luzia do Sabugi (PB) e coordenada pelo capitão Aberlardo Torres da Silva Castro, com a colaboração do tenente Júlio de Perouse Pontes e de outros oficiais. Foram detidos os discordantes, inclusive o tenente-coronel Delfino Moreira Lima, o comandante. O Batalhão deslocou-se logo para Natal sob o comando desse digno norte-riograndense que se chamou Luís Tavares Guerreiro, o qual, juntamente com o capitão Abelardo e o tenente Perouse, constituiu Junta Governativa, até a posse do Interventor Federal.

OMAR LOPES CARDOSO

Oficial farmacêutico. Exerceu a atividade revolucionária em Natal, especialmente da noite de 4 até à tarde de 6 de outubro de 30, quando se empossou a Junta Militar. Organizou grupos de simpatizantes da Aliança Liberal, notadamente para eventuais intervenções em serviços públicos. No dia 5, por volta da meia noite, um desses grupos lançou do alto da Escola de Aprendizes Artífices uma bomba sobre o calçamento da avenida Rio Branco. A explosão, ouvida em vários pontos da cidade, deu-se exatamente no momento em que o Presidente Lamartine e outras autoridades embarcavam no cais Tavares de Lira para o vapor Itanagé, que os levaria à Bahia, depois de ir receber, em Fortaleza, o Presidente Matos Peixoto e comitiva.

Por outro lado, no dia 4, vindo de João Pessoa, Café Filho chegara a Cajupiranga, enviando imediatamente emissário a Pedro Dias Guimarães, para que este reunisse antigos correligionários de ambos e elementos de confiança do sindicato operário dissolvido pela polícia. Queria um levante em apoio à Revolução em curso. Guimarães o aconselhou a aguardar a chegada do 29º BC, já que não dispunham de armas e munição e o governo do Estado ainda dominava a Capital.

Dividiram-se depois disso os poucos revolucionários natalenses. De um lado, os partidários de Café Filho. Do outro, os que não aceitavam sua liderança, a começar pelo tenente Omar Lopes.

Iniciou-se a luta, sobretudo na imprensa, entre elementos radicais das duas correntes e ela continuou intensamente durante as Interventorias, dificultando objetivos revolucionários e facilitando bastante o reagrupamento do perreppismo estadual, vitorioso assim nas eleições de 33 e 34.

ISMAR DE OLIVEIRA TRAVASSOS

Modesto funcionário público, não prestei qualquer serviço ao advento da Revolução de 30. Mas seus adeptos não me tinham como adversário, por não me verem envolvido em atividades, de natureza política, do governo que veio a ser deposto.

Cabe aqui uma referência ao saudoso amigo Ismar Travassos.

Nos meses que antecederam a arrancada outubrista, apreciava a convicção com que ele anunciava, a mim e a Orestes Silva, quando almoçávamos juntos, o próximo fim da República Velha. Certamente deveria ter informações muito boas sobre o êxito da nova conspiração. Era primo do tenente revolucionário Artistóteles de Sousa Dantas e cunhado de Waldemar Monteiro, cadete excluído em julho de 22.

Travassos nem chegara a matricular-se na Escola Militar. Em 26, partira de Recife para a capital paraibana a fim de tomar parte em rebelião. Por acaso, não se achava na casa de Cruz das Armas, no momento do tiroteio entre a Polícia e seus companheiros. Mas acabara preso e enviado para a Ilha Grande, onde permanecera quase um ano. Absolvido, viera para Natal como gerente da Companhia de Cigarros Sousa Cruz.

No começo de 31, quando Café Filho, já sem função pública e desprestigiado pela Interventoria Aluísio Moura, deixou a prisão, pôde conhecer seus verdadeiros correligionários do novo regime.

Como Travassos e Orestes, fui prestar-lhe solidariedade. Iniciava-me assim na política, com Getúlio Vargas no Poder, para deixá-la, por coincidência, na semana de sua morte, quando ingressei na magistratura carioca.

Alguns cientistas sociais, em especulações e controvérsias, atribuem à Revolução de 30 origens diversas e lhe dão interpretações incongruentes.

Acompanhei, desde a juventude, com vivo interesse, os acontecimentos políticos do Estado e do País.

Na década de 20 careciam de maior significação atividades de políticos porventura direitistas ou esquerdistas. Também para certas conquistas sociais nem sequer se apresentavam ainda, devidamente mobilizadas, organizações apreciáveis das classes interessadas. Concentravam-se as atenções gerais no descalabro político e administrativo reinante, apontado pelas oposições e por elementos revolucionários. O homem do povo que entregava, na rua, uma bala de rifle ao ínclito Presidente João Pessoa, queria a defesa da autonomia de seu Estado, que os amotinados de Princesa ameaçavam, protegidos pelo governo federal. Nos comícios, que podiam realizar, estudantes e populares protestavam contra o escandaloso esbulho, pelo Congresso Nacional, de parlamentares eleitos pela Aliança Liberal. Os governos, gaúcho e mineiro, caminhavam para a Revolução porque o Presidente Washington Luiz tratava de impor, de qualquer maneira, para sucedê-lo, novo candidato paulista.

Apesar disso tudo, já se achavam bem adiantados, nos bastidores, acordos e composições de políticos de destaque, de ambas as correntes, para a posse do Sr. Júlio Prestes, quando a Nação foi abalada, de norte a sul, com o assassinio do Presidente paraibano. Logo civis e militares retomaram a conspiração, para a vitória de outubro. E a apóstrofe do deputado Lindolfo Collor, reproduzida em muros e paredes em toda parte, correspondia, pelo lado emocional, ao apelo às armas: “Presidente da República, que fizestes do Presidente da Paraíba?...”. Caiu, enfim, a chamada República Velha.

O Brasil despertou para grandes reformas políticas, sociais e econômicas, cujas bases começaram a ser estabelecidas pelo Governo Provisório.

O tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, laureado pela Escola de Estado Maior e nomeado professor da mesma ainda durante o próprio curso (indicação da Missão Militar Francesa), elaborara no Sul os planos de operação até o Rio de Janeiro. Assumiria também a chefia militar do Movimento. Coube-lhe, assim, fundar e presidir o Clube Três de Outubro, em cujo programa os tenentes revolucionários viram atendidas suas patrióticas aspirações. Eles, com os sadios propósitos que levavam para a administração pública, propiciaram a Getúlio Vargas o melhor período de governo (1930-34). E, se incorreram em alguns erros, forçoso é convir que maiores, muito maiores, os cometeram políticos profissionais, antes e depois de 30. Não foram poucos os tenentes revolucionários que agiram contra prefeitos ou detentores de cargos de confiança da administração quando estes revelavam mentalidade política pior do que a do antecessor deposto ou substituído pela Revolução. Eram assim aqueles jovens militares idealistas.

Góes Monteiro, o líder do Tenentismo, homem pobre a vida toda, ocupou os mais altos cargos e teve situações do maior prestígio no âmbito nacional. Intransigente em seus princípios, pode-se avaliar as campanhas que sofreu pelo vulto ou natureza dos interesses que precisou contrariar ou combater, sempre voltado para o bem da Pátria.

Em novembro de 1955, perto de morrer, mostrou mais uma vez sua formação democrática e visão de estadista quando se referiu aos que, neste imenso país, não têm meios de alcançar níveis superiores de educação e trabalho: “Esta vasta massa de brasileiros abandonados e espoliados começa a dar os seus primeiros passos no rumo da própria emancipação, mas o seu esforço se desgasta inocuamente, garroteado por uma elite criminosa que a desfibra e explora, mancomunada com os apetites da flibustagem internacional”. (Do livro em preparo “Memórias — 1918-1950”).

Gil Soares de Araújo foi sócio do antigo Clube Três de Outubro (Seção do Rio Grande do Norte), deputado estadual pela legenda Aliança Social (1935-37) e deputado federal pelo Partido Social Democrático (1950). É juiz de direito aposentado da Justiça do Rio de Janeiro. Eleito sócio correspondente deste Instituto.

A ESCOLA DO RECIFE

Ruy Rodrigo Brasileiro de Azambuja
(sócio correspondente)

A chamada Escola do Recife não se confunde com a tradicional Faculdade de Direito daquela capital nordestina. Silvío Romero foi quem assim denominou o movimento intelectual que ali se verificou, a partir de 1862. Era de natureza literária, poética, enveradando, em seguida, pelo campo da crítica, passando, posteriormente, ao da filosofia, e, só por último, ao do Direito, como observa Themistocles Brandão Cavalcanti.

Se a Escola do Recife foi paralela à de Fortaleza, composta por Rocha Lima, Capistrano de Abreu, Araripe Júnior, João Lopes e Amaro Cavalcanti, como observa Vamirech Chacon (“Da Escola do Recife ao Código Civil”, Organização Simões Editora, Rio, 1969, pág. 19/20), e a última inspirou-se na primeira e foi literária e filosófica, socorre a afirmação de que a Escola do Recife, antes de jurídica, foi literária, crítica e filosófica. A Academia Francesa do Ceará, que foi fundada por Tomás Pompeu de Souza Brasil Filho, Raimundo Antônio da Rocha Lima e outros, e que durou de 1872 a 1875, “pode ser considerada uma repercussão, através de Rocha Lima, do movimento intelectual do Recife” (Dolar Barreira, “História da Literatura Cearense”, pág. 89). A Academia Francesa foi literária e filosófica, segundo Dolar Barreira e Tristão de Ataíde, e, em filosofia, bastante marcada por Augusto Comte. Talvez daí a denominação dada à escola, embora informe Tomás Pompeu que teria sido por gracejo de Rocha Lima.

Clóvis Beviláqua, que também integrava a Escola do Recife, identifica três períodos de sua evolução: o primeiro, de 1862 a 1868; o segundo, de 1868 a 1882, e, daí em diante, um terceiro e último período (Themistocles Brandão Cavalcanti, in “Revista de Ciência Política”, Vol. 23, nº 2 — Agosto de 1980, pág. 15).

“É interessante observar-se — escreve Themistocles Cavalcanti — no desenvolvimento dessa corrente a substituição das influências literárias, principalmente aquelas importadas da Europa, pelas de caráter científico, sociológico e jurídico, em especial a do evolucionismo que, naquele momento, predominava no estudo das ciências sociais.

“Os grandes juristas-filósofos tiveram uma formação literária extramamente rica e a escola do Recife sofreu, exatamente nos primeiros tempos, a influência do grande poeta que foi Victor Hugo, modelo para Tobias e para muitos de sua geração, como Maciel Monteiro, Castro Alves, Franklin Távora e mesmo Álvares de Azevedo.

“Se percorrermos a bibliografia dos discípulos deste renomado movimento não encontraremos, nessa fase, nenhuma obra jurídica, mas inúmeros trabalhos literários de valor, sobretudo poéticos. Não deixava, entretanto, de ser uma expressão de cultura que, afinal de contas, constituía a base da formação jurídica de jurisconsultos como Araripe Júnior, Aristides Milton, Rui Barbosa e Inglês de Souza.

“Durante a fase de transição, essa tendência literária ficou mais acentuada ainda, embora, desta vez, com algumas incursões no campo da História e menos ênfase no da poesia.

“Na segunda fase, já se percebe algum interesse de Tobias Barreto pela filosofia e é desta época o seu livro sobre a religião em face da filosofia, no qual se observa uma nítida influência de Augusto Comte e da literatura alemã, que já se lhe tornava familiar.

“Durante a terceira fase, iniciada em 1882, Tobias se desligou da escola, passando a ser somente professor da faculdade de direito, através de concurso de grande repercussão. Depois de notabilizar-se como poeta, ele inicia sua vida de filósofo e de jurista. Foi notável a sua atuação ao introduzir a literatura e a filosofia alemãs em nosso meio cultural. Segundo Virgílio de Sá Pereira, foi o germanismo de Tobias que impediu a penetração das idéias positivistas no Norte, embora ele tenha sido um grande leitor de Littré, de Augusto Comte e de Spencer que, entretanto, não chegaram a influenciá-lo profundamente”. (O.C., pág. 15).

Foram grandes vultos da Escola do Recife Tobias Barreto, Silvio Romero, Artur Orlando, Clóvis Beviláqua e outros. A Escola, do ponto de vista filosófico, foi marcada principalmente por doutrinas materialistas, em especial pelo evolucionismo spenceriano, o monismo de Haeckel e o contismo. Como filósofos, esses vultos foram auto-didatas.

Essas correntes, contudo, não tiveram, cada uma, predominância, no espaço e no tempo. Pouco se somavam, antes, às vezes, se antepunham. O evolucionismo de Spencer, porém, talvez tenha sido a corrente que maior herança deixou nas gerações que alcançaram este século, saídas da Faculdade de Recife.

Tobias, que fortemente marcou a Escola do Recife, “deslumbrado com Haeckel”, “desprezando Nietzsche e ignorando a renovação neokantista de Liebmann, manifestou preferência final por Kant, num dualismo disfarçado de monismo, e “daí em diante se fragmentando a Escola em correntes diversas, atingido até mesmo simpatias marxistas em Higinio Cunha” (V. “Da Escola do Recife ao Código Civil”, de Vamirech Chacon, Organ. Simões Editora, Rio (1969).

Tobias influenciou-se por pensadores alemães, mas sendo semente de gênio que aqui germinava, deixou-se embalar pelos ventos da curiosidade cultural, enfrentando dúvidas e segurando-se em certezas não definitivas.

Foi combatido pelos positivistas, e a estes, em tal postura, se somaram os admiradores de José Veríssimo, Machado de Assis, Castro Alves, bem como os adeptos da renovação católica, tais Carlos de Laet, Jackson de Figueiredo, Leonel Franca (Chacon).

Enquanto Tobias e Silvio hostilizavam o positivismo, Clóvis Beviláqua o admirava.

Com sua resistência à filosofia contista, Tobias contribuiu para evitar o monopólio do Positivismo no Norte, como explica muito bem Virgílio de Sá Pereira, ao contrário do que aconteceu no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Rio Grande do Sul” (Chacon, o.c. p. 38).

Embora talvez o primeiro a citar Marx no Brasil, Tobias não era socialista: “Não sou socialista: não encarno o número dos que cuidam do poder, com seu traço de pena, extinguir os males humanos quase irremediáveis” (Chacon, o.c. p. 33). E Clóvis Beviláqua, por sua vez, dizia: “O **proton-pseudo**, o pecado original do socialismo é querer nivelar as classes sociais, quando é certo que é de sua desigualdade, da diversidade de suas funções que resulta a harmonia e o progresso humano” (Idem, p. 39).

Silvio Romero admitia, como fenômeno histórico, luta entre classes, entre sesmeiros e agregados, por exemplo, mas não a luta de classe no sentido marxista. Pois manifestava sua repulsa à esperança socialista de fáustica melhora infinita do Homem: “inquietudes sempre houve e os descontentes são de todos os tempos. São calamidades inevitáveis como a velhice e a morte. Para eliminá-las, seria preciso eliminar a humanidade” (Chacon, o.c. p. 77).

A efervescência filosófica que a Escola do Recife provocou não ficou estanque. A seu lado, ou dela desbordando, vicejaram a escola positivista, e a espiritualista de Farias Brito e Jackson de Figueiredo, que teve na própria Escola do Recife, a preparar-lhe terreno, o tomista Pedro Autran da Matta e Albuquerque, católico, jusnaturalista, como Braz Florentino e Soriano de Souza.

“O dilema Monismo “versus” Dualismo perseguiu a Escola do Recife”, diz Chacon (O.C., p. 175). Enquanto que alguns sustentavam que o universo é feito de uma única substância, outros eram fiéis ao dualismo da matéria e do espírito.

“A opção de Clóvis por Jhering e Post precipitou a cisão entre os discípulos de Tobias; fragmentava-se a Escola do Recife, a qual repercutiu fecundamente mais como uma herança de abertura de novos rumos, que pela conservação de velhos dogmas”. (Chacon, O. C., p. 175).

Embora anti-clerical, Tobias, que fora seminarista, não era ateu. “Admirava o papado, e deliciava-se em memorar fatos históricos em que os papas levavam a melhor” (Gumersindo Bessa, Chacon, o.c., p. 43). “Trazia de cor quase todo o Velho Testamento; embevecia-se na leitura daquelas imagens sublimes, e muitas vezes ouvi-o cantar com sua poderosa voz de barítono a terna melodia do canto gregoriano, os trenós de Jeremias” (Idem, idem, p. 44). “Quem pensar que não o preocupava a idéia da causa final, enganava-se redondamente. Ele não era ateu. Em palestra íntima, disse-me uma feita: ‘O ateísmo é uma tolice; só é ateu quem é ignorante; creio em alguma coisa que não tenho a felicidade de poder exprimir!’” (Idem, idem).

“Ele deixou escrito — registra G. Bessa — em uma das suas mais inspiradas produções, que já começava a duvidar das suas dúvidas, e a pôr-se um pouco sério diante do pensamento da morte, que há de ser sempre o musagêta dos filósofos”. (O.C., p. 44).

Silvio Romero, discípulo de Tobias, mas não seu servil seguidor, envolvido também por doutrinas materialistas, pelo transformismo de Haeckel e Darwin, pelo evolucionismo de Spencer. Confessou-se setário do positivismo e do transformismo, sem sacrificar, porém, a liberdade de pensar certas imposições capciosas que os sistemas possam, porventura, apresentar (v. “Silvio Romero”, por D’Almeida Vitor, Editora Minerva, Rio, 1952, pág. 42).

Sílvio Romero — a maior figura da Escola do Recife, segundo Nilo Pereira —, se não foi, no parecer de Leonel Franca (in “Noções de História da Filosofia”), “um barco sem leme nem bússola no tempestuoso mar das opiniões modernas”, no dizer de Cruz Costa, “exprime bem o espírito inquieto, instável do brasileiro, indeciso entre a tradição, o passado e o futuro, a novidade é a aventura” (in “A Filosofia no Brasil”, apud D’Almeida Vitor, O.C., p. 42).

“Das três escolas filosóficas brasileiras que sobreviveram aos seus fundadores — a positivista, a espiritualista de Farias Brito e Jackson, e a do Recife, segundo relembra Chacon (O.C., p. 156), foi esta última a que mais se identificou com os novos destinos de um Brasil em industrialização e em emancipação intelectual, por conta de geniais intuições”.

Depois da codificação civil bevilacquaiana, a Escola do Recife, ainda que haja lançado algumas luzes isoladas, segundo Chacon (O.C., p. 154), encerrou seu ciclo. Graça Aranha teria sido o último discípulo direto de Tobias — heterodoxo como todos os demais, provando a herança libertária de seu pensamento, e Gilberto Amado seu último discípulo indireto (Chacon).

“A Escola do Recife esteve como que divorciada da Faculdade, exatamente porque, na sua essência, era um movimento contra ela. Contra o que se havia estratificado como conceito não apenas do Direito, mas da própria vida” (In Nilo Pereira, “A Faculdade de Direito do Recife”, Vol. 1, pág. 161).

De qualquer forma, a influência da Escola do Recife e da Faculdade de Direito do Recife foi relevante no passado, e ainda hoje, sobre o pensamento brasileiro, principalmente a última, onde pontificaram mestres do Direito, e que têm assinado a vida administrativa, cultural e política do País.

Nos tempos modernos, marcaram, e hoje outros também o fazem, o espírito autêntico e tradicional da Faculdade, o conceito do Direito e da vida, entre tantos, Andrade Bezerra e Luiz Delgado, cuja atuação merece ser bem conhecida, na história da cultura jurídica, na Faculdade do Recife, e no Brasil.

CARTA A FRANCISCO AMORIM

Minervino W. de Siqueira

(Sócio Efetivo)

Com imenso prazer, recebi um exemplar da revista "Assu", referente à nossa terra, tão querida e tão admirada, repleta de amor e de poesia, evocadora de atenção, qual grito forte em amplidão ensolarada, enriquecida por festivais de palmeiras e de sons...

É preciso, porém, despertar essa geração nova, para que a mesma receba, com altivez e galhardia, o facho sagrado do amor à terra, para que a mesma, tão bela, continue sobranceira e livre, poética e feliz para os nossos descendentes.

Lutemos, desde já, com todas as forças que nos restam, pelo melhoramento de nossa situação ecológica, pela flora que se acaba, a fauna que morre miseravelmente e que a ignorância está destruindo, aniquilando, matando.

Antes de vir morar no Recife, em atenção à vontade de minhas filhas, que aqui estão, visitei o Açú. Revi a cidade onde nasci e fui ver o meu Transval, lá na várzea, no Pau do Jucá, na orla do Rio Patachoca. Visitei a minha terra qual filho que vai se ausentar, que vai partir para mais longe e procura primeiro depositar um beijo na face de sua querida mãe.

Não fiquei, porém, muito satisfeito. É que não assisti, como dantes, a orquestra bolicosa da passarada, o canto mavioso do galo-de-campina, o cochichar dos periquitos nas verdes ramagens, o "tou fraco" da guinezada nos vastos quintais. Vi, não escutei mas vi mesmo, — o silêncio... Silêncio por muitos motivos, inclusive a falta do joazeiro, da quixabeira, da marizeira em flor.

E também vi com alguma tristeza — confesso — a cidade se despersonalizando pela construção desordenada, sem nenhuma preservação ao seu estilo próprio, à deliciosa sobriedade de sua roupagem.

Mas agora você me manda uma revista. Tirada, naturalmente, com muito amor e sacrifício. A capa é uma maravilha de doce recordação. Ali está a Praça Getúlio Vargas, (qual era o nome no meu tempo?) onde aparece a Matriz do rico São João Batista com o seu lindo carneirinho. Onde aparecem residências ainda por mim conhecidas, por onde eu passava em tempo de menino em direção à farmácia de

Palmério Filho, cujo estabelecimento possuía cheiro de tinta do Jornal “A Cidade”... Lá está, também, a Praça do Rosário e, mais embaixo, a Lagoa do Piató, bem açuense, bem retratando o nosso ambiente rural, graças a Deus ainda com certa vida própria, que dá para que nunca o açuense passe fome, por pobre que seja, mas viva sempre lutando, trabalhando e fazendo verso!

E os pontos históricos do Município, a vaquejada do Açú, as fotos dos nossos queridos conterrâneos Expedito Danta da Silveira e Osvaldo de Oliveira Amorim, ambos de saudosas memórias. A foto do estimado Prefeito Sebastião Alves Martins, as fotos de Ulisses Caldas, o herói do Açú, e a do seu irmão Perceval. O Açú folclórico... E vem, no final, a foto do Palmerinho, o Palmério Filho, seu irmão, o doutor, o jornalista, o grande orador. O homem que nunca saiu do Açú, a não ser uma vezinha só, por conta de um mal-assombro, o cangaceiro Lampião, que andava “comendo um galo” por volta de Moçoró. Ao chegar, porém, em Angicos, ele, o Palmério, exclamou: “Vou voltar! É muito melhor morrer no Açú”. E mandou pro inferno Lampião e o seu cangaço, que, por sinal, mandara, o tal cangaceiro, um recado besta pras bandas das terras dos carnaubais, mas nem sequer se atreveu a pender para lá em busca da resposta...

Quero, outrossim, agradecer-lhe a lembrança do meu nome em locais da revista, figurando nas partes dos titulares do Açú, dos poetas e dos trovadores.

Do confrade, conterrâneo e amigo.

Recife, 23 de março de 1981

OS CAMINHOS QUE LEVAM A MACAÍBA

Itamar de Souza
(Sócio Efetivo)

Na segunda metade do século XIX, Macaíba era um grande entreposto comercial para onde convergia grande parte da produção agropecuária do interior potiguar.

Esta produção se destinava, por um lado, ao exterior como era o caso de peles, algodão, açúcar, etc...; e, por outro lado, uma parte destes produtos era absorvida pelo abastecimento de Natal.

O intercâmbio mais frequente entre Macaíba e Natal era feito por embarcações que partiam, às vezes, do cais daquela cidade, ou então, do porto de Guarapes, onde Fabrício Gomes Pedrosa construíra o seu empório, e se dirigiam aos pontos de desembarque em Natal.

Neste serviço, destacou-se Antônio José Damasceno, chamado vulgarmente “Mestre Antônio da Lancha”. Seu barco chamava-se “Lancha Julita”.

Outros marítimos faziam o mesmo percurso indo por Guarapes, Carnaubinha e outros pontos. O bote de João Lau foi o último a trafegar o Jundiá em direção a Natal.

Mesmo assim era necessário abrir uma estrada por terra, rompendo a sinuosidade e a ondulação das dunas que dificultavam o intercâmbio terrestre entre os dois centros urbanos.

Desde o início da segunda metade do século XIX que foi surgindo a necessidade de se abrir uma estrada interligando Natal a Macaíba. Assim, em 1861, afirmava o Presidente da Província que, “Ante os grandes embaraços que se opõem à comunicação entre Natal e o interior, preferem os vendedores vender nas feiras. De Natal, vão os negociantes comprar nas feiras próximas para revender na cidade com grandes lucros” (1). Vê-se pelas palavras do Presidente da Província que, por faltar uma estrada entre Natal e Macaíba, a população natalense era submetida à permanente exploração pelos comerciantes da capital, principalmente os que tinham com gêneros alimentícios.

1 — Pombo, Rocha — História do Estado do Rio Grande do Norte (1822-1922), Rio de Janeiro, Editores Anuário do Brasil, 1922, p. 366.

A iniciativa de abrir uma estrada entre as duas cidades partiu do Coronel Estevão José Barbosa de Moura, que, pelo fato de possuir terras naquela área ("O Engenho Ferreiro Torto"), necessitava frequentemente de se deslocar de Natal, a cavalo, para visitá-las.

A abertura deste caminho ocorreu entre 1859 e 1861. Por isso, para lembrar este feito, a Intendência de Natal resolveu homenageá-lo denominando de "Cel. Estevão" a rua que, antes, chamava-se "Rua do Alecrim", justamente aquela que conduzia os habitantes de Natal ao município de Macaíba.

Entretanto, tudo faz crer que esta iniciativa não passava de uma vereda, que, com o passar dos anos, foi encoberta pelo mato.

Acontece que a Guerra de Secessão dos Estados Unidos dificultou o abastecimento da indústria têxtil inglesa com o algodão norte-americano. Para superar este impasse, a Inglaterra procurou assegurar o funcionamento de suas indústrias, incentivando e comprando a produção algodoeira do Egito e do Nordeste brasileiro. Em consequência desta conjuntura, aumentou a produção do Rio Grande do Norte no último quartel do século XIX. Firmas estrangeiras vieram instalar seus escritórios em Natal, a fim de comprar "in loco" a produção algodoeira.

Surgiu, assim, a necessidade de melhorar os meios de escoamento da produção. Os navios a vapor de grande calado, que substituíram naquela época as embarcações a vela, não podiam descer o rio Potengi até Guarapes. Isto determinou maior empenho do governo em solucionar os problemas do porto de Natal.

Ao mesmo tempo, a comunicação por terra entre a capital e o interior continuava dificultada pelas dunas que se interpunham, altaneiras, entre Natal e Macaíba. Esta situação obstaculava o abastecimento da capital e provocava a exploração da população natalense pelos atravessadores.

Durante os anos de 1889 e 90, o Rio Grande do Norte foi duramente assolado por uma seca. Quando, a 6 de dezembro de 1889, o Dr. Adolfo Afonso da Silva Gordo tomou posse como primeiro governador do Estado nomeado pelo Regime Republicano, Natal estava cheia de flagelados. Conforme ele declarou no seu Relatório: "Quando assumi a administração existiam nesta capital cerca de 3.000 indigentes empregados no calçamento das ruas... Para empregar os indigentes desta capital mandei abrir uma estrada para Macaíba, de uma necessidade extraordinária, pois abre comunicação com o interior. Incumbiu-se de dirigir gratuitamente os serviços desta estrada, o distinto cidadão Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão". (2).

Por outro lado, a população de Natal pressionou o Governador Joaquim Xavier da Silveira Júnior para dar continuidade aos serviços desta rodovia. O Jornal "A República" registrou esta pressão da seguinte maneira: "Foi convencida disto que a população quase inteira reclamou, do governo da província, a construção da estrada de rodagem de Natal a Macaíba, pois até ali, embora por caminhos a que melhor se chamariam veredas, pode vir toda a província. Esta estrada está afinal sendo construída por um traçado que evita os morros". (3)

2 — A República — "Relatório do Governador Adolfo Afonso da Silva Gordo" — 21 a 26 de junho de 1890.

3 — A República — 22 de junho de 1889

O interesse de Amaro Barreto em abrir esta estrada deve-se ao fato de Jovino Barreto, ser o dono da fábrica de tecidos. A estrada Natal-Macaíba barateou a compra do algodão produzido no interior.

Assim, vejamos como a imprensa da época registrou a entrada dos comboios de algodão na nossa capital: “Com agradável surpresa... acabamos de ver desfilar majestosamente pelas ruas desta cidade o mais significativo e simpático dos préstitos: a procissão augusta do trabalho... O estimável cidadão, Amaro Barreto, conseguiu que, mesmo fora da safra, para aqui se dirigisse um comboio de algodão. Entrando na cidade, pelo extremo sul, o comboio composto de umas 60 cargas, guiado pelo promotor do melhoramento... e pelo bravo capitão, João da Fonseca Varella, foi encontrado defronte do edifício do teatro por uma banda de música que o acompanhou, em marcha triunfal, pelas ruas da cidade.

Da fábrica de tecidos seguiram os comboios para a casa do nosso prezado correligionário, cidadão Amaro Barreto” (4).

Apesar deste desfile, o trabalho não estava concluído. Verdade é que, em março de 1890, o Governador Xavier da Silveira, ao visitar a referida estrada, “lamentando que não estejam ainda concluídos os trabalhos de tão útil melhoramento, prometeu esforçar-se pelo acabamento da importante obra”. (5).

Durante o seu governo (1892-1896), Pedro Velho contratou com o seu pai, sem concorrência e sem fiscalização, a abertura desta estrada de rodagem. Foram gastos mais de 60 contos de réis e o serviço ficou mal feito e incompleto (6).

Em março de 1897, o “Diário do Natal” publicava a seguinte nota: “Os transeuntes que vêm por terra, de Macaíba para esta capital, queixam-se amargamente do péssimo e quase intransitável estado da estrada de rodagem, que tantos contos de réis custou, e tão preconizada foi pelos governantes da terra. As pontes estão desabando (7).

Em agosto de 1899, este mesmo jornal fez a seguinte crítica: “E deplorável o estado em que se acha essa estrada daqui para Macaíba! Está intransitável, fechada, a ponte arruinada, prestes a desabar.

O caminho dos morros está igualmente intransitável; e assim está quase cortado o trânsito, por terra, desta capital para a vizinha cidade”. (8).

No primeiro governo de Alberto Maranhão (1900-1904), o poder público tomou as providências reclamadas pela imprensa oposicionista. Sobre estas providências, o “Diário do Natal” fez o seguinte comentário: “Agora que o ilustre Dr. Sérgio Barreto está montando em Carnaúba de Guarapes um aparelho para fabricação de óleos, o seu cunhado, Governador do Estado, abriu os olhos, enxergou os estragos da ponte, em Guarapes, da estrada de rodagem, e acaba de contratar por 433\$000, conforme se vê do expediente do governo publicado n’A República de 16 deste mês — mandando logo dar, por conta, ao respectivo contratante, José Francisco de Brito, a quantia de 233\$000”. (9)

Por ocasião da abertura da “Estrada de Automóveis do Seridó”, o Dr. Eduardo Parisot, Diretor da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), mandou construir novamente a rodagem de Natal a Macaíba em 1921.

4 — A República — 16 de março de 1890

5 — A República — 26 de março de 1890

6 — Diário do Natal — 27 de agosto de 1898

7 — Idem — 17 de março de 1897

8 — Diário do Natal — 3 de agosto de 1899

9 — Idem, 19 de setembro de 1903

Na execução deste trabalho, a IFOCS teve que romper dunas e transpor mangues na altura de Guarapes. O custo da estrada, por quilômetro, ficou em torno de 10 contos de réis.

O tráfego entre Macaíba e Natal tornou-se cada vez mais intenso, exigindo dos poderes públicos reparos permanentes nesta rodovia.

Com a participação do Brasil na II Guerra Mundial, Natal passou a ser ponto estratégico para as tropas brasileiras e norte-americanas. Este fato transformou a capital do Estado num pólo de vultosos investimentos, sobretudo, no setor das comunicações.

En: decorrência desta conjuntura foi que o Interventor Rafael Fernandes resolveu mandar fazer o calçamento a paralelepípedo da referida estrada. O trabalho ficou inicialmente a cargo da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, que iniciou os trabalhos em 1942 empregando, nesta obra, os flagelados pela seca daquele ano, que perambulavam por Natal e adjacências à procura de serviço.

Este trabalho desenvolveu-se com tanta morosidade que somente no final do governo José Varela (1947-51) e início do governo Sylvio Pedrosa é que foi concluído.

Se contarmos desde a primeira iniciativa (1851) até o final deste calçamento (1951), teremos justamente um século para se fazer uma estrada tão pequena! Um século de teimosia, corrupção, malandragem, desvio de verbas e vontade, de alguns, em levar a obra a bom termo! A sorte dos habitantes de Natal e de Macaíba foi a navegação fluvial, que não dependia de verba do governo.

A interligação entre Macaíba e o sertão se fazia, no século passado e até às primeiras décadas do atual, por veredas abertas pelos tropeiros, que, em costas de animais, traziam para Coité (nome antigo de Macaíba) os seus produtos agrícolas.

Por influência de um ilustre macaibense, Dr. Augusto Tavares de Lyra, que foi Ministro da Viação e Obras Públicas (1914-18), o governador, Dr. Ferreira Chaves, resolveu abrir uma estrada de penetração para o sertão, cujo ponto inicial era Macaíba. Trata-se da “Estrada de Automóveis do Seridó”.

Para implementá-la foi constituída uma Sociedade Anônima cujos diretores eram o Dr. Brandão Cavalcante e o Coronel João Tinoco.

Em julho de 1915, o governador Ferreira Chaves, acompanhado de grande comitiva, foi por via fluvial até o porto do engenho “Ferreiro Torto” e daí seguiu a cavalo até Macaíba para inaugurar o primeiro trecho construído.

Esta primeira etapa tinha uma extensão de quatro quilômetros indo de Macaíba ao Campo de Demonstração Agrícola de Jundiá.

Em 1919, a “Estrada de Automóveis do Seridó” chegou à cidade de Santa Cruz, passando no seu itinerário por Bom Jesus (das Panelas), Serra Caiada e Tangará.

Na década de 70, em decorrência do programa das “vias expressas”, idealizado pelo Ministério do Interior para facilitar o tráfego das grandes cidades, foi asfaltada a velha estrada que liga Macaíba à cidade de Eduardo Gomes.

O governo Lavoisier Maia integrou Macaíba à “Grande Natal” asfaltando, em 1981, a estrada “Alcides Cid Varela” que liga São Gonçalo àquela cidade.

NOSSO AMIGO WALTER

AMÉRICO DE OLIVEIRA COSTA
(Sócio Efetivo)

Conta-se que, de volta do cemitério, onde acabavam de enterrar o corpo do educador Anísio Teixeira, o professor Péricles Madureira do Pinho confidenciou ao escritor Hermes Lima: “Agora, temos de aprender a viver sem Anísio”. Circunstância ingrata, esta, sem dúvida, e que se pode repetir aqui e ali, na vida comum dos homens. Quando os amigos de Walter Pereira, por exemplo, retornávamos do cemitério do Alecrim, onde dele nos despedimos pela última vez, a sensação que nos polarizava era a mesma: “Agora, temos que aprender a viver sem Walter”.

Fizera, apenas, 56 anos, ao morrer, mas trabalhava desde a adolescência, ao lado do pai, a quem substituiu nos negócios da firma que, consideravelmente, ampliou. Construíra, assim, com espírito empreendedor e obstinação, uma obra que ultrapassava os limites de seus naturais interesses pessoais. Projetava-se, pelas estruturas de sua atividade comercial, como um patrimônio da cidade. Das suas três livrarias, uma delas, a “Universitária”, é das melhores do Nordeste. Ninguém ignora o valor e a importância de uma boa livraria no cotidiano de uma comunidade em desenvolvimento sobretudo educacional, atingindo mesmo os níveis universitários. Mário Moacyr Porto, com sua verve inesgotável, costumava dizer: “Se tivesse poder para tanto, baixaria um decreto considerando Walter Pereira de utilidade pública”. Nas dependências de sua livraria, começou-se a promover, constantemente, com a presidência e o entusiasmo de Walter, o lançamento de livros de escritores e poetas da terra, como o fariam depois outros estabelecimentos idênticos da cidade. Intelectuais de condição diversa nela se encontram permanentemente, na ronda das prateleiras e estantes repletas de livros, na busca das novidades. E havia também o grupo, já hoje histórico, dos mais fiéis amigos de Walter que, aos sábados, pela manhã, se reuniam em torno da mesa redonda de seu gabinete de trabalho, no 1º andar da “Waldupe”. Diga-se, de passagem, que esse grupo pretende continuar, agora com a presença de Gilson ou Nelson, e sob o olhar vigilante e acolhedor do grande retrato de Walter numa de suas paredes. E diga-se, igualmente, que, como numa promessa de sobrevivência do espírito e do calor da amizade que Walter espalhava ao seu redor e nos ambientes que construiu, um outro grupo, este de gente mais nova, porém de sugestiva convergência de interesses e gostos pelas ciências do homem, já se vinha formando e estabilizando, não menos

empenhado no comentário de idéias e fatos contemporâneos, no 1º andar da “Universitária”. Por cerca de 15 anos, Walter Pereira não apenas passava os verões em sua casa de Ponta Negra, mas para ali também, nas manhãs de domingo, convidava e recebia amigos, como se não pudesse viver sem o exercício continuado da convivência de companheiros a quem tratava como se fossem irmãos, daquele tipo de que já se disse que “os amigos são os irmãos que a gente escolhe”. Era que o dom da amizade lhe havia sido concedido em doses perdulárias”.

Homem de bem, homem de caráter e de dignidade e correção pessoal sem falha — ninguém, por outro lado, mais do que ele, menos sizado e mais generoso e aberto. Sua comunicabilidade, sua afabilidade abriam clareiras de alegria e cordialidade onde quer que se encontrasse. Nos últimos tempos, sabia, perfeitamente, da gravidade do mal que lhe obstruía as artérias nobres e vitais, atingindo de cheio o funcionamento normal do seu coração. Mas não se deixava vencer, confiante talvez em superar, pela vontade de viver, que tanto o animava, e com a ajuda natural da medicina, as crises que se iam sucedendo. Recordo, a propósito, suas invariáveis manifestações de bom humor, numa roda em torno de um uísque amigo, numa comemoração de aniversário, num encontro íntimo qualquer, a deparar-se com um cardiologista, Paulo Bittencourt ou Sidney Gurgel, por exemplo, a exclamar, em alvoroço: “Esta presença insigne é uma tranquilidade”.

Insisto na sua vocação de amigo, no seu destino de amizades também definida na sua preocupação, no seu interesse, na sua simpatia pela sorte dos amigos, sempre pronto, pelo gesto ou pela palavra, na solidariedade, no oferecimento, no conforto. Levava tudo isso aos extremos de sacrifícios pessoais. Quando morreu Edgar Barbosa, e lá se foi a enterrar na terra amada e maternal de Ceará Mirim, Walter Pereira, já às voltas com suas flagrantes deficiências coronárias, desprezando conselhos e advertências de precaver-se de emoções mais fortes, acompanhou o velho amigo, na viagem ao mesmo tempo penosa e fatigante, num fim de tarde enevoada, para a sua última morada.

Agora, temos que aprender a viver sem Walter. Já não quero imaginar, aqui, mais uma vez, o quanto sua perda representa de irreparável e imenso para a sua mulher, seus filhos, seu genro, seus irmãos e outros parentes próximos da família. De sua empresa, há também titulares e auxiliares como que participantes de sua família, pelo espírito e pelo coração, na confiança do labor comum e do esforço de crescer e produzir. Essa aprendizagem, no entanto, é tanto mais difícil porque continuamos a andar, invariavelmente, pelos lugares e caminhos que eram os dele e por onde sua lembrança se fez inapagável, porque ele ali deixou sua marca de criador.

Walter Pereira faleceu em 10.08.82

MARTINS, UMA CIDADE DE LÉTO

Raimundo Nonato

(Sócio Correspondente)

Dizem os agentes da comunicação, na rapidez dos seus noticiários que, morreu em Natal-RN, o Desembargador JOÃO VICENTE DA COSTA, um dos filhos mais ilustres de Martins, bela cidade serrana da Zona Oeste, jurista de renome, magistrado da estirpe de um PAPINIANO, para quem a Justiça foi sempre o apostolado de toda a sua vida.

Este é assim, o registro do falecimento de um norte-riograndense, cuja ausência deixou seu Estado desfalcado de uma das suas melhores figuras humanas, cidadão autêntico, brioso e leal, que prestigiava todas as iniciativas culturais da sua terra, particularmente, aquelas que se prendiam à justiça, onde prestou serviços, exclusivamente, por mais de 28 anos.

Nos quadros do PODER JUDICIÁRIO, onde percorreu todos os níveis do seu escalonamento, deixou um nome, uma tradição e um exemplo da sua absoluta integridade de magistrado que tanto honrou a toga, numa longa existência toda pautada de alta compostura e de independência que eram as linhas fundamentais do seu caráter.

Juiz de Direito de Pau dos Ferros despachou os primeiros requerimentos de inscrição de mulheres que adquiriam a cidadania entre as primeiras eleitoras brasileiras, prerrogativa esta que lhes concedia a legislação do Estado do Rio Grande do Norte, pioneira no assunto.

Seus julgados alcançaram repercussão no meio dos estudiosos da cultura jurídica do País, como lições privilegiadas, em condições de nobilitarem seu nome em qualquer dos Pretórios ou Venerandas Cortes de Relação do País.

Disso dá evidente testemunho o MINISTRO GODOFREDO CUNHA, quando do seu destaque o trabalho importante do antigo Juiz de Direito da Comarca de Pau dos Ferros, escrevendo:

“A magistratura brasileira honra a nossa nacionalidade. Nenhuma a excede em dedicação ao trabalho, no conhecimento do Direito, nas suas atitudes cívicas. Tem sido vítima da injustiça, de ataques injustos e de perdas mas nunca recuou no cumprimento do seu dever, escudada nos caracteres que a servem e engrandecem”.

Este, o JUIZ cujo desaparecimento, ora lamentado, produziu um grande desfalque na sociedade do Rio Grande do Norte, reduzindo o número já bastante reduzido daquele grupo de homens de bem, patrimônio de uma geração rica de valores, que vai passando melancolicamente, sem muitas possibilidades de sucessores do seu padrão humano.

No desempenho da função do julgador, suas sentenças, muitas publicadas no seu livro PELA JUSTIÇA, atestam sua convicção de Homem da Lei, todas exadradas com retidão e equanimidade, fazendo da Justiça um belo sacerdócio da sua vida.

E assim, com o advento do processo oral, quando da unificação do sistema processual, passou o JUIZ JOÃO VICENTE a prolatar, sistematicamente, suas sentenças, logo após a instrução do feito, de acordo com o método invocado. E suas decisões nunca perderam a beleza da forma, a elegância da linguagem e o alto senso de justiça. Eram por isso, peças magistras reveladoras do seu alto saber jurídico.

No seu estado sentimental, o Dr. João Vicente era, sobretudo, um apaixonado da sua terra, da sua encantadora cidade do MARTINS, a que votava a mais sincera e desvelada dedicação.

Quando dos dias da sua mocidade, lá pelos anos de 1917 e 1918, integrava um brilhante grupo de jovens literatos, maioria deles com função na vida pública, que teriam mais tarde projeção nas atividades culturais do Estado, contando-se além dele próprio, filho do coronel Vicente Lopes, figura patriarcal da cidade, de Silvério Soares de Souza, Promotor da Comarca, que chegaria ao Tribunal, como Desembargador, Sinval Moreira Dias, Delegado Regional, também Desembargador, Manuel Seabra de Melo, da Fazenda Estadual, Aldo Fernandes, Administrador da Mesa de Rendas, João Idalino de Paiva, poeta, João Gondim, Benício de Faria, famosos râbulas e o moço Cosme Lemos de irradiante inteligência, que dava seus primeiros passos na estrada das musas, mais tarde Deputado Constituinte, em 1946.

O jovem martinenses teve seus estudos superiores iniciados na Faculdade Livre de Direito do Estado do Ceará, ao tempo em que era seu Diretor o Dr. Tomaz Pompeu, um dos nomes de maior revelo cultural da terra alencarina. Mais tarde, veio a concluí-los na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, sendo seu Diretor o Conde de Afonso Celso. No curso acadêmico foram seus professores, entre outros, o brilhante criminalista RODRIGO OTÁVIO e ALFREDO BERNARDES, grande civilista. Ao tempo, foram colegas de turma muitos estudantes de grande valor, que se distinguiram na vida pública e na administração do País, a exemplo de Waldemar Falcão do Ceará, professor universitário, Deputado, Senador e Ministro de Estado, Álvaro Maia, figura de projeção na política do Amazonas, orador de altos dotes, Governador do Estado, Manuel Santana, Juiz de Direito em Fortaleza-CE, José Mário Mac Dowell, advogado de renome, Leopoldo Feijó Bittencourt, magistrado e jurista, Machado Guimarães, orador da turma, depois Secretário de Polícia do Distrito Federal e Victor Viana, com atividades na imprensa e na crítica literária.

No seu Estado, a primeira nomeação do bacharel JOÃO VICENTE DA COSTA, data de 1917, Promotor Público da Comarca de MACAU. Seguidamente, foi Delegado Regional em CAICÓ. Depois, entrou na vida política e foi por duas legislaturas Deputado ao Congresso Legislativo do Estado 1918 a 1923. Nessa casa do Poder Legislativo ocupou os lugares de Primeiro Secretário e de leader do Governo.

Aquela época, no Palácio da Avenida Junqueira Aires, onde funcionava o antigo Congresso Estadual, tinha assento, um vibrante grupo de jovens deputados, alguns egressos das Faculdades, como João Vicente da Costa, Dioclécio Dantas Duarte, Kerginaldo Cavalcanti, Francisco Sobral, Rafael Fernandes, e outros de legislações diferentes, como Bruno Pereira e José Ferreira de Souza, que mantinham os debates num clima de verdadeira exaltação cívica. Numa sessão memorável desse Congresso, o Deputado João Vicente definiu “a sua orientação desde os bancos acadêmicos donde ao lado da maioria dos seus compatriotas vem mantendo sempre inflexível norma ditada pela sua consciência, como seu único sensor”.

No andamento dos trabalhos do legislativo, o Deputado João Vicente foi relator do projeto do Código do Processo Civil e Comercial do Estado, organizado pelo Desembargador Hemetério Fernandes, tendo ainda tomado parte ativa na discussão do projeto do Código Penal, de que era autor o Desembargador Teotônio Freire. Na sessão de 14 de novembro apresentava projeto autorizando o governo a executar várias medidas no sentido de melhorar o desenvolvimento da indústria algodoeira.

E mais tarde, na Redação de A REPÚBLICA, onde esteve durante quatro anos, são variados os seus trabalhos de colaboração ligados a educação, aos problemas culturais, ao combate as secas e outros de ordem puramente literária, como os comentários que teceu a propósito do livro ALMA PATRÍCIA, de Câmara Cascudo, cuja circulação estava na ordem do dia das letras da Província.

Lá dos balaustres da Capital, SANDERSON NEGREIROS, com aquela sua vidência de muitas luzes, escreveu dizendo que **JOÃO VICENTE era o único desembargador que usava chapéu e jaquetão**. A afirmação do retrato físico tem razão de ser, mas, de outro lado, o retrato moral seria diferente, porque com João Vicente desapareceu, não direi o único, porém um dos raríssimos juizes do Estado, a quem a ousadia de uma parte jamais se atreveria a formular um pedido ou fazer uma insinuação na demanda de uma causa.

Fato que vale por um nobilitante patrimônio da integridade do julgador norte-riograndense.

RELATÓRIO

De 29-3-80 a 29-3-81

Caros confrades:

Cumprindo norma estatutária, aqui nos reunimos para a apresentação do relatório das atividades do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, no período de 29 de março de 1980 até a presente data.

Desta maneira, para melhor entendimento, passamos a relatar acerca do que foi realizado, em mais um exercício desta presidência, embora em breves registros.

SESSÕES PROMOVIDAS

Durante o período acima, inúmeras sessões realizamos, quer ordinárias, quer solenes, destacando-se, conforme o livro de registros, as seguintes:

1 — Em 28 de março de 1980, houve a sessão comemorativa pelo transcurso do 78º aniversário de fundação da veneranda entidade;

Na oportunidade, tomou posse o escritor e jornalista Jaime Câmara, na categoria de Sócio Correspondente e lançamos duas publicações: A Revista do Instituto Histórico e Geográfico — vol. LXX — ano 1978, e o 2º volume de “Visões e Abusões Nordestinas”, do confrade Raimundo Nonato da Silva, além do “Guia do IHG-RN”;

2 — Logo no dia seguinte, às 17 horas, ocorreu a assembléia geral ordinária, quando foi lido o relatório das atividades da presidência (1979-1980);

3 — No dia 7 de maio de 1980, comemoramos o centenário de morte do Duque de Caxias, quando proferiu palestra o confrade Nilo Pereira, sob o título “Caxias e a anistia dos Bispos”;

4 — A 15 de dezembro do mesmo ano, prestamos significativa homenagem, in **memoriam** do sócio correspondente Almirante Ernesto de Mello Baptista, tendo sido o orador oficial o mestre Câmara Cascudo;

5 — Já em 27 de janeiro de 1981, com uma conferência do ilustre consócio Nilo Pereira, e conjuntamente com a Fundação “José Augusto”, realizou-se a sessão solene em homenagem à memória de Joaquim Nabuco;

6 — No dia 6 de fevereiro findo, ocorreu mais uma sessão de assembléia geral, quando foram admitidos inúmeros sócios da instituição, conforme proposta, apre-

sentada, discutida e aprovada, em anexo a este relatório. Assim, foram admitidos os seguintes escritores para integrarem a Casa da Memória Norte-rio-grandense:

José Nazareno Moreira de Aguiar, Israel de Oliveira, Itamar de Souza, Marcos Cavalcanti Maranhão, Raul Fernandes, José Fernandes Machado (sócios efetivos); Joaquim Inojosa, Emmanoel Sodré, Arthur Garibaldi Pereira Braga, Luiz Philippe Pereira Leite, Iaponan Soares, Armando Souto Maior, Gil Soares de Araújo, Robert M. Levine, Maria de Lourdes Valentim Meira, José Francelino de Araújo, Colema: Natal e Silva, Primo Vieira, Manoel Albano Amora, Lauro da Escóssia, José Augusto Câmara Torres e Ruy Rodrigo Brasileiro Azambuja (sócios correspondentes). Benemérito: Des. João Vicente da Costa.

7 — A 18 do corrente, promovemos outra sessão solene, ocasião em que foi lançado o livro “Capitães-Mores e Governadores do Rio Grande do Norte”, Segundo Volume, de Vicente de Lemos e Tarcísio Medeiros, publicação de iniciativa deste Instituto Histórico e Geográfico, graças ao auxílio do Conselho Federal de Cultura.

Eis, em linhas gerais, o que fizemos, no que se refere à realização de solenidades e assembléias.

AUXÍLIOS RECEBIDOS

Durante o período findo, apenas conseguimos, em convênio com o Ministério da Educação e Cultura, e com a vinculação à Fundação “José Augusto”, um auxílio de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), para os serviços preliminares de organização do acervo do IHG-RN, encadernação de livros e periódicos, a fim de, posteriormente, quando tudo estiver em nível de microfilmagem, proceder a esse trabalho, tão importante para a preservação do patrimônio cultural. A importância em causa se destinou, em três parcelas, ao pagamento de serviços de natureza eventual, à encadernação, impressão, etc., e do material de consumo. Integra o Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos — Projeto IHGRGN.

Mas, nesse mesmo sentido, já prestadas as contas ao MEC, do valor acima, no próximo mês estaremos, também através da Fundação “José Augusto” (convênio), recebendo a quantia de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), para o complemento dos serviços.

Desejamos, ainda, comunicar aos caros confrades que, no dia 13 de fevereiro passado, solicitamos ao Egrégio Conselho Federal de Cultura mais um auxílio, da ordem de Cr\$ 500,000,00 (quinhentos mil cruzeiros), a fim de, conforme plano de aplicação apresentado, proceder a algumas adaptações na sede do Instituto, comprar material para tais serviços e editar mais um número da Revista e o “Livro das Velhas Figuras” — vol. VI, do mestre Câmara Cascudo. O processo, naquele Conselho, obteve o número — prot. 068/81, de 6-3-81. Vamos, pois, aguardar, com ansiedade, a liberação dessa ajuda.

A NOSSA GRATIDÃO AO TESOUREIRO

Uma expressão de agradecimento queremos deixar neste ensejo. Referimo-nos à colaboração do ilustre confrade, Dr. Manoel Varela de Albuquerque, que, à frente da tesouraria da tradicional entidade, sempre está atento ao cumprimento do dever, assinando, ao nosso lado, cheques, prestações de contas e todo o movimento financeiro do Instituto, apesar de ínfimo. Como todos sabem esse serviço é

FINALMENTE

Sem maiores delongas, e tendo em vista os arquivos do Instituto permanecerem à disposição de qualquer confrade para todos os esclarecimentos acerca do que se fez, com amor e obstinação, nesta veneranda Casa, acreditamos haver cumprido com o nosso dever, integrando a diretoria até a presente data.

Tudo aqui é feito — evidencie-se sempre — com grande dedicação, e contando — o que não poderia deixar de ser — com o apoio e o estímulo dos eminentes confrades.

Hoje encerra-se mais um mandato desta Presidência. E manifestamos, nesta oportunidade, os melhores agradecimentos a todos quantos colaboraram para o êxito de nossa administração. Ao Egrégio Conselho Federal de Cultura-MEC, à Fundação “José Augusto”, à Secretaria de Estado da Educação e Cultura, ainda ao Min. da Educação e Cultura, através do Plano Nacional de Microfilmagem de Periódicos Brasileiros — Projeto IHGRGN, a palavra da gratidão. Aos consócios que integram este Instituto, ficam os mesmos agradecimentos, sempre renovados. À imprensa, escrita e falada, idem.

Uma nova diretoria assumirá os destinos desta vetusta instituição.

E se ainda não pudemos realizar o que se desejava realizar, sobreleva o interesse até agora emprestado ao Instituto, com o incentivo e apoio de todos que, de um modo ou de outro, com grande ou pequena parcela, valorizam a cultura histórica do Rio Grande do Norte.

Afinal, no próximo domingo, às 20:30 horas, estaremos reunidos, em assembléia solene e festiva, para comemorarmos o 79º aniversário de fundação deste Instituto. Uma magna sessão registrará o evento. Vários escritores tomarão posse, entre os quais:

Armando Souto Maior, José Francelino de Araújo, Ruy Rodrigo Brasileiro de Azambuja, Maria de Lourdes Valentim Meira e Lauro da Escóssia (Sócios Correspondentes), Marcos Maranhão, Itamar de Souza, José Nazareno Moreira de Aguiar, José Fernandes Machado, João Wilson Mendes Melo, Raul Fernandes e Israel de Oliveira (Sócios Efetivos), e o Des. João Vicente da Costa (Sócio Benemérito).

Também, na mesma sessão solene, ocorrerá o lançamento de duas publicações: A Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte — vols. LXXI — LXXII — anos 1979-1980, e “O Livro das Velhas Figuras” — vol. V, do mestre Câmara Cascudo. Saudará os novos confrades, evocando a data do 79º aniversário deste Instituto, o ilustre consócio Alvamar Furtado de Mendonça.

Este é, caros confrades, o relatório das atividades desta presidência durante o período de março de 1981 até esta data.

Obrigado a todos, pela colaboração e estímulo recebidos, com os melhores votos à nova diretoria que será eleita nesta assembléia.

79º aniv. de fundação do IHGRGN

Enélio Lima Petrovich
Presidente

(Aprovado por unanimidade, em assembléia de 27.03.81).

NECROLÓGIOS

HÉLIO MAMEDE DE FREITAS GALVÃO

Hélio Mamede de Freitas Galvão nasceu em Tibau do Sul, município de Goianinha, Rio Grande do Norte, a 18 de março de 1916.

Filho de José Mamede de Freitas e Isabel Genuína Galvão, muito cedo começou a frequentar escolas particulares.

Casado com Iliria Moraes Galvão, a 19 de setembro de 1937, abençoou os seguintes filhos: Sany, Hilton, Marta, Hélio Filho, José Arno, Tarcísio Vital, Maria do Céu, Stela Maria, Maria de Fátima, Sebastião Sérgio, Dácio, Ana Maria e Andréia Clara.

Diplomado pela Faculdade de Direito de Alagoas, colou grau no dia 8 de dezembro de 1952, dedicando-se logo depois à advocacia, profissão em que fez nome, sendo considerado um dos melhores advogados do Estado.

Professor, lecionou Antropologia Cultural na Faculdade de Filosofia da Fundação José Augusto; Sociologia, na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Pesquisa Social e Sociologia Rural, na Escola de Serviço Social; Sociologia Rural, em Curso de Extensão promovido pela Arquidiocese de Natal em 1960, bem como no Seminário São Pedro.

Historiador, Etnógrafo e Jornalista, são inúmeros os seus trabalhos publicados em livros, jornais e revistas de vários Estados da Federação.

Pesquisador, Hélio Galvão não se conformava com os primeiros resultados da sua pesquisa, mas ia em frente até alcançar o objetivo perseguido.

Prova dessa afirmação são os seus trabalhos sobre a Fortaleza da Barra do Rio Grande, João Lostau Navarro, Nisia Floresta e outros.

Detentor de vários títulos honoríficos, Hélio Galvão os recebia sem alarde e propaganda, mantendo-os fora da curiosidade bisbilhoteira dos pescadores de notícias.

Homem de muitas atividades, fazia parte ainda do Instituto dos Advogados do Brasil, Secção do Rio Grande do Norte, da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Ao falecer, no dia 20 de outubro de 1981, em Natal, deixou publicadas as seguintes obras:

- Etiologia da Mandioca — 1948
- O Mutirão no Nordeste — 1959
- Canais de Circulação Vertical na Sociedade Nordestina — 1962
- Dos Efeitos Patrimoniais de Mandado de Segurança — 1962

- Renovação de Isenção Tributária, Memorial ao Supremo Tribunal Federal — 1958
- O Caso da Jazida Estrondadeira, Memorial Forense — 1960
- Calamidade Pública e Responsabilidade Civil — 1967
- Cartas da Praia — 1967
- Novas Cartas da Praia — 1969
- Velhas Heranças — 1951 — 1954
- Responsabilidade dos Direitos Sociedade Anônima Criada pelo Estado — 1976
- História da Fortaleza da Barra do Rio Grande — 1979

Católico praticante, recebeu o título de comendador da Ordem de São Gregório Magno, da Santa Sé, no grau de Cavaleiro.

Colaborou nos seguintes jornais de Natal: **A Razão, A Ordem, Diário de Natal, Bando, Tribuna do Norte**, além de outros.

(M.R.M.)

COSME LEMOS

Cosme Corsino de Lemos nasceu na cidade de Martins, Estado do Rio Grande do Norte, sendo seus pais o professor Alfredo de Sousa Lemos e D. Ana Vidal Lemos, de tradicionais raízes potiguares.

Aprendeu as primeiras letras com o próprio pai que, além de professor, era também agricultor e criador.

Aos nove anos de idade, matriculou-se no grupo Escolar “Almino Afonso”, de sua terra, onde destacou-se logo pela inteligência e aplicação aos estudos.

Aproveitando-se da biblioteca do pai, passou a ler intensamente todos os livros, penetrando, assim, o mundo maravilhoso do “Conto e da Poesia”.

Em 1921, empregou-se como mensageiro dos Correios e Telégrafos em Mossoró.

Era o começo de uma longa carreira, entrecortada de promoções, ora por merecimento, ora por antiguidade.

Em 1930, foi nomeado “prefeito revolucionário” de Apodi, “dado o seu entusiasmo pela Alinça Liberal”, na informação de Rômulo Wanderley.

Em 1933, volta a Mossoró, para ficar até 1947, quando saiu novamente para cumprir mandato de deputado na Assembléia Constituinte do Estado. Findo o mandato, não disputou a reeleição, saudoso que estava das suas leituras e das suas poesias.

Aposentou-se em 1956, permanecendo em Natal, onde ficaria melhor para desenvolver as suas atividades intelectuais.

Eleito, a 17 de março de 1960, para a Academia Potiguar de Letras, escolheu para patrono da sua cadeira o jornalista e poeta José Martins de Vasconcelos.

Nasceu Cosme Corsino de Lemos a 4 de fevereiro de 1904. Casou-se com D. Hilda Lopes Pinto, de cujo consórcio houve os seguintes filhos: Maria do Socorro, Astrides, Cosmilda, Érico e Maria Olímpia.

O livro que anunciava — **Um lugar na Serenata** — não chegou a publicar.

Tudo o que escreveu deixou esparso nos jornais e revistas do seu tempo.

Faleceu no dia 02 de novembro de 1981, em Natal, estando sepultado no Cemitério Parque de Nova Descoberta.

(M.R.M.)

ISRAEL NAZARENO DE SOUSA

Nascido em Natal, a 3 de julho de 1897, na casa hoje de nº 796, à Rua Santo Antônio. Filho legítimo e único do dr. Joaquim Fabrício Gomes de Sousa e d. Idalina Leopoldina de Sousa, falecidos.

Simples, afetivo, inofensivo, dotado de religiosidade. No plano moral ou intelectual, dá grande valor à clareza. Solípsio.

Cabe notar que seu pai, pintor histórico e arquiteto, cujo nome está em uma das ruas de Natal, onde nasceu, foi o pioneiro da pintura em nosso Estado. Diplomou-se pela Academia Imperial de Belas Artes, auxiliado pelo 2º imperador, sendo nomeado professor de desenho do Colégio Pedro II. Voltando à sua terra, ensinou desenho e caligrafia no Ateneu Norte-Riograndense. Era também poeta.

Órfão de pai aos 3 anos, o biografado teve os cuidados da mãe legítima e da de criação Joana (a Dadá), que o idolatrava.

INSTRUÇÃO

Curso primário: Teve as primeiras aulas com a sua progenitora. Esteve alguns dias na escola do prof. Zuzá e também na da Loja Maçônica Filhos da Fé. Dois anos estudou no Colégio Diocesano Santo Antônio.

Curso secundário: Frequentou até o 4º ano o curso de Madureza do então Ateneu Norte-Riograndense.

Recebeu lições particularmente de vários preceptores, entre os quais, João Tibúrcio (também seu professor no Ateneu) de português e latim; Maximus Neumaier de alemão; Madeleine Duprez, de francês; e de inglês outro professor.

Curso superior: Concluídos, em 1925, os preparatórios, pelo regime de exames parcelados, matriculou-se, em 1927, na tradicional Faculdade de Direito do Recife, onde, a 7 de setembro de 1931, colou o grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais.

CARGOS E FUNÇÕES

Auxiliar de escrita da 2ª Secção da Inspeção de Obras Contra as Secas.

Auxiliar de escrita da Empresa Tração, Força e Luz Elétrica de Natal, depois Repartição dos Serviços Urbanos de Natal.

Professor interino da cadeira de português do curso complementar anexo ao Grupo Escolar Frei Miguelinho, por contrato e depois nomeação, a 9 de abril de 1924.

Professor de português e outras matérias do Colégio Pedro II, na cidade do Ceará Mirim, aonde ia uma ou duas vezes semanalmente.

Professor interino da cadeira de português do Ateneu Norte-Riograndense, por nomeação de 6 de junho de 1925.

Professor Catedrático da citada cadeira, mediante concurso, por nomeação de 30 de abril de 1926. É de notar que algum tempo depois, a cadeira compreendia português e literatura.

Importa comentar que o catedrático iria sofrer no Ateneu as hostilidades de Teódulo Câmara e a ingratidão de Edgar Barbosa, o qual atrasadíssimo em português (como mais tarde em direito) só foi aprovado no concurso de português graças ao auxílio paternal do autor desta biografia.

2º Juiz Distrital do Distrito Judiciário da Capital, no triênio de 1935 a 1937, por nomeação de 8 de janeiro de 1935.

Diretor substituto da Imprensa Oficial, por designação de 10 de junho de 1935.

Procurador Fiscal interino junto à Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Rio Grande do Norte, por nomeação de 22 de janeiro de 1936.

Procurador Fiscal substituto do Departamento da Fazenda, por nomeação de 10 de setembro de 1947.

O mesmo cargo, por nomeação de 14 de março de 1949.

Professor provisório da cadeira de direito internacional público da Faculdade de Direito de Natal, por designação de 7 de fevereiro de 1950.

Professor da 2ª cadeira de direito comercial da mencionada Faculdade, por nomeação de 12 de abril de 1951.

Professor da 2ª cadeira de direito judiciário civil da citada Faculdade, por nomeação de 21 de agosto de 1951.

Procurador Fiscal substituto do Departamento da Fazenda, por nomeação de 22 de fevereiro de 1952.

Encarregado dos trabalhos de índole jurídica e outros conexos posto, para tal fim, à disposição do Departamento do Serviço do Pessoal, a 29 de maio de 1956.

Juiz de Direito da Comarca de Arês, de 1ª entrância, por nomeação de 16 de novembro de 1960, tendo assumido o exercício a 12 de dezembro do mesmo ano.

Juiz de Direito da Comarca de Lajes, de 2ª entrância, por nomeação de 14 de abril de 1966.

Não foi assumir o cargo. A Câmara de Vereadores e povo de Arês pediram que seu juiz não aceitasse a promoção, sendo atendidos.

O fato — único na magistratura brasileira — mereceu artigos na imprensa do Norte e Sul. Entre os comentadores estavam o dr. Nilo Pereira, em Recife, e o grande escritor Gustavo Corção, no Rio.

O decreto de 29 de novembro de 1968 retificou o de 3 de agosto de 1967, que aposentara o biografado por implemento de idade, para considerá-lo aposentado, retroagindo seus efeitos a contar de 3 de julho de 1967.

Sodalícios a que tem pertencido:

Centro Cívico Literário Frei Miguelinho

Tiro de Guerra 18

Associação de Professores

Natal-Clube

Ordem dos Advogados do Brasil

Academia Potiguar de Letras

Instituto Histórico e Geográfico do R.G.N.

Jornais e revistas de Natal colaborou: “A Notícia”, “Jornal do Comércio”, “O Jornal”, “O Democrata”, “Diário de Natal”, “A República”, “Tribuna do Norte”, “Pedagogium”, “Milho Verde”, “Revista da Academia Potiguar de Letras” e “Revista do Instituto Histórico e Geográfico do R.G.N.”

TRABALHOS PRODUZIDOS:

Além de artigos e discursos tem

“Lexiogenia das preposições e conjunções dos verbos *ser* e *ir*”. Tese de concurso para a cadeira de Português do Ateneu, 1926.

“Necessidade de concretizar o ensino inicial da gramática. Idéia do método a seguir. Considerações finais”. Tese para a mesma cadeira, 1926.

Sobre tais teses assim opinou o erudito dr. Antônio de Sousa, senador e governador por duas vezes, jornalista, escritor e poeta:

“Ao estudioso patricio prof. Israel Nazareno Antônio de Sousa agradece a amável lembrança de lhe enviar as suas teses de concurso à cadeira de português do Ateneu, as quais leu com atenção, nelas aprendendo muitas coisas”! 16 mar.26

TRABALHOS A PUBLICAR:

“Joaquim Fabrício, o pintor — Estudo sobre Natal e a vida do artista”.

“Renascença” — sonetos

“Porque sou presidencialista” — tema de direito constitucional

“Aprenda o Latim” — método sintético e intuitivo.

“O estilo de Rui Barbosa”.

“História da Filosofia”

“Memórias”

Amante do estudo, investigou a Filosofia, o Direito, outras ciências, a literatura, o vernáculo, o latim e outros idiomas.

Magistrado, orador, jornalista, escritor, poeta e mestre de português e literatura de muitas gerações.

Por última vontade, doou a sua biblioteca ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Faleceu em Natal, a 18 de maio de 1982

(S.S.)

JOSÉ BEZERRA GOMES

Nasceu na casa grande do sítio Brejuí, atual distrito do município de Currais Novos, no dia 9 de março de 1911.

Filho do Major Napoleão Bezerra de Araújo Galvão e D. Veneranda Bezerra de Melo, já falecidos, era neto paterno do Coronel José Bezerra de Araújo Galvão, da Aba da Serra, e materno do Major Luís Gomes de Melo Silva. Terminado o curso primário, fez o curso ginásial pelo regime de Madureza, no Atheneu Norte-Rio-Grandense, ingressando depois na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, onde colou grau na turma de 1936.

Em 1941, retornou ao Rio Grande do Norte, onde procurou conciliar as atividades de advogado e de escritor ao mesmo tempo.

Antes, publicou **Os Brutos**, romance que grangeou boa aceitação nos meios intelectuais. Em 1944, lançou “Por que não se casa doutor?” — Romance-Surto — Natal E Pongetti, Rio, 1945.

No mesmo ano aparece “Retrato de Ferreira Itajubá” — Ensaio de Compreensão — Surto — Natal.

Trinta anos depois, 1974, lançou Antologia Poética, pela Fundação José Augusto, Natal.

Publicou ainda “Sinopse do Município de Currais Novos — Monografia Ilustrada” — 1975 — e “Retrospecção da Vida do Presidente Tomás de Araújo Pereira” — Separata do I.H.G.R.N. — 1981.

Anunciava para breve: “João de Barros” — Expressão Histórica da sua figura: “Recolhimento do Teatro de João Redondo” — Histórico — Nomenclatura — Repertório — Prefácio de Luís da Câmara Cascudo; “A Figura Suprema do Duque de Caxias”; “Levantamento e Comentário Sobre a Poesia de Ferreira Itajubá”, que não chegou a publicar.

Era sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, da Academia Potiguar de Letras e sócio correspondente do Instituto Genealógico Brasileiro, SP.

Faleceu em Natal, em 26 de maio de 1982.

JOÃO VICENTE DA COSTA

Nasceu na Serra do Martins, município do Martins-RN, a 14 de junho de 1893, sendo seus pais o Major Vicente Lopes da Costa Júnior e D. Herculana América de Amorim Costa, ambos oriundos de genealogia portuguesa, com ramificação no Oeste Potiguar, Pau dos Ferros, Martins e Caraúbas.

Fez o curso primário na Escola Pública do Prof. Adrião F. de Melo, em Martins, e o curso Secundário iniciado no Colégio Santa Luzia, de Mossoró, continuado no Colégio Santo Antônio, em Natal, e terminado no curso de Madureza do Atheneu Norte-Rio-Grandense.

Terminado o Curso de Madureza, matriculou-se nas Faculdades de Direito do Ceará, 1912-1914 e de Ciências Jurídicas e Sociais, transformada depois em Faculdade Nacional de Direito, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro, 1915-1916.

Dias antes da sua formatura, foi nomeado Promotor Público da Comarca de Macau, onde permaneceu durante sete meses, sendo logo depois nomeado Delegado Regional da 3ª Região Policial, cuja sede, mudada de Jardim do Seridó para Caicó, abrangia oito municípios.

Em 1918, foi eleito Deputado ao Congresso Legislativo Estadual, na qualidade de representante de Caicó, sendo 1º Secretário e depois líder no período governamental do Dr. Antônio de Sousa, quando exerceu várias comissões administrativas — Oficial de Gabinete, Redator d'A República, “especialmente encarregado da parte oficial e de tudo quanto se relacione com a administração do Estado”.

Reeleito Deputado Estadual, e continuando na liderança do governo, sobretudo na parte orçamentária do Estado, teve de defender a vigência do Código de Processo Penal, de que fora autor o Desembargador Teotônio Freire, em 1918, contou projeto de modificação, em 1921, de dispositivo processual, permanecendo inalterável o trabalho de insigne jurista, após longo debate.

Ainda, em comissão do Estado, por sugestões do Procurador Geral do Estado, Des. Hemetério Fernandes, oficiante na causa, o advogado João Vicente da Costa foi constituído Procurador Judicial no Juízo Federal da Bahia, em audiência de prova, na ação de dois pretensos herdeiros do espólio do médico baiano, Dr. José Paulo Antunes, falecido solteiro

Exerceu o cargo de Juiz de Direito das Comarcas de Pau dos Ferros, inclusive Termo de Luiz Gomes, São Miguel e Martins, esta com os termos de Portalegre e Patu, em jurisdições plenas, várias vezes.

Juiz de Direito das Comarcas de Ceará-Mirim e Natal conduziu-se como verdadeiro magistrado. Foram quase 39 anos de Judicatura, sendo 25 na I e cerca de 14 na II Instância (Tribunal de Justiça).

Em todos os lugares por onde passou — Macau, Caicó, Pau dos Ferros, Martins, Ceará Mirim — atendeu a solicitações de ensino público ou particular.

Por último, nomeado Professor da Cadeira de Teoria Geral do Estado, da Faculdade de Direito de Natal, conduziu-se com descartino e elevação, grangeando a simpatia e admiração de alunos e professores.

Além de suas atividades como Juiz e Professor, militou ainda na Imprensa, escrevendo e colaborando nos seguintes jornais: “Comércio de Mossoró”, “O Mossoroense”, “O Nordeste”, de Mossoró; “A Construção”, revista, e “O Vaticano”, jornal estudantil, de Fortaleza; “A República”, e “A Imprensa”, de Natal; “Jornal de Macau”, de Macau; “O Seridoense”, de Caicó.

Concedeu entrevistas à “Tarde”, da Bahia, à revista “Atualidade”, à “Notícias” e ao “Brasil”, do Rio de Janeiro.

Sócio Efetivo e Benemérito do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e da Academia Potiguar de Letras, pertencia também à Associação dos Magistrados Brasileiros, do Rio de Janeiro, e à Associação dos Magistrados Potiguares, do Rio Grande do Norte.

Deixou os seguintes trabalhos publicados: Pela Justiça, Problemas Econômicos, Criação da Universidade, Justiça Nacional, Clóvis Beviláqua, Vocação de Jurista, Brasil-Nordeste, além de outros esparsos em jornais e revistas deste e de outros Estados da Federação.

João Vicente da Costa faleceu no dia 5 de agosto de 1982, em Natal, sendo sepultado no cemitério “Parque” desta capital.

(M.R.M.)

JOSÉ FERNANDES MACHADO

Nasceu em Natal, no dia 15 de abril de 1932. Filho de Ossian Fernandes Pimenta e Anilda do Rêgo Machado, dedicou-se muito cedo à sua formação intelectual.

Casado com Eunice Sessa Machado, deixou cinco filhos.

Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, José Fernandes Machado era ainda professor da mesma Universidade e Juiz de Direito da Comarca de Pedro Velho-RN.

Estudioso e esforçado, José Fernandes Machado realizou curso de extensão, participou de simpósio, encontros, debates, visando aprimorar cada vez mais os seus conhecimentos.

Era sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Faleceu no dia 11 de setembro de 1982.

ANTÔNIO FAGUNDES

Antônio Gomes da Rocha Fagundes nasceu no engenho "Paul", do município de Canguaretama, a 09 de dezembro de 1896, e faleceu a 10 de outubro de 1982, nesta capital. Filho de Pedro Regalado da Rocha Fagundes e D. Leonor Miguelina da Rocha Fagundes, fez o curso Primário no Colégio Diocesano Santo Antônio e o Curso de Madureza no Atheneu Norte-Rio-Grandense. Diplomado pela Escola Normal de Natal, em 1915, fez o curso de alfaiate e professor, optando pelo magistério. Durante a sua longa vida de professor, ensinou nos seguintes estabelecimentos Escola Ten. Cel. José Correia, do Açú (1915-1923); Colégio Augusto Severo, de Natal (1923-1924); Colégio Diocesano Santa Luzia, de Mossoró (1927-1930); Atheneu Norte-Rio-Grandense, até 1956, quando se aposentou por tempo de serviço; Escola Normal de Natal (1925-1927); Escola Doméstica de Natal (1933-1968) e Colégio Sete de Setembro, até 1961.

No setor administrativo, ocupou ainda os seguintes cargos: Diretor da Escola Normal de Mossoró (1927-1930); Inspetor de Ensino da Região Oeste (1927-1930); Diretor da Escola Normal de Natal (1930-1938); Diretor Geral do Departamento de Educação (1938-1943); Diretor do Ginásio Sete de Setembro (1943-1959); e Secretário do Conselho Administrativo da Liga de Ensino.

Jornalista, Antônio Fagundes colaborou em jornais do Açu, Mossoró e Natal.

Escritor, escreveu e publicou os seguintes livros:

- Leituras Potiguaras (1933); Educação e Ensino (1940);
- Noções da História e da Geografia do Açu (1921);
- Vida e Apostolado de D. Joaquim Antônio de Almeida (1961);
- Os Símbolos Nacionais (1964);
- O Rio Grande do Norte (1967);
- O Cruzeiro (1942);
- Colégio Santo Antônio (1961);
- Vigário Bartolomeu.

Além das atividades absorventes no magistério, Antônio Fagundes ainda encontrava tempo para servir às instituições de que fazia parte, como por exemplo, Associação de Professores do Rio Grande do Norte, Liga de Ensino do Rio Grande do Norte, Instituto de Proteção e Assistência à Infância, Sociedade de Assistência aos Lázarus, além de outras. Sócio Fundador da Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, escolheu para patrono de sua cadeira, o poeta Joaquim Fagundes, do qual traçou brilhante perfil no dia de sua posse.

Era ainda sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e sócio Correspondente do Instituto Histórico de Campina Grande.

Educador por vocação e temperamento, Antônio Fagundes disciplinava com o exemplo das suas virtudes e ensinava com o saber da sua inteligência.

(M.R.M.)

Editado pela



COMPANHIA EDITORA DO RIO GRANDE DO NORTE

Av. Junqueira Ayres, 355 — Fone: **221-3559—221-2240—221- 2241.**

Telex N° 084.2289

C.G.C. 08.030827/0001 Insc. Estadual 20000572-3

NATAL — RIO GRANDE DO NORTE

PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE

(com o auxílio do CONSELHO FEDERAL DE CULTURA)

- 1 — Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Vols. LVI — LVII — LVIII — LIX — LX — LXI — LXII — LXIII — LXIV — LXV — LXVI — LXVII — LXVIII — LXIX — LXX — LXXI — LXXII — LXXIII — LXXIV — Volumes — 1964 a 1982.
- 2 — Presença Norte-Rio-Grandense na Alçada Pernambucana — Raimundo Nonato
- 3 — Breve Notícia Sobre a Província do Rio Grande do Norte — Manoel Ferreira Nobre.
(anotações de M. Rodrigues de Melo)
- 4 — Luís da Câmara Cascudo — Sua Vida e Sua Obra
- 5 — Os Arquitetos da História do Rio Grande do Norte — Enélio Lima Petrovich
- 6 — Roteiro do Visitante do Instituto Histórico e Geográfico
- 7 — O Livro das Velhas Figuras — (I, II, III, IV e V) — Luís da Câmara Cascudo
- 8 — Visões e Abusões Nordestinas (I e II) — Raimundo Nonato
- 9 — Os Franceses no Rio Grande do Norte — Bernard Alléguède
- 10 — A Independência do Brasil no Rio Grande do Norte — Augusto Tavares de Lyra
- 11 — Capitães-mores e Governadores do Rio Grande do Norte — Vicente de Lemos e Tarcísio Medeiros — II Volume
- 12 — Titulados do Açú — Francisco Amorim

PRÓXIMAS EDIÇÕES

- 1 — Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte
- 2 — Guia Histórico e Turístico da Cidade do Natal — Rômulo Wanderley
- 3 — Monumentos do Rio Grande do Norte — Nestor Lima
- 4 — O Livro das Velhas Figuras (VI) — Luís da Câmara Cascudo
- 5 — História da Imprensa no Rio Grande do Norte — Manoel Rodrigues de Melo
- 6 — Visita Episcopal de Dom José Pereira da Silva Barros a algumas Paróquias do Rio G. do Norte — Luiz Carlos Lins Wanderley
(Introdução de Nilo Pereira)